

**PRECONCEITO, INTOLERÂNCIA E IMIGRAÇÃO EM
PORTUGAL: UM RELATÓRIO DE ESTÁGIO**

Clara Maria da Cunha Machado Vaz

**Relatório
de Estágio de Mestrado em Migrações, Inter-etnicidades
e Transnacionalismo**

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Janeiro, 2018

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Migrações, Inter-eticidades e Transnacionalismo realizado sob a orientação científica do Professor José Mapril.

“That is just the way with some people. They get down on a thing when they don’t know nothing about it.”

Mark Twain - *The Adventures of Huckleberry Finn*

“Myths which are believed in tend to become true.”

George Orwell

Agradecimentos

O meu profundo agradecimento

Aos meus pais por me inspirarem com a sua sabedoria, sensatez, ternura e intrepidez, por serem a minha âncora e luz e por serem os primados e derradeiros professores.

À minha amiga Mirijam por nunca desistir e por me recordar constantemente da força interior, pela ajuda e motivação e pela melhor amizade.

Ao meu namorado pelo amor, por estar sempre presente, pelo apoio e paciência e por ter sempre as palavras certas.

A todos os meus professores pela dedicação e motivação.

A toda a equipa da AIDGlobal pelo apoio, amizade e ensinamentos.

PRECONCEITO, INTOLERÂNCIA E IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL: UM RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Resumo

As migrações constituem um fenómeno ancestral. Muros e políticas repressivas não travam os movimentos de pessoas impelidas pela procura de uma vida melhor. A crescente diversidade demanda estratégias inclusivas que promovam os direitos humanos, a igualdade e o respeito. As imagens de carácter negativo, os preconceitos e os estereótipos relativamente aos imigrantes, espalham sementes de ódio e rancor, motivando atitudes discriminatórias que minam tal compromisso. Este relatório tem como objeto de investigação as imagens e os preconceitos existentes no imaginário da sociedade relativamente aos imigrantes. Assim, colocamos como questão orientadora: “Existem preconceitos nas imagens e representações da população relativas aos imigrantes?”.

Este relatório pretende contribuir para uma análise dos preconceitos relativamente aos imigrantes, exercício fundamental para a promoção de sociedades tolerantes e inclusivas. O presente fundamenta-se na experiência de estágio realizada na AIDGlobal, apresentando esta organização e expondo as tarefas realizadas neste período. Corroborado tanto por pesquisas, assim como por questionários e testes aplicados aos participantes de sessões formativas, o presente relatório contextualiza as migrações em Portugal, explorando as perceções que estes participantes têm dos imigrantes e da migração, assim como de si mesmos. Os resultados fazem transparecer a falácia das narrativas lusotropicalistas, evidenciando preconceitos e estereótipos de carácter negativo impregnados de um racismo subtil. A Educação para o Desenvolvimento, ao desconstruir mitos e elucidar interpretações erróneas, surge como ferramenta para a promoção da tolerância, e, conseqüentemente, de sociedades plurais e igualitárias.

Palavras-chave: Migrações; Imigrantes; Preconceito; Tolerância; Educação para o Desenvolvimento

PREJUDICE, INTOLERANCE AND IMMIGRATION IN PORTUGAL: AN INTERNSHIP REPORT

Abstract

Migrations are an ancient phenomenon. Walls and repressive policies cannot stop people moving in search of a better life. Growing diversity asks for inclusive strategies that promote human rights, equality and respect. Negative images, prejudice and stereotypes towards migrants spread seeds of hate and resentment, leading to discriminating attitudes that undermine this commitment. The subject of investigation of this report are the images and prejudice concerning migrants, that subsist in the imaginary of the society. Therefore, we pose as a guiding question: “Does prejudice subsist in the images and representations regarding immigrants?”.

This report aims to contribute to an analysis of prejudice surrounding immigrants, as a fundamental exercise for the promotion of tolerant and inclusive societies. Based on an internship at AIDGlobal, this report presents the organization and the tasks carried out during this period. Supported by research, as well as surveys and tests conducted on the participants of the training sessions, this report analyzes migrations in Portugal, exploring the perceptions that these participants have towards immigrants and migration. The results display the fallacy of the luso-tropicalist narratives, emphasizing negative prejudice and stereotypes encompassing a subtle form of racism. Global Education, by deconstructing myths and shedding the light on misinterpretations, acts as a tool promoting tolerance and consequently plural and egalitarian societies.

Keywords: Migrations; Immigrants; Prejudice; Tolerance; Global Education

Índice

Introdução	1
Capítulo 1- Representações, Estereótipos e Preconceitos	5
1.1. A construção de Preconceitos e de Estereótipos e a Discriminação.....	8
1.2. Preditores de graus de preconceitos e de reações à imigração	12
1.3. O contexto português	14
1.3.1. Breve história migratória portuguesa	14
1.3.2. Discursos, Perceções e Representações.....	16
1.3.2.1. Luso-tropicalismo.....	16
1.3.2.2. Discursos relativamente aos imigrantes	17
1.4. Ferramentas para a Tolerância: a Educação para o Desenvolvimento	20
Capítulo 2 – Contexto do Estágio.....	24
2.1. Caracterização da organização	25
2.2. Metodologia.....	26
2.3. Objetivos do projeto e descrição de funções desempenhadas.....	28
2.3.1. AMITIE CODE.....	29
2.3.1.1. Formação de Funcionários Públicos.....	30
2.3.1.1.1. Realização de recursos para a formação	31
2.3.1.1.2. Contactos e reuniões com Associações de Imigrantes.....	32
2.3.1.1.3. Contactos com peritos.....	35
2.3.1.1.4. Dinamização das sessões de formação	35
2.3.1.1.5. Revisão e tradução do Plano de Ação.....	36
2.3.1.1.6. Realização e tradução do Relatório Final	37
2.3.1.2. Formação de Professores	37
2.3.1.2.1. Realização de recursos para as sessões II e III.....	38
2.3.1.2.2. Dinamização das sessões II e III	38
2.3.1.2.3 Realização e tradução do Relatório Final	39
2.3.1.3. Laboratórios Escolares - School Labs	39
2.3.1.3.1. Realização de recursos para as ações formativas	40
2.3.1.3.2. Dinamização das ações formativas.....	40
2.3.2. Urbagri4Women	41
2.3.2.1. Elaboração da candidatura para a linha de cofinanciamento do Camões: Instituto da Língua e Cooperação	41
2.3.2.2. Elaboração da candidatura para cofinanciamento do programa FACES	42
2.3.2.3. Representação e participação na reunião da “Mediterranean Migration Network”	43
2.3.3. Outras Tarefas.....	44
2.3.3.1. Análise das linhas de financiamento do programa “Portugal 2020”.....	44
2.3.3.2. Elaboração de proposta comercial.....	45

2.3.3.3. Participação na formação “Art of Hosting”	45
2.3.3.4. Elaboração e desenvolvimento de sessões no âmbito do projeto “Jovens na Política - Participar para a Cidadania Global” inseridas no “Março Jovem” 46	
2.3.3.5. Participação na formação “Inclusion of Migration Policies on Youth Platforms”	46
2.3.3.6. Participação nas “Jornadas Transfronteiriças de Educação para o Desenvolvimento”	47
2.3.3.7. Participação no debate “Educação para o Desenvolvimento e/ou para a Cidadania Global? Debatendo Conceitos”	48
Capítulo 3 - Resultados e Análise das Avaliações Implementadas	50
3.1. Avaliação	50
3.1.1. Avaliação Inicial	52
3.1.1.1. Questionário Inicial	53
3.1.1.1.1. Formação de Funcionários Públicos	53
3.1.1.1.2 Formação de Professores	54
3.1.1.1.3. Laboratórios Escolares - School Labs	56
3.1.1.2. Teste Inicial	57
3.1.1.2.1. Formação de Funcionários Públicos	58
3.1.1.2.2. Formação de Professores	61
3.1.2. Avaliação Final	63
3.1.2.1. Questionário Final	64
3.1.2.1.1. Formação de Funcionários Públicos	64
3.1.2.1.2. Formação de Professores	64
3.1.2.1.3. Laboratórios Escolares - School Labs	65
3.1.2.2. Teste Final	65
3.1.2.2.1. Formação de Funcionários Públicos	65
3.1.2.2.2. Formação de Professores	66
3.2. Discussão	67
Conclusão	70
Bibliografia	73
Anexos	84
1. Lista de sítios de Internet consultados regularmente durante o estágio	84
2. Modelo de Teste Diagnóstico aplicado na formação de funcionários públicos	85
3. Modelo Questionário Inicial aplicado em todas as formações	88
4. Ata de Reunião com a Associação AMUA	90
5. Ata de Reunião com o Teatro Ibisco	92
6. Ata de Reunião com a Associação AMRT	94
7. Ata de Reunião com a Associação ABP	96
8. Lista de convidados externos da formação de funcionários públicos	98
9. Plano de módulos das sessões de formação de funcionários públicos	99
10. Plano de módulos das sessões de formação de professores	100
11. Modelo de Teste Diagnóstico aplicado na formação de professores	101

12. Palavras registadas no Questionário inicial da formação de funcionários públicos	104
13. Palavras registadas no Questionário inicial da formação de professores.....	105
14. Palavras registadas no Questionário inicial dos Laboratórios Escolares	106
15. Respostas do exercício 2. do Teste Diagnóstico inicial da formação de funcionários públicos.....	109
16. Respostas do exercício 3. do Teste Diagnóstico inicial da formação de funcionários públicos.....	109
17. Respostas do exercício 2. do Teste Diagnóstico inicial da formação de professores.....	110
18. Respostas do exercício 3. do Teste Diagnóstico inicial da formação de professores.....	110
19. Modelo de Questionário Final aplicado em todas as formações	111
20. Gráfico de comparação entre o Questionário inicial e final da formação de funcionários públicos.....	113
21. Gráfico de comparação entre o Questionário inicial e final da formação de professores.....	113
22. Gráfico de comparação entre o Questionário inicial e final dos Laboratórios Escolares	114
23. Tabela de comparação entre o exercício 3 do Teste Diagnóstico inicial e final da formação de funcionários públicos	114
24. Tabela de comparação entre o exercício 3 do Teste Diagnóstico inicial e final da formação de professores.....	115

Introdução

O presente relatório de estágio representa a consolidação do mestrado em Migrações, Inter-eticidades e Transnacionalismo, propondo analisar e refletir sobre as percepções e imagens, presentes no imaginário¹ coletivo da população, em relação aos imigrantes e às migrações.

A preparação conceptual e didática do percurso académico do mestrado em questão transmitiu teorias e sabedoria, possibilitando aos alunos a aptidão para a realização de um futuro profissional de êxito. Não obstante, dita formação carece de elementos de índole prática, que permitam ao aluno experienciar questões de cariz profissional, que apenas são perceptíveis através da vivência de tais realidades. A escolha da realização de um estágio encontra sentido neste pensamento. Relativamente à escolha da temática, esta debruça-se sobre questões holísticas mais abrangentes.

A afluência de migrantes e requerentes de asilo a tentarem entrar na Europa, levou a que se tenham erigido muros, reforçado fronteiras e inflamado políticas e pactos, nos últimos anos, de forma a “controlar” tais fluxos. Estas barreiras fazem uma clara distinção entre o Nós e o Outro, impedindo a passagem Deste. A inércia face aos milhares de corpos à tona no Mediterrâneo, contrasta com a agitação contra os fluxos migratórios e contra a crescente diversidade das sociedades, que invade as redes sociais e alguns *media* e conquista um espaço cada vez maior na esfera pública.

Desde conversas corriqueiras, passando por programas de televisão até debates políticos, as migrações têm dominado paulatinamente as agendas contemporâneas, outorgando à interculturalidade um espaço de destaque. O debate dicotómico questionando se a imigração consiste num “problema ou solução”² ou numa “oportunidade ou ameaça”³, relembra os cânones inspirados em Edward Said (2004, p.2), onde o pensamento do *Orientalismo* é “baseado numa diferença ontológica e epistemológica estabelecida entre ‘o Oriente’ e (...) ‘o Ocidente’”. Uma mesma analogia pode ser considerada referente à perpetuação da diferença estabelecida entre estrangeiros e nacionais respetivamente. Além de tornar a diferença eterna, estas representações

¹ O imaginário é formado por “imagens, símbolos, sonhos, aspirações, mitos e fantasias (...) pré-rationais” (Serbena, 2003, p.2).

² Referência a debates apresentados nos meios de comunicação, particularmente o programa televisivo *Fronteiras XXI* do canal RTP 1 que dedicou um episódio ao tema: “Migrações: Problema ou Solução?”.

³ Referência à Conferência Internacional de 2007 da Fundação Calouste Gulbenkian “Imigração: Oportunidade ou Ameaça?”.

agudizam a correlação das migrações com imagens de conflitos, tragédias, insegurança, pobreza e tantas outras ideias negativas. Ainda que as razões para a deslocação de pessoas se correlacionem com questões, entre tantas outras, de pobreza/riqueza, violência e, no fundo, a procura de uma vida melhor, a sua génese prevalece nas disparidades de riqueza e desigualdades de direitos e acessos a serviços. Como afirma o escritor cabo-verdiano Germano Almeida (2007, p.295) “a migração é oportunidade ou ameaça, conforme o homem concreto é tratado como pessoa humana com direitos e deveres, ou como simples mercadoria descartável”.

Ainda que a discussão pública de ideias e a troca de opiniões (instrumento indispensável à construção do conhecimento) seja de extrema importância, esta dissipa-se quando os discursos se impregnam de ideias intolerantes, muitas vezes reificando os imigrantes e reduzindo-os a números (independentemente de vivos ou mortos). A intolerância ameaça as sociedades democráticas ao salientar quem é estrangeiro, quem é o Outro – diferente e inferior. Esta construção do Outro é simultânea à nossa própria construção - a da nossa identidade - acabando por criar uma divisão entre os que pertencem e os que ficam à margem dos direitos (Sanches, 2009). Estes processos podem criar adversidades quando o *diferente* se torna no *inimigo* - numa ameaça. Relembramos Umberto Eco (2011, p. 14), que refere que os inimigos são construídos por interesses, onde “é a sua diferença que se torna sinal de carácter ameaçador”.

Portugal, como país de emigração, reserva no imaginário dos portugueses um lugar particularmente especial, caracterizando-se como país de “brandos costumes”, de um colonialismo e atitudes face ao Outro excecionais. Não obstante, este discurso legitima preconceitos e estereótipos em relação ao Outro (e a Nós mesmos), revelando-se muito distante da realidade discriminatória da sociedade portuguesa.

A intolerância e a discriminação vão de mãos dadas, sendo o preconceito a sua expressão mais visível. Considerando que os preconceitos e os estereótipos são potenciadores de criarem perceções ilusórias, erróneas e falaciosas, torna-se capital a desconstrução de tais noções, fruto de desconhecimentos e ignorâncias. A imagem criada em relação ao Outro orienta as nossas ideias, emoções e atitudes relativamente ao mesmo, sendo estas essenciais para uma coesão social plural, pautada pela diversidade.

Uma inclusão efetiva está claramente dependente das perceções das sociedades de acolhimento em relação aos imigrantes, considerados o Outro. O conhecimento torna-se, assim, um vetor de transformação e consolidação de sociedades igualitárias e tolerantes,

promotoras e protetoras dos direitos humanos. A Educação para o Desenvolvimento (ED) surge como uma peça-chave de tal desígnio, promovendo o respeito e abrindo horizontes.

O presente relatório pretende contribuir para o combate à discriminação, ao explorar as imagens e percepções relativas aos imigrantes, tendo ganhado vida no decurso do estágio levado a cabo na Organização Não-Governamental (ONG) AIDGlobal.

O estágio na AIDGlobal teve a duração de seis meses tendo-se revelado uma intensa, mas aprazível jornada, repleta de desafios e aprendizagens. O ritmo célere pareceu multiplicar tarefas e responsabilidades, cujo nível de importância e relevância se afigurava progressivamente mais elevado. Não obstante, cada compromisso destapou um pequeno grande mundo, onde as pessoas ocupavam o pódio da importância, sem, porém, descuidar as prioridades iniciais dos projetos.

A AIDGlobal, como uma ONG sem fins lucrativos, insere-se no conjunto de entidades que se veem constringidas a recorrer a candidaturas para linhas de financiamento, de modo a realizar as atividades desejadas, assim como a manter a sua atividade e equipa. Tais circunstâncias podem, de alguma maneira, restringir a sua ação, que está limitada aos objetivos dos projetos. No entanto, apesar das delimitações compreensíveis, o nosso espectro de atuação não foi por isso reprimido, tendo sido outorgada certa liberdade, por parte da organização, no desempenho das funções neste estágio. O nosso conhecimento específico na área em migrações foi considerado como um motivo para tal comportamento, levando a que tomássemos tal particularidade com extremo agrado e gratificação, pois levou a um exercício de constante desafio pessoal e profissional, testando barreiras e capacidades, ao mesmo tempo que permitiu uma expansão de conhecimento.

O presente relatório expõe tais vivências, descrevendo as tarefas levadas a cabo durante o estágio realizado. Dada a nossa formação académica e conhecimentos relativamente ao fenómeno migratório, o grosso das atividades inseriu-se neste contexto. No decorrer destas fomos confrontados com percepções, noções, entendimentos e imagens sobre as migrações e os imigrantes, cujo carácter negativo expunha uma necessidade baseada em inquietações e preconceitos infundados. Tal evidência foi o catalisador para a ideação de uma temática para o trabalho final, sintetizador do estágio realizado. O interesse pelo tópico, associado à magnitude das revelações identificadas ao longo das ações, foram um importante mote para a realização de um estudo, ainda que sucinto, sobre as percepções e imagens dos participantes relativamente aos imigrantes. Assim, o presente relatório não é somente expositivo do trabalho realizado no estágio, englobando, ainda,

uma vertente analítica dos resultados de testes e questionários, colocados aos participantes das ações formativas implementadas no decorrer do estágio.

Assim, respeitante à estrutura do presente relatório, este foi dividido em três capítulos. O primeiro apresenta um mapeamento teórico, centrado na problemática deste trabalho – as imagens e os preconceitos relativamente aos imigrantes. Neste “estado da arte” são abordadas diversas teorias explicativas dos preconceitos e conseqüentemente da intolerância perante o Outro, sendo seguidamente expostos alguns preditores de graus de preconceito mais relevantes que tendem a estar associados a atitudes anti-imigração. Relativamente a Portugal, é feita uma contextualização e caracterização dos fluxos migratórios para o país, referindo os discursos e as percepções dos portugueses em relação às migrações e aos imigrantes, mas também relativos a si mesmos neste contexto. Por fim, são apresentadas considerações referentes à ED, incorporando-a aos mecanismos passíveis de serem postos em prática de modo a combater a intolerância.

No segundo capítulo procede-se a uma contextualização e descrição do estágio, caracterizando a entidade acolhedora – AIDGlobal - e apresentando os procedimentos e a metodologia implementada. São, por fim, apresentadas as tarefas desenvolvidas no decorrer do estágio, estando estas divididas por projeto.

O terceiro capítulo expõe os resultados e conseqüente análise das avaliações implementadas, por meio de testes e questionários, aos participantes das ações formativas. Através destes resultados, pretende-se identificar quais as imagens existentes relativas aos imigrantes e se estas estão embebidas em preconceitos e estereótipos. Após tais verificações procede-se a uma breve discussão de tais produtos.

Em tom de conclusão apresentam-se algumas considerações finais, expositivas dos desenlaces retirados, tanto do estágio, como da posterior análise às percepções referentes aos imigrantes. Impregnado de considerações, tanto extro como introspectivas, este espaço de conclusão serve de cenário a mostras de opinião e tomadas de posição, construídas por vivências e instigadas por realidades (não tão) recentemente compreendidas.

O presente relatório expõe o trabalho realizado durante estes seis meses, não obstante é, igualmente, a sua intenção apresentar as ideias e imagens que existem em relação aos imigrantes. Reconhecendo que a população envolvida é meramente representativa de uma diminuta parte dos nacionais, não descuramos a sua importância para a compreensão das atitudes dos portugueses face à imigração. O certo é que independentemente se se quer ou se necessita de aceitar a imigração, esta continuará a fazer parte da vivência humana.

Capítulo 1- Representações, Estereótipos e Preconceitos

As percepções que a sociedade de acolhimento tem a respeito dos imigrantes estão na base da “compreensão das dinâmicas sociais inerentes às relações interétnicas (...) criando intervenções adequadas de forma a promover um acolhimento intercultural efetivo”⁴ (Rochira *et.al.*, 2015, p.98). O conhecimento de tais percepções revela-se, então, crucial para uma inclusão efetiva dos imigrantes. Para uma melhor compreensão de quais as percepções e imagens relativas à imigração e dos seus processos, é essencial embarcar numa viagem pelas suas teorias explicativas.

O conceito de representação social revela-se como uma teoria fundamental neste contexto. Partindo da ideia de ‘representações coletivas’⁵ de Émile Durkheim, Moscovici (2000; e Pérez, 1997) introduz as representações sociais, classificando-as como ideias e conhecimentos, produto do contexto em que vivemos (2000), acabando por reconstituírem a realidade (Rochira *et.al.*, 2015). Estas representações podem ser compostas por imagens, porém não constituem simples reflexos da realidade, mas sim teorias desta (Moscovici, 2000). Como teorias que pretendem definir a realidade, as representações sociais incluem diversos elementos como opiniões, atitudes, preconceitos e estereótipos. A realidade define-se, então, através das reações do indivíduo perante as diversas questões sociais, sendo que estas se alicerçam numa realidade que é construída social e coletivamente (Bidjari, 2011).

Como seres sociais, cada pessoa pertence a vários grupos com os quais se identifica (p.ex. idade, sexo, religião, nacionalidade), sendo que cada grupo do qual é membro, denomina-se endogrupo, enquanto que os grupos aos quais não pertence são os exogrupos⁶. O endogrupo e o exogrupo não existem um sem o outro, sendo a forma como o Outro é visto extremamente influenciada por esta pertença, dependendo da consideração de fazerem parte ou não do grupo. Assim, a construção do Outro constitui um processo. No fundo, é esta divisão entre grupos que está na génese de ver e tratar as pessoas de forma tendenciosa (Fein, 2016; Lippmann, 1998). Desta forma, os preconceitos e estereótipos estão intimamente correlacionados com as normas sociais, sendo estes a representação das relações que cada um de nós mantém com os nossos grupos e culturas

⁴ [“[...] understanding the social dynamics underlying inter-ethnic relations (...) as well in creating appropriate interventions to promote effective intercultural accommodation.” (Rochira *et.al.*, 2015, p.98)]

⁵ Durkheim afirma que as representações coletivas são como conceitos impostos pela sociedade que conjuntamente formam o sistema cultural e a estrutura simbólica de uma sociedade (Moscovici, 2000).

⁶ Adotam-se os termos que Vala (1997) emprega relativamente à tradução de *ingroup* e *outgroup*, referindo-se ao grupo a que se pertence e ao grupo do qual não se faz parte, respetivamente.

(Stangor, 2009). Segundo Santoro (2014, p.20) o “estrangeiro”, por ser estranho ao grupo, é “objeto de estereotipização ‘sumária’”. Desta forma, os imigrantes acabam por ser um dos maiores grupos objeto de estereótipos e preconceitos.

Na origem do preconceito está um processo que envolve três etapas, que passam pela *categorização*, pela *estereotipização* e pela *avaliação* ou juízos de valor (Zick *et. al.*, 2011). O preconceito compreende, então, um pré-julgamento, que é normalmente de carácter negativo (Fiske, 2010; Markaki e Longhi, 2012; Stangor, 2009). Não obstante, para Gordon Allport (1954) os preconceitos são intrínsecos ao ser humano, pois a categorização é essencial às suas vivências.

Os estereótipos, como integrantes das representações sociais, servem como instrumentos cognitivos que permitem definir a realidade (Lippmann, 1998), acabando por a simplificar (Lippmann, 1998; Moscovici e Pérez, 1997; Santoro, 2014). A função categorizadora está na origem deste processo, permitindo construir conhecimento (Stangor, 2009), tanto sobre nós mesmos como sobre os outros (Sanches, 2009). Este processo de construção da identidade individual e coletiva (Costa-Lopes *et.al.*, 2008; Lippmann, 1998; Zick, *et. al.*, 2011), influencia as perceções e interpretações dos comportamentos dos membros de um grupo (Fein, 2016). No entanto, acaba, igualmente, por nos distanciar dos outros, ao atribuímos características depreciativas ao Outro (Moscovici e Pérez, 1997), ao mesmo tempo que idealizamos o endogrupo (Vala *et. al.*, 2015).

Além do estereótipo ser uma simplificação, este constitui uma generalização. As generalizações dirigem-se maioritariamente a grupos ou indivíduos com um intuito qualificador e classificador (Fein, 2016; Santoro, 2014), fazendo parte de um processo reducionista (Santoro, 2014) em que a complexidade do indivíduo é ofuscada pelas características atribuídas ao grupo ao qual pertence. Deste modo negam-se as características individuais e identitárias específicas de cada um. Da mesma forma, dá-se demasiada importância às diferenças entre os grupos, acabando por se depreciar as distintas características dos indivíduos de um mesmo grupo (Fein, 2016). Coincidentemente, os membros de exogrupos parecem ser todos iguais através de um processo de homogeneidade, ao passo que existe um fenómeno de heterogeneidade no próprio grupo, onde todos são diferentes uns dos outros (Zick, *et.al.*, 2011). Esta diferenciação entre grupos abrange um diversificado leque de características, desde aspetos físicos a comportamentos, sendo que Vala e os seus colaboradores (2012; 2015) observam que atualmente se exaltam as diferenças culturais em detrimento das raciais.

A atribuição de diferenças culturais a outros grupos insere-se num processo de inferiorização cultural do Outro (Vala *et.al.*, 2012), espelhando-se numa “hetero-eticização” (Costa-Lopes *et.al.*, 2008). Porém, para Moscovici e Pérez (1997) a face discriminatória do preconceito advém da negação de semelhanças ao invés da afirmação das diferenças. No estudo realizado por Costa-Lopes e colaboradores (2008) ficou estabelecido que esta “exorcização das semelhanças” (Costa-Lopes *et. al.*, 2008, p.284) é mais significativa por parte de quem tem altos níveis de identificação com o endogrupo.

Este tipo de preconceito insere-se nos contextos do racismo moderno⁷, integrando conceitos como as microagressões⁸. Esta forma de racismo subtil⁹ é utilizada frequentemente pela maioria (branca) que se quer mostrar tolerante e justa, utilizando preconceitos tão ambíguos que acabam por parecer seguros e que são aceites pela sociedade e fáceis de racionalizar (Fein, 2016). Estas atitudes emergem em contextos em que demonstrações mais expressivas de racismo são condenáveis (Crandall e Eshleman, 2003). Preocupantemente, corre-se o risco de estas atitudes serem altamente prejudiciais, podendo levar à discriminação e à exclusão social.

A discriminação distingue-se dos estereótipos e preconceitos por não constituir uma ideia *per se*, não obstante esta acaba por ser a aplicação real das convicções de cada um (Fiske, 2010). Segundo Steele (1997) a utilização de estereótipos influencia o desempenho intelectual e a própria identidade da minoria estereotipada. O indivíduo ou o grupo, mesmo que não seja alvo de estereótipos diretos, acaba por ser afetado apenas pelo facto de ter conhecimento que tais estereótipos existem relativamente à sua pessoa ou grupo (Fein, 2016; Steele, 1997). Apesar de não ser possível afirmar que os preconceitos conduzem automaticamente à discriminação, estes constituem os fundamentos e as justificações para atos discriminatórios e possivelmente violentos (Zick *et.al.*, 2011).

Walter Lippmann (1998) foi o primeiro a cunhar o termo estereótipo em 1922, no seu livro *Opinião Pública*, como “imagens nas nossas cabeças”¹⁰ projetadas para a realidade, de modo a criar padrões mentais. A opinião pública sobre assuntos que não são

⁷ Também denominado de racismo simbólico, define-se por elementos simbólicos que percecionam o exogrupo como uma ameaça cultural a certos valores, com reivindicações injustificáveis (Vala *et. al.*, 2015)

⁸ Exemplos de microagressões constituem a justificação “...mas tenho amigos que são...” ou abordagens “daltónicas” onde a etnicidade e a cor parecem ser invisíveis, remetendo para um universalismo e silenciando a discriminação racial. Para mais esclarecimentos consultar Fein (2016) e Sue (*et. al.* 2007).

⁹ Racismo subtil correlaciona-se com a ausência de emoções positivas face ao Outro e com uma enfatização das diferenças culturais existentes entre o endogrupo e o exogrupo (Rosário *et. al.*, 2011).

¹⁰ [“pictures in our heads” (Lippmann, 1998)]

tão próximos é, assim, criada por estas representações mentais. Segundo Fiske (2010) ao estereotipar, o indivíduo coloca as suas emoções, pensamentos, crenças e expectativas nos outros, sem possuir previamente qualquer forma de conhecimento concreto relativamente a estes. Considerando a imigração, as opiniões e atitudes face a imigrantes alicerçam-se nestas imagens e representações, ao invés de conhecimentos relativos à imigração propriamente dita. Segundo Blinder (2015), tal acontece, pois é impossível um indivíduo perceber e experienciar o fenómeno migratório como um todo, ainda que conheça e tenha contacto direto com imigrantes. Assim, o indivíduo constrói uma “imigração imaginada”¹¹ baseada nas imagens que percebe (Blinder, 2015, p.81).

As atitudes negativas face aos imigrantes têm as suas raízes nestas imagens criadas em torno da imigração, construindo um imaginário específico. É neste contexto que o conhecimento relativamente à construção de tais ideias se revela crucial, para a promoção da tolerância e mitigação de atitudes negativas em relação aos imigrantes. Concluímos este apartado com uma citação de Serbena (2003, p.3) onde afirma que “o imaginário é concebido como epifenómeno do real e contrapõe-se, como ilusão ou fantasia, ao conhecimento e ao saber científico”. Numa tentativa de compreender melhor este fenómeno, são seguidamente apresentadas algumas teorias explicativas dos preconceitos e processos de estereotipização.

1.1. A construção de Preconceitos e de Estereótipos e a Discriminação

A literatura fornece diversas hipóteses e teorias relativamente à construção de preconceitos e estereótipos. Encontramos a grande maioria destas teorias no âmbito das ciências sociais, nomeadamente na sociologia e na psicologia social. Como visto anteriormente, para Moscovici e Pérez (1997) as representações que criamos de certos objetos sociais definem os critérios discriminatórios e preconceituosos relativamente a estes, pois “os preconceitos são produto de uma sociedade cuja representação molda a escolha de categorias ou estereótipos”¹² (Moscovici e Pérez, 1997, p.35).

Certas teorias analisam a imagem que temos do Outro, explicando a existência, ou não, de preconceitos pela lógica do contacto e da interação entre pessoas e grupos (Allport, 1954), não obstante não é apenas o contacto que tem o poder de diminuir preconceitos, mas sim a natureza deste (Valentine e McDonald, 2004). Outras teorias

¹¹ [“imagined immigration” (Blinder, 2015)].

¹² [“[...] prejudices as products of a society whose representation shapes the choice of categories or stereotypes” (Moscovici e Pérez, 1997, p.35)].

defendem tanto o contexto como os contactos sociais como palco de aprendizagem de atitudes e comportamentos, nomeadamente preconceitos (Bandura, 1977).

A pertença a um ou vários grupos, aliada à forma como os vemos e os caracterizamos, é a base para manifestações negativas face aos outros. De acordo com Blumer (1958) estas atitudes negativas face a exogrupos estão correlacionadas com a posição que os grupos têm na sociedade. Segundo o autor, a identidade grupal, a estereotipização do exogrupo, a preferência a nível de *status* do endogrupo e a perceção de ameaça estão na génese dos preconceitos. Neste sentido, o outro grupo pode ser visto como uma ameaça ao *status* do endogrupo, prejudicando os seus direitos ou privilégios (Lundberg, 2017). A noção de ameaça, seja ela real ou percecionada (Costa-Lopes *et.al.*, 2008; Hjerm, 2007), é um dos catalisadores para narrativas discriminatórias repletas de preconceitos. Quillian (1995) revisita esta teoria afirmando que a noção de ameaça coletiva advém do tamanho (numérico) do exogrupo, assim como das circunstâncias económicas (p.ex. imigrantes ameaçam a segurança económica). Esta ideia tem por base a noção do exogrupo como um competidor, reconhecendo a escassez de recursos e a relevância da competição por estes (Hjerm, 2007). Neste sentido, o desenvolvimento económico do país influencia profundamente esta luta por recursos (Lundberg, 2017), porém o contexto político pode igualmente fortalecer ou amenizar as atitudes relativamente ao Outro.

É no campo da ciência política que se tenta, igualmente, encontrar algum sentido para as diferenças relativamente a atitudes tolerantes ou preconceituosas, pois analisa os modelos de organização política, ao comparar as diferenças políticas entre os Estados-nação. Além da própria visibilidade e da heterogeneidade das populações de origem imigrante, que difere de país para país (Lundberg, 2017), as tradições históricas e políticas que caracterizam uma nação estão estreitamente relacionadas com a tolerância e os preconceitos relativos a diferentes grupos (Weldon, 2006). Não obstante, a eficiência do Estado-providência e as suas conquistas são para Inglehart e Welzel (2005, em Lundberg, 2017) a origem de comportamentos mais tolerantes dentro da sociedade. De acordo com esta teoria, o nível de vida ao qual uma sociedade se habituou constitui o motor dos seus próprios valores (Lundberg, 2017).

Investigadores, estudiosos e analistas empenham-se, há quase um século, na demanda de compreender a emergência de estereótipos, preconceitos e atitudes negativas face ao Outro. Tal dedicação procura explicações mais esclarecidas, do que a corriqueira justificação que predita que o incremento em número do(s) Outro(s) leva,

proporcionalmente, ao aumento de atitudes negativas face a Este(s). Apesar de um número de estudos corroborar tal interpretação (Scheepers *et. al.*, 2002; Taylor, 1998) parece que a dimensão numérica de imigrantes apenas é relevante quando confrontada com questões relacionadas com a economia nacional¹³ (Quillian, 1995), sendo impercetível se existe uma relação direta causal entre o preconceito face a imigrantes e o seu número propriamente dito. Destacamos o estudo feito por Hjerm (2007), onde analisa esta questão, concluindo que a proporção de imigrantes não tem uma correlação direta com atitudes anti-imigração.

É possível contrapor a ideia que sociedades com um alto número de imigrantes terão, automaticamente, mais preconceitos e atitudes negativas face a este grupo, baseando-nos nos pensamentos de Allport (1954). Segundo esta teoria um maior contacto entre grupos leva a uma diminuição dos estereótipos e preconceitos, ao experienciar momentos e conhecer pessoas. Assim, regiões com menos população imigrante não têm a oportunidade destes encontros, podendo ter mais preconceitos e estereótipos que não são desconstruídos (Schlueter e Wagner, 2008; Zick *et.al.*, 2008). Da mesma forma, a noção de ameaça de Blumer (1958) pode dissipar-se ou diminuir graças a experiências positivas com populações de origem imigrante. Não obstante, face a um pobre contacto e exposição, uma grande população imigrante pode levar a que a percepção de ameaça seja maior (Markaki e Longhi, 2012). Aparentemente, o elemento mais relevante para a existência de atitudes anti-imigração não é o número real de imigrantes, mas sim a proporção de imigrantes que é percecionada pela população (Zick *et.al.*, 2008).

Apesar das teorias explicativas dos preconceitos e de sociedades menos ou mais tolerantes, estas não são suficientes para explicar as variações que ocorrem tanto nas perspetivas face aos imigrantes, como na sua intensidade, verificadas entre os vários países (Lundberg, 2017). Uma explicação pode ser encontrada nas imagens e discursos perpetuados, tanto pelos meios de comunicação de massas (Moscovici, 2000) como pela esfera política. Diversos estudos concluem que a forma como a imigração e os imigrantes são enfocados nos debates, sejam mediáticos (Blinder, 2015; Cádima e Figueiredo, 2003; Kosho, 2016) ou políticos (Santoro, 2014; Yilmaz, 2012), pode contribuir para mudanças nas opiniões e atitudes da população.

O poder dos *media*, como simbólicos e persuasivos, está associado a uma noção de controlo das audiências (Lippmann, 1998; Van Dijk, 1987). A percepção relativamente à

¹³ Nomeadamente o Produto Interno Bruto (PIB).

imigração pode ser moldada pelos meios de comunicação de massas através de técnicas como *agenda setting* e *framing*, dizendo ao público o que pensar e como pensá-lo respetivamente (Van Dijk, 1987). Alguns *media* decidem os termos nos quais o debate público acontece, fornecendo histórias que acabam por justificar os preconceitos face a certos grupos, dando à maioria a noção de impossibilidade de colmatar tais questões, encorajando, assim, sentimentos negativos face a tais grupos (Valentine e McDonald, 2004). O escasso contacto e exposição a diversas culturas leva a que a padronização cultural feita por estes meios encoraje o indivíduo a “essencializar” os outros (Camicia, 2007, p.222). Desta forma alguns *media* legitimam estereótipos e preconceitos (Cádima e Figueiredo, 2003), criando um *frame* em torno da ideia do migrante (Santoro, 2014), podendo reificar determinados imaginários e contribuindo para a produção de ideias preconceituosas. Assim, muitos meios de comunicação difundem uma certa imagem, relativa aos imigrantes e à imigração que será, posteriormente, interiorizada pelo público (Moscovici, 2000, Van Dijk, 1987).

Dado o seu poder, os *media* são comumente utilizados pelos partidos políticos, especialmente os de índole populista e os situados no extremo da ideologia de direita, como um meio de difusão das suas ideias, conseguindo moldar os debates em torno da questão da migração (Yilmaz, 2012). Nestes discursos políticos os imigrantes são utilizados frequentemente como “bode expiatório” para qualquer insegurança incongruente (Zick, *et. al.* 2011), sendo a causa da existência da precariedade e da criminalidade e responsáveis por altas taxas de desemprego e por reduções nos salários (Valentine e McDonald, 2004). O discurso alarmista relativamente aos migrantes, em que são vistos na ótica de incompatibilidade com a cultura e os valores europeus alastra-se, um pouco por todo o espectro político, como uma maneira dos outros partidos atraírem eleitores (Yilmaz, 2012). O reforço da ideia do imigrante como inimigo (*versus* a nação) apenas corrobora certos estereótipos, levando a políticas limitativas e repressivas que colocam o migrante ainda mais à margem da sociedade (Santoro, 2014). Em modo de conclusão, citamos Zick e colaboradores (2011, p.159) que classificam os preconceitos como “a força vital do extremismo e populismo de extrema-direita” onde o “populismo ladra, mas o extremismo morde”¹⁴.

¹⁴ “[...] prejudices are the lifeblood of right-wing populism and extremism” e “populism barks, but extremism bites” (Zick *et. al.*, 2011, p. 159)]

1.2. Preditores de graus de preconceitos e de reações à imigração

Os diversos estudos dão a conhecer variados preditores individuais de preconceitos que influenciam, maioritariamente, atitudes negativas face à imigração. A constatação dos efeitos de tais variáveis nas reações à imigração, está baseada em dados recolhidos através de inquéritos, feitos a grupos de amostras nacionais e internacionais. Ainda que respeitantes a uma amostra, estes dados permitem obter uma ideia mais geral dos preconceitos e atitudes anti-imigração na sociedade. Utilizadas em modelos estatísticos multivariados, estas variáveis são independentes. Apesar de algumas variáveis, como a idade e o sexo, serem consideradas por Chandler e Tsai (2001 em Lages *et.al.*, 2006) como irrelevantes, é de ressaltar a importância de tais preditores. A sua relevância não se coaduna com uma perspectiva de caracterização individual, mas sim num sentido mais abrangente, analisando os impactos que diferentes condições estruturais possam ter nas opiniões e atitudes (p. ex. um país com uma população mais envelhecida terá diferentes atitudes que um país com uma elevada população jovem).

A importância destes preditores (sejam sociodemográficos, caracterizadores, ideológicos ou posicionais) prende-se, igualmente, com a evidência que os contextos individuais têm um peso extremamente forte relativamente a atitudes negativas (Lundberg e Abdelzadeh, 2017), sendo clara a relação entre atitudes tolerantes e os diversos contextos sociais e fatores socioeconómicos (Weldon, 2006).

Os estudos demonstram que indivíduos com níveis de instrução mais elevados tendem a ser mais tolerantes face à imigração (Hjerm, 2007; Lages *et.al.*, 2006; Zick, *et.al.*, 2011). Aqui, a função socializadora da escola pode constituir uma explicação (Lundberg e Abdelzadeh, 2017) transmitindo normas e valores estruturais da sociedade. Outra explicação prende-se com a teoria de ameaça de Blumer (1958) onde os indivíduos, com níveis superiores de educação, não veem os grupos minoritários como uma ameaça tão grande como os veriam as pessoas com qualificações mais baixas (Hello *et.al.*, 2002). Não obstante, um nível de escolaridade elevado associado a ideologias políticas conservadoras, pode levar a expressões de racismo mais intensas (Vala *et. al.*, 1999).

Outro preditor influenciador de preconceitos e reações à imigração são as ideologias, observando-se que os indivíduos liberais são mais abertos à imigração que os conservadores (Lages *et.al.*, 2006). De notar que, neste contexto, existe uma maior associação entre o conservadorismo moral e a discriminação e preconceito, do que entre estes e as ideologias políticas conservadoras (Vala *et. al.*, 1999). Respeitante a princípios

e opiniões, relembramos Vala (1997) que afirma que são os valores o cerne dos conflitos intergrupais, levando a atitudes discriminatórias.

Certas variáveis (idade e recursos) associam-se a ideias e atitudes discriminatórias repletas de preconceitos, apenas quando inseridas em análises bivariadas, demonstrando-se inconsistentes quando colocadas num leque mais amplo de efeitos (Vala *et. al.*, 1999). Porém, e apesar dos efeitos heterogêneos da variável etária (Lages *et.al.*, 2006; Vala *et. al.*, 1999), nalguns contextos, a idade parece ser um elemento influenciador de sentimentos anti-imigração, em que, permanecendo tudo o resto igual, os jovens surgem como mais tolerantes relativamente a imigrantes e à diversidade cultural (Hjerm, 2007; Lages *et.al.*, 2006; Valentine e McDonald, 2004; Zick *et. al.*, 2011). Segundo Lundberg e Abdelzadeh (2017) é durante os primeiros anos da adolescência que o indivíduo é mais influenciável, acabando por moldar as suas ideias a respeito da discriminação. Tendo isto em conta, os autores advertem que é neste período que o empenho na promoção da tolerância e do respeito deveria incidir, considerando os efeitos mais acentuados nesta idade.

O rendimento e o estatuto social são, igualmente, variáveis que influenciam as atitudes para com a imigração e os imigrantes (Hjerm, 2007; Markaki e Longhi, 2012) quando associadas a análises bivariadas (Vala *et. al.*, 1999). Neste contexto, é possível que a percepção de ameaça, face ao imigrante, seja menor quanto mais elevado é o estatuto social e o rendimento, levando a que os indivíduos que se inserem nestas categorias apresentem atitudes mais pró-imigração, pois “a percepção de interdependência negativa, ou o conflito percebido entre os interesses do endogrupo e do exogrupo, facilita muito claramente o preconceito e a discriminação” (Vala *et. al.*, 1999, p. 167).

Por fim, não foi encontrado consenso relativamente a que sexo tem atitudes mais tolerantes face aos imigrantes. De acordo com o estudo de Lundberg e Abdelzadeh (2017) as mulheres mostram menos reações negativas que os homens. Porém, a maioria dos estudos (Lages, *et.al.*, 2006; Markaki e Longhi, 2012; Valentine e McDonald, 2004; Zick *et. al.*, 2011) afirmam que, apesar da diferença ser mínima, as mulheres expressam mais atitudes anti-imigrantes. A insegurança sentida por parte das mulheres, comparativamente aos homens, pode constituir uma justificação segundo Lages e a sua equipa (2006). Outra razão, que Zick e os seus colaboradores (2011) apontam, é o facto de a população feminina entrevistada ser, normalmente, mais idosa e com níveis mais baixos de educação, sendo, portanto, duas variáveis com efeitos sob os preconceitos e as atitudes anti-imigrantes.

1.3. O contexto português

1.3.1. Breve história migratória portuguesa

Portugal é historicamente considerado como um país de emigração (Fonseca, 2008; Lages *et.al.*, 2006; Rosário, *et.al.* 2011; Rodrigues, *et.al.* 2013), tendo fornecido mão-de-obra a diversos países, tradicionalmente situados na Europa e na América do Sul, durante as décadas de 60 e 70. A mudança de regime, provocada pelo 25 de abril de 1974, traz alterações substanciais a nível dos processos migratórios. Por um lado, a descolonização das ex-colónias africanas incita à deslocação massiva de portugueses que lá viviam (Fonseca, 2008). Este momento é considerado por Pires (2003) como o maior movimento populacional na história moderna de Portugal, contando com cerca de meio milhão de pessoas repatriadas. Por outro lado, observa-se, simultaneamente, a intensificação da imigração proveniente destas ex-colónias, prolongando-se este fenómeno até hoje (Pires, 2003; Rodrigues, *et.al.* 2013).

Este período de intensa imigração é denominado, nos contextos migratórios, como a *fase pós-colonial*, compondo a primeira de três fases constituintes do processo de imigração português. Segundo Pires (2006), os momentos que precedem esta imigração resultante dos processos de descolonização são: a *fase comunitária*, correspondendo ao período de entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia em 1986; e uma terceira fase da *globalização* compreendendo os fluxos caracterizantes do final do século XX e início do século XXI. É neste último período que os fluxos migratórios para Portugal se intensificam substancialmente.

O final da década de 90, até aos dias de hoje, comporta alterações significativas nos fluxos migratórios e conseqüentemente na forma como as migrações são vistas e percecionadas (Fonseca, 2008). Além do crescimento da imigração, observa-se a incorporação de novas nacionalidades e origens ao leque de imigrantes em Portugal. Segundo dados do SEF¹⁵ o número de população estrangeira residente em Portugal atingiu o seu número mais alto em 2009 (451.742) tendo vindo a diminuir até aos dias de hoje (392.969 em 2016)¹⁶. Uma das alterações mais significantes foi a integração da chamada imigração da Europa de Leste, que trouxe consigo consideráveis alterações ao

¹⁵ Consultado a 4 de novembro de 2017 em: <https://sefstat.sef.pt/evolucao.aspx>

¹⁶ Advertimos para o facto de estas estatísticas se referirem apenas a estrangeiros com títulos de residência. O número de imigrantes em Portugal é passível de aumentar para o dobro caso se contabilizem os estrangeiros a residir clandestinamente (Lages *et. al.*, 2006).

panorama da imigração (Pires, 2003), visíveis até aos dias de hoje. Segundo o relatório do SEF, em 2016 as nacionalidades mais representativas da imigração portuguesa eram os brasileiros (81.251), os cabo-verdianos (36.578), os ucranianos (34.490), os romenos (30.429) e os chineses (22.503) (SEF, 2016). Esta corrente de pessoas de ‘novos’ países, marcados pela queda da União Soviética, transfigura o perfil do imigrante, levando a um aumento do nível de qualificações e competências dos imigrantes como um todo¹⁷.

Na transição para o século XXI observam-se, igualmente, alterações na distribuição geográfica da população imigrante. Tradicionalmente as populações concentram-se nas áreas com mais oportunidades profissionais. Esta realidade é análoga à população imigrante, em que a sua distribuição geográfica incidia nas zonas metropolitanas e litoral, nomeadamente na área metropolitana de Lisboa com uma maioria de africanos; no Algarve, maioritariamente com europeus; e no Norte litoral, com uma maioria de brasileiros (Rosário, *et.al.*, 2011). É na viragem do milénio que surgem novos padrões. Ainda que muito concentrada nas referidas áreas, observa-se uma dispersão por todo o território português, com aumentos significativos, nos últimos anos, nas zonas do interior Centro e Norte, no Algarve e no Minho¹⁸ (SEF, 2016).

Apesar do aumento nos fluxos migratórios para Portugal nos últimos anos, a percentagem de população estrangeira relativamente à população residente é pouco significativa, representando 3,8% da população total (Pordata¹⁹, 2016). Não obstante o afluxo de pessoas estrangeiras a residir no território nacional, o número de nacionais a saírem do país é superior. Portugal conserva, assim, o seu rótulo de país de emigrantes com um saldo migratório negativo (-8,3²⁰) em 2016, com os fluxos de saídas de pessoas a ultrapassarem o fluxo de entradas, sendo o país da Europa com mais emigrantes proporcionalmente, com 22% dos portugueses no estrangeiro (Pires *et. al.*, 2016).

¹⁷ Apesar de altamente qualificados a nível académico e profissional, os imigrantes da Europa de Leste não viram as realidades profissionais corresponder à sua qualificação, tendo integrado sectores maioritariamente não qualificados (Rosário *et. al.*, 2011)

¹⁸ Castelo Branco foi o município com o maior aumento de população imigrante em 2016 com um aumento de 11,9% comparativamente ao ano anterior, seguido por Bragança (11,6%), Guarda (9,5%), Faro (9%) e Braga (7,6%) (SEF, 2016, p.12).

¹⁹ *População estrangeira em % da população residente. 2016*. Consultado a 12 de novembro de 2017 em: <http://www.pordata.pt/Europa/Popula%C3%A7%C3%A3o+estrangeira+em+percentagem+da+popula%C3%A7%C3%A3o+residente-1624>

²⁰ *Saldos populacionais anuais: total, natural e migratório. 2016*. Consultado a 12 de novembro de 2017 em: <http://www.pordata.pt/Portugal/Saldos+populacionais+anuais+total++natural+e+migrat%C3%B3rio-657>

1.3.2. Discursos, Percepções e Representações

Como mencionado anteriormente, os estereótipos e preconceitos, sendo elementos cognitivos, constroem uma imagem do Outro mas também de Nós mesmos. É importante, neste apartado, visitar não só as percepções que os portugueses têm dos imigrantes, mas também de si mesmos.

1.3.2.1. Luso-tropicalismo

A representação da identidade nacional portuguesa no contexto migratório está embebida em elementos colonialistas e pós-colonialistas. A relativamente recente história da imigração para Portugal, com um elevado aumento a partir das décadas de 80 e 90, aliado à diversificação da origem dos fluxos, levou a uma intensificação de estudos analíticos sobre os discursos e as representações relativamente a imigrantes (Lages *et. al.*, 2006). A maior parte dos trabalhos levados a cabo neste âmbito, procuram desconstruir a imagem recalcada de um país acolhedor e de “brandos costumes” (Rosário *et. al.*, 2011). Tal revela-se um empenho significativo visto diversas ideias, potencialmente prejudiciais, subsistirem no imaginário coletivo dos portugueses em relação às migrações. A maioria destas consiste em celebrações da hospitalidade e amabilidade, características inalteráveis do povo português. Estas ideias são muitas vezes corroboradas pela experiência dos emigrantes portugueses, estabelecendo Portugal como um país favorável à imigração (Rosário *et. al.*, 2011). Não obstante, é a ideia de luso-tropicalismo que domina as representações dos portugueses.

A ideia de luso-tropicalismo predica que os portugueses foram (e são) particularmente competentes na sua relação com os povos tropicais, assim como na miscigenação, habilidade esta que levou a considerar-se o colonialismo português como uma exceção (Vala *et. al.*, 2015). Esta representação de Portugal e dos portugueses impulsiona a percepção de país de “brandos costumes” que acabou por se tornar “um lugar comum na sociedade portuguesa e constitui um elemento do seu imaginário coletivo” (Rosário *et. al.*, 2011, p.52). Este imaginário onírico fundido em moldes históricos persiste nos discursos e pensamentos dos portugueses, sendo profundamente perigoso pois baseia-se na ideia da inferioridade natural dos povos subjugados (Sanches, 2009), perpetuando preconceitos de índole “hetero-étnica” (Vala, 1997) e levando a uma proliferação do racismo subtil (Rosário *et. al.*, 2011; Vala *et. al.*, 2015). Não obstante, a conservação desta ideologia leva a que o racismo não se teorize

na esfera política, vedando os discursos políticos anti-imigração e racistas (Rosário *et. al.*, 2011; Vala *et. al.*, 2015).

1.3.2.2. Discursos relativamente aos imigrantes

Os sentimentos e atitudes referentes aos imigrantes e à imigração estão repletos de imagens perçecionadas, cujo estoicismo face ao factual corrompe a realidade (Lages *et.al.*, 2006), sendo objeto de estudo de diversas análises (ver, *inter alia*, António e Policarpo, 2011; Lages *et. al.*, 2006; Rodrigues *et.al.*, 2013; Rosário *et.al.*, 2011; Vala, 1997; Vala *et. al.*, 2015). A primeira conclusão a que se chega é que, em geral, estes sentimentos são ambivalentes (Rosário *et.al.*, 2011) e até contraditórios (Lages *et. al.*, 2006) por parte dos portugueses. Apesar de ser claro, para a maioria dos portugueses, que os imigrantes têm direitos e que estes têm de ser defendidos, apenas e quando não sejam criminosos e trabalhem (Lages *et.al.*, 2006), é possível encontrar dados que são, no mínimo, inquietantes.

Consideremos alguns estudos feitos tanto a nível nacional como europeu, permitindo, assim, uma comparação com outros países²¹. Primeiramente, observamos o trabalho realizado por Ramos e os seus colaboradores (2016), onde são analisadas as perçções e atitudes face aos imigrantes baseando-se no *European Social Survey* de 2014/15. Este estudo indica que a população portuguesa está entre as populações de países europeus que mais se opõem à imigração, situando-se entre a Hungria, República Checa e Reino Unido. Esta reação demonstra ser mais intensa relativamente a imigrantes de grupos étnicos vistos como sendo diferentes, de países pobres ou de origens não europeias. Face à questão de os imigrantes constituírem uma ameaça em termos securitários, a população portuguesa revela um dos valores mais elevados a nível de perçção desta ameaça, entre a população da Hungria, da República Checa, da Noruega e da Áustria. No entanto, a perçção de uma ameaça de índole cultural ou económica não tem grande expressão.

Algumas das ideias precedentes são corroboradas na análise feita pela Comissão Europeia a 15 países europeus, no âmbito do *European Values Study* (EVS) de 2008 (EVS, 2016), onde é possível verificar que a população portuguesa se situa no terceiro posto a acreditar que a imigração aumenta a criminalidade, estando em quarto a classificar

²¹ Atendemos ao facto de alguns dos seguintes estudos terem sido realizados antes da crise humanitária de 2015, que levou um elevado número de requerentes de asilo e migrantes a entrar na Europa. Tais circunstâncias são passíveis de ter certo efeito sob as perçções e reações às migrações, podendo exacerbá-las.

a imigração como um fardo para o sistema providência e em quinto a ver a imigração em geral como uma ameaça à sociedade.

Insistimos nesta noção de ameaça percebida pelos participantes e recorremos ao relatório europeu realizado por Zick e os seus colaboradores (2011), onde é possível aprofundar esta questão. Observamos que na sociedade portuguesa, a noção de ameaça colocada pelo imigrante está mais presente quando estão em causa questões (p. ex. situação económica, estilo de vida e valores) de âmbito nacional do que a nível pessoal. No estudo de Lages e colaboradores (2006) observa-se que nos participantes de estatutos sociais inferiores é explícita a noção de competição por recursos entre a população maioritária e os imigrantes. Porém, por parte dos estatutos médio-baixo a pobreza é preferível do que pertencer a uma minoria. Tal parece confirmar o reconhecimento de que a discriminação é um elemento regularmente presente na vida dos imigrantes.

O supramencionado relatório europeu (Zick *et.al.*, 2011), onde são analisados os preconceitos, a intolerância e a discriminação, constitui uma fonte valiosa de constatações, onde é possível observar variadas atitudes e sentimentos minimamente inquietantes por parte da sociedade portuguesa. A respeito da tolerância, a maior parte dos portugueses (61,7%) acredita ser benéfico para o país se este tiver uma grande maioria que partilha os mesmos costumes e tradições, contando apenas com 43,6% dos participantes a aceitar a diversidade religiosa. Esta ênfase parece demonstrar um desconhecimento relativamente à diversidade e a noções de igualdade e direitos (Valentine e McDonald, 2004). Quando questionados sobre que modelo de inclusão de imigrantes os portugueses preferem (i.e. integração, assimilação ou exclusão), 30,5% dos inquiridos apoiam o modelo de exclusão de imigrantes, em que estes deveriam manter a sua cultura, mas não deveriam misturar-se com a população portuguesa. Em Portugal, quase 20% dos inquiridos são contra a facilitação dos processos de naturalização de imigrantes, a viver no país há anos consideráveis. De um modo geral, a percentagem de pessoas a quererem menos ou nenhuns imigrantes e mais restrições na imigração perfaz 18,6% dos inquiridos em Portugal.

A discriminação está patente neste relatório (Zick *et. al.*, 2011), onde 25,2% dos participantes é relutante a ter os seus filhos numa escola com uma maioria de crianças imigrantes e 32,9% são contrários a viverem num bairro com uma maioria de imigrantes. Ademais, 17,8% concorda perante a possibilidade de um empregador ter o direito de apenas contratar portugueses e 16,4% afirma votar num partido que proponha reduzir o

fluxo de imigrantes. Estas ideias são expressões de um racismo mais explícito considerado como flagrante (Vala, *et.al.*, 2015).

Quando questionados se utilizariam violência contra um imigrante, relativamente a um assunto importante, os participantes portugueses que responderam positivamente (18,3%) ultrapassam a média europeia (15%).

É impossível a ausência de certa consternação face ao anúncio, do relatório, de que a população portuguesa se encontra no pódio das sociedades com maiores níveis de atitudes anti-imigrantes, ao lado da polaca e da húngara. A sociedade portuguesa está, também, a par com a polaca, com o maior número de pessoas a afirmarem que raramente testemunham atos discriminatórios face aos outros. Esta questão é explicada por Zick e a sua equipa (2011), afirmando que existe uma correlação direta entre a discriminação que é observada e a própria experiência discriminatória do indivíduo, em que a pessoa será mais sensível a esta questão se terá experienciado discriminação relativamente a si mesmo ou aos seus.

Nas investigações realizadas apenas em contexto nacional, consideramos os estudos de António e Policarpo (2011) e de Rosário e os seus colaboradores (2011). Nestas análises referentes às expressões de racismo em Portugal, são visíveis os sentimentos e reações face aos imigrantes, onde a injustiça é evidente na perceção de que os imigrantes recebem mais apoios sociais que os portugueses. Estas ideias parecem fomentar a sensação de traição por parte das entidades políticas (Rosário *et.al.*, 2011).

Não obstante as ideias negativas face aos imigrantes, é possível observar que a maioria dos participantes considera a imigração positiva em termos económicos e de interculturalidade. Sublinhamos a experiência realizada à população portuguesa, onde quando pedidos para se auto-classificarem, os portugueses, escolheram os termos, *inter alia*, ‘racista’ e ‘hospitaleiro’ (Rosário *et.al.*, 2011). Esta ambivalência, aliada à sua multidimensionalidade e complementaridade, são elementos caracterizadores dos estereótipos (Reyna *et.al.*, 2013). Segundo Zick e colaboradores (2011) a própria ambivalência pode ser considerada como uma forma de preconceito.

É possível observar expressões de racismo subtil nas análises de António e Policarpo (2011) reveladas na perceção que os imigrantes são culturalmente diferentes por uma grande parte dos portugueses. Os estudos analisados demonstram que os preconceitos e os estereótipos moldam a representação social tanto dos imigrantes (Lages *et.al.*, 2006) como dos portugueses (Vala *et.al.*, 2015). O preconceito é, assim, “o fundo

de pré-determinação cultural das imagens que o respondente incorporou na sua personalidade e exprime em gestos e palavras” (Lages *et.al.*, 2006, p.36).

Os estudos demonstram que os comportamentos anti-imigrantes e racistas, apesar de ocorrem em menor número (Lages *et.al.*, 2006) e com menor visibilidade (Rosário *et. al.* 2011; Zick *et.al.*, 2011) na sociedade portuguesa, são organizados de igual modo que os demais países da Europa (Vala *et.al.*, 2012; 2015). Na análise de Lages e a sua equipa (2006) o racismo é manifesto em cerca de 25% da população, porém quando analisadas as questões de diferença cultural este número aumenta, abrangendo quase metade dos portugueses. As manifestações de racismo, que antes se concentravam em diferenças correlacionadas com genótipos e fenótipos²², agora focam-se nas diferenças culturais (Vala *et. al.*, 2012), retrato de uma práxis carregada de um racismo subtil (Lages *et.al.*, 2006; Vala *et. al.*, 2012). Estas realidades mostram a “falácia da imagem que Portugal tem de si, de ser ‘um povo acolhedor e de brandos costumes’” (Lages *et. al.*, 2006, p. 27), onde o racismo “tem sido recusado por um olhar português demasiado centrado nas confortáveis vantagens de um mito” (Valentim, 2011, p.72).

1.4. Ferramentas para a Tolerância: a Educação para o Desenvolvimento

A cessação das atitudes negativas face aos imigrantes e ao Outro pode parecer quimérica. Contudo, o certo é que as atitudes discriminatórias raciais estão em queda há algumas décadas²³ (Fein, 2016; Reyna *et.al.*, 2013). A melhoria no âmbito dos níveis de educação, dos últimos tempos, aliada a progressos económicos e sociais podem explicar esta tendência. No entanto, não podemos descurar o mérito dos estudos e teorias sobre o tema (incluindo o presente relatório de estágio), até porque a informação e o conhecimento são *sine dubio* a melhor arma contra o preconceito e a intolerância.

Segundo Von Essen (2017) a tolerância pode ser uma abordagem pessoal, uma prática institucional ou um ideal filosófico ou religioso face ao Outro, que é considerado desviante e que desempenha condutas desafiantes. A eterna questão dos limites da tolerância tange o que Karl Popper (1947) determinou como paradoxo da tolerância²⁴.

²² *Genótipo* refere-se à dimensão genética e *fenótipo* corresponde às características físicas visíveis (pele, cabelo, etc.)

²³ Há certa evidência que o preconceito e a discriminação têm vindo a diminuir, veja-se os avanços a nível de legislação, ou por exemplo as atitudes relativas ao casamento inter-racial.

²⁴ O paradoxo da intolerância adverte para o facto de que uma tolerância ilimitada para com os intolerantes, aliada a uma inabilidade para defender a tolerância face aos ataques destes, leva à destruição tanto dos tolerantes como da tolerância.

Segundo o autor, uma intolerância ilimitada leva ao desaparecimento da própria tolerância. Assim, devemos como sociedade, em certas circunstâncias, “reivindicar o direito de não tolerar o intolerante”²⁵ (Popper, 1947, p.226). A tolerância pressupõe, assim, a intolerância, com a existência de questões que não podem ser toleradas (Von Essen, 2017) como, por exemplo, atitudes e ideias discriminatórias e extremistas. O que consideramos intolerante deverão ser os aspetos aos quais não queremos estar expostos, não os aceitando, nem reconhecendo como características de uma sociedade comum e plural. Segundo Habermas (2004), a tolerância não existe quando há uma ausência de razões válidas para a rejeição de algo. Tal atitude é, na realidade, instigada por preconceitos e pela discriminação. Assim, só é possível uma sociedade tolerante quando a discriminação e o preconceito forem derrotados.

A tolerância não pode ser uma simples “aceitação generosa da diferença”²⁶ (Von Essen, 2017, p. 244), mas sim uma intenção para proteger o Outro da opressão, tolerando os seus comportamentos e valores fundamentais, vendo para além de preconceitos, estereótipos e representações criadas em relação a Este.

Alguns teóricos consideram que os preconceitos e estereótipos resistem bem à mudança (Lundberg e Abdelzadeh, 2017), mostrando-se impermeáveis à informação e à contradição (Valentim, 2011). A comprovação de que as atitudes políticas e sociais se formam durante a infância, permanecendo pelo resto da vida (Lundberg e Abdelzadeh, 2017) outorga à educação um papel central na promoção da tolerância. Contudo, a construção de pessoas tolerantes não deve ser o papel da educação, mas sim o despoletar de interesse e de vontade de moldar os princípios da tolerância, nas próprias vidas dos alunos, assim como nas suas sociedades (Langmann, 2017).

Como visto anteriormente, o nível de educação de um indivíduo é um preditor de uma maior propensão à tolerância. Não obstante, não é somente o grau de habilitações literárias que contribuem para uma menor existência de atitudes negativas face ao Outro. As formas e os modelos de educação e de ensino são um fator-chave neste processo.

A educação traz novos conhecimentos, permitindo ao indivíduo conhecer as variadas camadas e elementos da sociedade. O reconhecimento das suas diferenças e heterogeneidade leva a um consentimento destas, tornando a sociedade num todo (Plant e Devine, 2009). Contudo, King (1991) fala de uma aceitação das diferenças ao invés da

²⁵ [“We should [...] claim [...] the right not to tolerate the intolerant.” (Popper, 1947, p.226)]

²⁶ [“tolerance is not to generously accept difference” (Von Essen, 2017, p. 244)]

sua exaltação. Alguns teóricos opõem-se a um modelo multiculturalista²⁷ onde as diferenças são celebradas (Costa-Lopes *et.al.*, 2008; King, 1991; Kymlicka, 2012; Santoro, 2014;). Esta “folclorização da diferença” (Costa-Lopes *et.al.*, 2008, p.782) pode reforçar as perceções das minorias como um Outro permanente (Kymlicka, 2012), perpetuando estereótipos (Santoro, 2014) e exacerbando situações de segregação (Reynolds, 2008). Para King (1991) a celebração cultural de cada grupo tem de estar inserida numa pedagogia de ação social que celebra deveras a diversidade e não apenas festivais, comidas e artefactos ao acaso.

É certo que o conhecimento se revela como um escudo face à discriminação e ao preconceito (Fein, 2016; King, 1991). Não obstante, este processo de construção cognitiva é simultaneamente, segundo Banks (1994), um processo de desconstrução de conhecimento. Segundo o autor, é essencial explorar narrativas alternativas dos exogrupos. Somente assim é possível encaminhar-se para a desconstrução das narrativas hegemónicas *mainstream*, que perpetuam a desigualdade social. É impossível dissociar estas reflexões do conceito de conhecimento transformativo. Este abre caminho ao questionamento do que Apple (1990, em Camicia, 2007, p.222) considera como o “conhecimento oficial”²⁸, perpetuado pelos currículos escolares. Segundo King (1991) a institucionalização destes currículos predita a subsistência do marasmo face a estes problemas. A autora advoga, então, um contra-conhecimento que desafie as ideologias e identidades que os alunos têm interiorizadas.

O facto de este tipo de conhecimento ser perpetuado pelos estabelecimentos de ensino e seus currículos, leva a que a educação não formal (ENF) reivindique o espaço a este reservado. Neste contexto, a Educação para o Desenvolvimento (ED)²⁹ consolida-se como referência na promoção de reflexões em torno de temáticas relacionadas com o Desenvolvimento e a cidadania, constituindo um vetor para a transformação social.

²⁷ Este modelo tem sido alvo de diversas críticas, pois parece ignorar questões essenciais como as desigualdades político-económicas; as desigualdades de poder dentro das próprias populações (podendo reforçá-las); os processos de adaptação ou convergência cultural; e o facto de existirem costumes que não deveriam ser alvo de celebração (p. ex. casamento forçado) perpetuando preocupantes violações dos direitos humanos, principalmente relativos a mulheres (Okin, 1999; Von Essen, 2017)

²⁸28 [”official knowledge” (Apple, 1990 em Camicia, 2007, p.222)]

²⁹ Segundo a Direção-Geral de Educação “a ED visa a consciencialização e a compreensão das causas dos problemas do desenvolvimento e das desigualdades a nível local e mundial, num contexto de interdependência e globalização, com a finalidade de promover o direito e o dever de todas as pessoas e de todos os povos a participarem e contribuírem para um desenvolvimento integral e sustentável”. Consultado a 8 de outubro de 2017 em: <http://www.dge.mec.pt/educacao-para-o-desenvolvimento>

Em termos históricos, a ED encontra a sua génese no contexto dos processos de descolonização do pós-II Guerra Mundial. Este período, repleto de sentimentos de culpabilidade relativamente às antigas colónias, inspirou a necessidade de aprofundar as temáticas relacionadas com o Desenvolvimento (CIDAC, 2004). Bourn (2014) refere que o conceito de ED e o seu percurso histórico precisam de ser vistos como uma abordagem dedicada à aprendizagem e ao conhecimento, que tem vindo a ser articulada através de uma série de termos diferentes como: Educação Global, Educação para a Cidadania Global (ECG)³⁰, Educação para o Desenvolvimento Sustentável e, até mesmo, Aprendizagem Global. Todos estes termos têm por base a promoção de atividades de consciencialização dos cidadãos no referente ao Desenvolvimento e à cidadania. Este contexto conceptual mais amplo em que a ED se situa, sublinha a dificuldade na adoção de uma definição única para descrever tal conceito. A complexidade deste exercício é reforçada pela progressiva evolução histórica e conceptual da ED, relacionada com as transformações das noções de Desenvolvimento e de educação ao longo dos tempos (IPAD, 2008). A dificuldade de definir a ED não é imune a manifestos consensos, sendo esta aprendizagem um processo baseado nos conceitos de solidariedade, equidade, justiça e inclusão, em que o seu objetivo crucial é tornar os cidadãos mais atentos, críticos e participativos (IPAD, 2008).

No âmbito pedagógico, a ED estimulou a correlação entre a educação formal e a não formal. Impulsionada no contexto desta última, a ED foi progressivamente sendo incorporada no sistema de educação formal, prosperando com os contributos das organizações da sociedade civil. Este modelo de educação revela-se como um complemento ao ensino formal, visto desenvolver-se ao longo da vida. É neste contexto que se inserem as sessões desenvolvidas pela AIDGlobal (Castanheira, *et. al.*, 2016, p.92), nomeadamente as analisadas no presente relatório, apresentadas no capítulo posterior.

³⁰ Segundo a UNESCO “A ECG é um marco paradigmático que sintetiza o modo como a educação pode desenvolver conhecimentos, habilidades, valores e atitudes de que os alunos precisam para assegurar um mundo mais justo, pacífico, tolerante, inclusivo, seguro e sustentável”. Consultado a 6 de outubro de 2017 em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002343/234311por.pdf>

Capítulo 2 – Contexto do Estágio

A crescente demanda pela existência de experiências profissionais, comprometida com as vicissitudes do mercado laboral, são fatores-chave para uma profissionalização próspera. Neste contexto, a possibilidade de realização de um estágio, e consequente relatório, que aprofunde conhecimentos colocando-os em prática, surge como uma alternativa aplaudível ao método clássico da Tese. A realização de um estágio foi considerada como a opção mais prudente, possibilitando a consolidação de conhecimentos previamente adquiridos, assim como a exploração de ações e iniciativas que contactassem e envolvessem diretamente as populações que são motivo de interesse e foco principal de todo o mestrado - os migrantes.

O estágio aqui descrito teve um enorme impacto no percurso de aprendizagem profissional e pessoal, permitindo reconhecer os diversos cenários de uma atividade laboral dentro de uma ONG, proporcionando um conhecimento empírico sobre o seu funcionamento e desafios, assim como a aquisição de novas competências e saberes. Não menosprezando as capacidades profissionais, a maior retribuição de um estágio desta índole foi a nível pessoal, pois permitiu alargar visões, desafiando a própria imagem auto-concebida do Eu ao desvelar novos mundos. A coexistência com diferentes realidades, e a inerente demanda de adaptação, transportaram consigo uma alteração de perspetivas que levaram a pôr em causa questões, que anteriormente eram consideradas princípios imutáveis de um paradigma eurocentrista. Tal evidência, simultaneamente pessoal e universal, revelou-se ser indissociável das relações forjadas no contexto laboral, permitindo conhecer pessoas fascinantes, repletas de histórias e visões interessantes.

Esta experiência permitiu a abertura de novos horizontes, assim como a tomada de consciência de realidades, que até ao momento tinham sido inexploradas e que provavelmente estavam bloqueadas num subconsciente onde imperava a “normalidade” do “velho” Ocidente. O impacto de conhecer pessoas e realidades (não tão) distantes, como foi o caso do bairro da Apelação, em Loures, levou a um reposicionamento em relação a conceitos como a justiça social, a (des)igualdade, a escassez e o funesto. Não obstante, o testemunho da existência de uma essência de comunidade e entreadada, que germina dentro de cada um dos seus habitantes, teve um efeito revigorador.

A experiência deste estágio permitiu outras tantas descobertas, nomeadamente no decurso das ações desenvolvidas nas escolas. Salientamos o facto de estas iniciativas se terem revelado surpreendentes, tendo sido marcadas por constatações de índole negativa

respeitantes aos direitos humanos, assim como a estereótipos e preconceitos relativos ao Outro, por parte dos jovens alunos. A inesperada exaltação de ideias, visões e comentários negativos em relação ao Outro e a agressividade passiva presente nos seus pareceres, inflamam qualquer miragem de uma convivência social e intercultural pacífica. Serve, porém, de consolo a insurgência de alguns dos seus pares perante tais posições, estimulando debates construtivos, alimentados por anseios de devir.

2.1. Caracterização da organização

Perante a globalização e a crescente interdependência do mundo em que vivemos, erguem-se, cada vez, mais problemas que solapam o desenvolvimento de um mundo mais justo, democrático e tolerante, com plenas condições de bem-estar e qualidade de vida para todos. Nas últimas décadas diversas questões foram inseridas na agenda internacional, sendo reconhecidas por toda a comunidade como cruciais para um Desenvolvimento humanista e sustentável. Não obstante, o processo de globalização que presenciamos é, segundo Dobson (2005, em Andreotti, 2014, p.60) “um processo assimétrico, no qual não só os seus proveitos são divididos de forma desigual, como também a própria possibilidade de ‘ser global’ está desequilibrada”. Esta assimetria mina as intenções de um presente e de um futuro próspero para todos, advindo uma necessidade de criar cidadãos informados, conscientes e *globais*.

É neste cenário que se começa a esboçar uma organização que promova um mundo melhor através da educação. Após uma experiência de voluntariado em Moçambique, a presidente da direção Susana Damasceno, conjuntamente com o seu círculo de conhecidos e representantes da CPLP, arquitetam o que viria a ser a AIDGlobal. A 4 de novembro de 2005 a AIDGlobal estabelece-se como uma ONG sem fins lucrativos. A sua missão de melhorar os níveis de literacia e de educação, promovendo igualmente uma cidadania ativa, que se pretende ser o fundamento de um mundo mais justo, igualitário e sustentável, conferiu-lhe o estatuto de Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento (ONGD).

Nos seus 12 anos de atividade, a organização consolidou-se como uma importante referência em ações de sensibilização para os valores da ED ou da ECG em Portugal, levando a cabo ações destinadas a alunos, ao corpo docente, técnicos, assim como à população em geral.

As iniciativas levadas a cabo em Portugal complementam-se com os projetos iniciados em 2009 em Moçambique, através da delegação no distrito do Chibuto, contribuindo para a atenuação das dificuldades do acesso à educação, assim como ao combate à iliteracia. Tal missão insta a diversas ações, executadas em parceria com as autoridades locais, como a criação e aprovisionamento de bibliotecas, atividades de animação de leitura, assim como a capacitação e formação de técnicos e professores.

2.2. Metodologia

A escolha do mestrado em Migrações, Inter-eticidades e Transnacionalismo prende-se com a ambição de conhecer mais sobre uma das questões perenes à existência da humanidade e que hoje se conjectura como um dos grandes desafios da atualidade - as migrações.

O primeiro ano de dito mestrado possibilitou a aproximação a temáticas extremamente interessantes e atraentes em virtude da conjuntura atual como: os direitos humanos, o interculturalismo e etnicidades, o Desenvolvimento e a cidadania. Aquando do fim do período letivo, tornou-se imperativa uma continuação de análise e aprofundamento de tais temáticas. Após um período de procura, foi logrado o estágio na organização AIDGlobal. Este teve uma duração de seis meses, entre setembro e abril, sob coordenação da presidente da direção Susana Damasceno. Durante tal período foram executados e acompanhados diversos projetos de ED, assim como outras tarefas relacionadas com projetos a decorrer – nomeadamente os projetos “AMITIE CODE”; “Urbagri4Woman” e “Educar para Cooperar”.

O estágio desenvolveu-se no contexto de diversos projetos, cujo enfoque principal reside nos direitos humanos e no Desenvolvimento. A mais importante e relevante incumbência, relativamente ao estágio desenvolvido, diz respeito ao projeto europeu “AMITIE CODE”. Este é um projeto de ED cofinanciado pela Comissão Europeia envolvendo oito cidades³¹ (Bolonha, Hamburgo, Régio da Emília, Riga, Loures, Lisboa, Tolosa e Sevilha) e que prevê a realização de diversas atividades de sensibilização e capacitação, a nível local, destinadas a funcionários públicos, professores, jovens, alunos e cidadãos em geral, sendo levadas a cabo ações que aumentam a consciencialização e sensibilizam sobre as migrações, o Desenvolvimento e os direitos humanos. A AIDGlobal

³¹ O projeto é coordenado pela Comune di Bologna, sendo promovido em Portugal pela Câmara Municipal de Loures em parceria com o Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL, em que as atividades referentes às sessões formativas são dinamizadas pela AIDGlobal.

participou como entidade formadora, desenvolvendo formações para técnicos e professores, assim como laboratórios de formação para alunos - School Labs - no concelho de Loures. É em relação ao trabalho desenvolvido no âmbito deste projeto que o grosso do presente relatório de estágio incide. Neste contexto, foram desenvolvidos e aplicados questionários e testes, objeto de análise e alicerce estrutural deste relatório, onde foi possível identificar imagens pré-concebidas em relação a imigrantes por parte dos participantes, que serão analisadas no posterior capítulo.

No âmbito do projeto europeu “Urbagri4Women” foram levadas a cabo responsabilidades enquadradas nos processos de candidatura e de cofinanciamento. O projeto em questão é cofinanciado pela Comissão Europeia, sendo desenvolvido em sete países (Áustria, Chipre, França, Grécia, Itália, Portugal e Reino Unido) e pretende fomentar a integração de mulheres migrantes nas sociedades de acolhimento, capacitando-as para o desenvolvimento de projetos na área da agricultura.

Outras funções inseriram-se no projeto, cofinanciado pelo Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, “Educar para Cooperar: a Rota Histórica das Linhas de Torres e a Cidadania Global”, que pretende contribuir para que cidadãos de seis concelhos portugueses compreendam as causas relacionadas com os problemas do Desenvolvimento, a partir do património dos mesmos, com vista à promoção de uma cidadania global, ativa na construção de sociedades mais justas, equitativas e sustentáveis. O projeto “Educar para Cooperar” visa sensibilizar para os temas relacionados com a ECG, articulando-os com a temática da Rota Histórica da Linha de Torres (RHLT). O projeto envolveu os cidadãos dos municípios afetos ao estabelecimento da linha defensiva denominada Linha de Torres³², incluindo as escolas e os Centros Interpretativos das Linhas de Torres (CILT). Não descurando a importância das atividades realizadas no âmbito deste projeto, considerámos sintetizar brevemente tais tarefas, dada a sua discrepância temática face ao objetivo do presente relatório.

Relativamente ao processo de acolhimento, este consistiu na introdução às ferramentas de comunicação e de gestão utilizadas, assim como à metodologia organizativa da AIDGlobal. O ponto de partida da incorporação foi encabeçado pela leitura do manual de acolhimento da organização, permitindo conhecer metodologias internas. Posteriormente, iniciámos um exercício de análise dos projetos a trabalhar, como forma de conhecer os diversos objetivos e as responsabilidades de cada um.

³² Nomeadamente Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

As tarefas realizadas no âmbito do estágio inserem-se contextual e conceptualmente nas temáticas anteriormente referidas, nomeadamente: migrações, direitos humanos, Desenvolvimento, cidadania e interculturalismo. Perante as inúmeras funções realizadas revela-se prudente não enumerar todas, face à possibilidade da leitura se revelar confusa ou sobeja. A imperatividade de um limite de páginas incita a determinadas condições e condicionantes, assim, tais responsabilidades são descritas sucintamente, optando-se por incluir na secção dedicada aos anexos qualquer produto considerado relevante para uma melhor compreensão das tarefas realizadas.

2.3. Objetivos do projeto e descrição de funções desempenhadas

A presente secção apresenta as tarefas realizadas durante o período de estágio na AIDGlobal, indicando objetivos, processos e resultados existentes. As tarefas foram divididas por projeto, de modo a possibilitar uma leitura mais perceptível e cuidada.

Aquando da incorporação na equipa da AIDGlobal, foi definido um plano conceptual, em modo de orientação, para seguir segundo os objetivos dos projetos em questão. A prioridade inicial dizia respeito ao projeto “AMITIE CODE” pelo que os primeiros meses foram dedicados a tal projeto. É de salientar que estas tarefas nos foram delegadas, praticamente na íntegra, durante referido estágio. Após um período de empenho vocacionado a referido projeto, encetou-se a elaboração de funções respeitantes ao projeto “Educar para Cooperar”. As responsabilidades referentes a este projeto dizem respeito a duas atividades especificamente: o desenvolvimento de uma Maleta Pedagógica - guia de recursos educativos sobre a ligação do património da RHLT à Cidadania Global³³; e a realização de seis “Semanas de Educação para o Desenvolvimento”³⁴ nos concelhos afetos ao projeto. De forma concisa as

³³ Numa fase prévia ao estágio, tinha sido pedido aos técnicos dos CILT para criarem recursos pedagógicos a serem implementados durante as visitas de estudo aos CILT. Assim, coube-nos a responsabilidade de proceder a uma revisão destes produtos educativos, de modo a adequá-los com as temáticas da ED. Tal tarefa foi realizada gradualmente, após uma leitura e identificação dos pontos objeto de substanciais alterações, tendo-se realizado reuniões com os técnicos dos diversos CILT, de modo a ser perceptível as suas ideias e objetivos. De um ponto de vista pessoal, tais reuniões foram muito frutíferas pois foi uma forma de conhecer mais sobre a terceira Invasão Francesa e suas consequências em cada município. Posteriormente foi iniciado um processo criativo, apoiado em assaz pesquisa, de forma a desenvolver atividades e dinâmicas relacionadas com os temas de ED que se articulassem com os temas já propostos em relação à RHLT. Além de dinâmicas e jogos, surgiu a necessidade de contextualizar os factos históricos, assim como de informar sobre os temas de ED, para tal optou-se pela exposição de informação através de estímulos visuais (como imagens, mapas e vídeos) suportados com pequenos textos informativos, de modo a apoiar o facilitador no desenvolvimento da sessão.

³⁴ Estas Semanas tiveram como objetivo abrir o projeto aos jovens dos concelhos, permitindo que mais alunos fossem sensibilizados para os temas da ED, através de sessões tipo *workshop*. No âmbito de ditas

responsabilidades passaram pela revisão e melhoramento de planos, participação logística e preparação de recursos de apoio, assim como preparação e dinamização de *workshops* de sensibilização. Foram igualmente incumbidas responsabilidades respeitantes ao projeto “Urbagri4Womem”, relacionadas com a execução de candidaturas para cofinanciamento, a elaboração de materiais de apoio, assim como ações de representação da organização em atividades externas. Além destas responsabilidades, realizaram-se diversas tarefas extrínsecas aos projetos em questão, que serão exploradas posteriormente.

Seguidamente é exposta a apresentação dos projetos, assim como das tarefas e funções referentes aos projetos “AMITIE CODE” e “Urbagri4Women”.

2.3.1. AMITIE CODE

De forma a ser possível conhecer o “AMITIE CODE”, o gabinete de projetos da AIDGlobal em conjunto com a direção, iniciaram uma apresentação da essência, objetivos e ações a desenvolver. Após uma introdução explícita, procedemos à leitura do manual e da candidatura do projeto, de modo a serem percetíveis todas as questões inerentes a um desenvolvimento eficiente das responsabilidades incumbidas. Os objetivos prendem-se com: o aumento da consciencialização dos cidadãos e das autoridades locais em relação às migrações, direitos humanos e Desenvolvimento; a melhoria das competências dos professores e funcionários públicos em relação a estes temas; o desenvolvimento de políticas eficientes de migração e de Desenvolvimento pelas autoridades locais; e a promoção dos direitos humanos e de estilos de vida mais sustentáveis.

Foram projetadas ações de formação inovadoras para os funcionários públicos e professores locais, assim como laboratórios formativos para alunos sobre a interculturalidade e a promoção dos direitos humanos. Através das formações, os funcionários públicos e os professores ganham conhecimento e são orientados para tomar

Semanas, foram delegadas responsabilidades a uma pequena equipa composta por nós e mais uma pessoa. Fomos encarregues de estabelecer um tema a desenvolver, assim como de elaborar os recursos e dinamizar as sessões. Os direitos humanos e a interculturalidade foram os temas escolhidos para as sessões devido à sua pertinência e à experiência da equipa na dinamização de temas nestes âmbitos. As sessões abrangeram diversas turmas de distintos níveis de escolaridade, compreendidos entre o 7º e o 10º ano. Face à variedade de idades entendeu-se criar diferentes sessões, de diferentes graus de complexidade. Foram, então, dinamizadas sessões em quatro concelhos: Torres Vedras, Arruda dos Vinhos, Mafra e Loures. As sessões seguiram uma metodologia participativa, recorrendo a debates e troca de ideias ao invés de explicações meramente expositivas. Foram utilizadas atividades de cooperação, assim como jogos de papéis e de simulação e *energizers*.

ações nas suas atividades diárias, dentro dos seus contextos profissionais. Os estudantes são beneficiários diretos através dos laboratórios escolares, mas também beneficiários indiretos, na medida em que os seus professores terão competências reforçadas para abordar as complexas questões do Desenvolvimento.

Como entidade formadora, a responsabilidade da AIDGlobal assentou na dinamização das atividades formativas, sendo todas as ações realizadas em estreita articulação com os parceiros responsáveis.

Foram formados 17 funcionários públicos da Câmara Municipal de Loures e da Câmara Municipal de Ourém e 11 professores do Município de Loures³⁵. Em relação aos laboratórios escolares, estiveram envolvidos 68 alunos. Ao longo de toda a formação foram implementadas diversas dinâmicas e atividades no âmbito da ED, assentando nos conhecimentos e competências dos participantes. A organização das sessões foi desenhada de modo a facilitar a participação dos grupos-alvo. Os cursos e as ações formativas incluíram sessões baseadas num enfoque teórico-prático, tendo-se orientado pela elaboração de um quadro comum a diferentes atores.

Face à existência de três tipos de atividades - formação de funcionários públicos; formação de professores e laboratórios escolares - e de forma a viabilizar uma leitura mais explícita e clara, as responsabilidades referentes ao projeto são subseqüentemente apresentadas, estando divididas por tipo de atividade.

2.3.1.1. Formação de Funcionários Públicos

A formação dedicada a funcionários públicos serviu como preâmbulo às demais atividades programadas. Esta começou em novembro de 2016 estendendo-se até março de 2017 e contou com a presença de uma maioria de técnicos da Câmara Municipal de Loures, mas também com participantes da Câmara Municipal de Ourém. Todos os formandos levavam a cabo responsabilidades que exigiam contacto e relação diários com imigrantes ou refugiados, tendo-se contado com técnicos de áreas tão diversas como a educação, saúde, ação social, cooperação internacional, cultura e bibliotecas e acolhimento de imigrantes e de refugiados.

³⁵ Registou-se um total de 21 inscrições para a formação de funcionários públicos e 16 inscrições para os professores, no entanto, devido a desistências, apenas 17 funcionários públicos e 11 docentes assistiram ao número mínimo de sessões permitido para a obtenção de um certificado (75% de assiduidade).

2.3.1.1.1. Realização de recursos para a formação

A primeira tarefa visava a realização de recursos a serem utilizados nas formações. Os primeiros meses foram dedicados à preparação de tais recursos, sendo estes: apresentações em *PowerPoint* e respetivos textos auxiliares; planos das sessões; questionários e testes iniciais e finais; e documentos de apoio (folhas de presença e informações).

Em relação aos recursos formativos, os materiais a desenvolver seguiram uma lógica temática, previamente definida pela candidatura ao projeto. De forma a ser possível criar conteúdos cuidados, explícitos e precisos foi necessário um vasto trabalho, tanto de pesquisa bibliográfica como de campo³⁶, assim como de análise de dados. A *internet* revelou-se como a ferramenta informativa por excelência, onde se procedeu à consulta de diversas páginas (ver Anexo 1). Foi iniciado um levantamento *online* sobre dados relativamente a fluxos, diásporas e caracterização das populações de origem imigrante em Portugal, e em Loures, assim como informação relativa às rotas, países de destino e diásporas mais expressivas internacionalmente. Destaca-se a importância da verificação das fontes e informação recolhidas, sendo este tipo de averiguações uma parte essencial do trabalho de recolha e compilação de informação. Para cada tema foi criada uma “brochura” com a informação e os dados mais importantes, possibilitando o seu uso como um documento de apoio às sessões, com toda a bibliografia utilizada.

Após recolha e compilação da informação procedeu-se à criação dos documentos dedicados à apresentação dos conteúdos formativos, recorrendo ao programa *PowerPoint*. Para cada sessão formativa foi criada uma apresentação que posteriormente foi discutida e analisada em plenário com o gabinete de projetos e a Direção, de modo a ser aprovada.

Em qualquer tipo de atividade desta índole é imperativa, além dos recursos destinados à apresentação, a execução de planos que permitam esquematizar e orientar as sessões de formação. Estes documentos, denominados planos de sessão, são imprescindíveis para uma iniciativa bem estruturada, cuidada e eficiente, estabelecendo a ordem e a duração das atividades agendadas. Tal esboço revela-se essencial na preparação e execução da ação, traçando limites temporais e programando

³⁶ De modo a conhecer e compreender melhor a realidade das populações de origem imigrante locais, assim como os seus desafios, adversidades, posições e demandas, procedeu-se à realização de reuniões com as Associações de Imigrantes locais. Este ponto será desenvolvido mais pormenorizadamente adiante.

estruturalmente as intervenções. O modelo utilizado foi retirado de *templates* previamente utilizados em ações similares pela organização, sendo adaptado ao projeto em questão.

Além dos recursos necessários à apresentação de conteúdos, havia a necessidade de desenvolver materiais de apoio às ações de formação, exigidos pelas entidades coordenadoras do projeto. A justificação para a existência deste tipo de documentos assenta na evidência e comprovação de ditas ações e seus resultados. Assim, foi basililar criar folhas de presença e documentação de apresentação do projeto para os participantes. Os documentos criados derivaram de modelos internos, sendo apenas necessárias algumas alterações no *layout* de modo a adaptá-los à imagem do projeto.

Um outro requisito, referente a ações de formação realizadas no âmbito de projetos, concerne a aplicação de um processo de avaliação³⁷. Este é essencial para um exercício diagnóstico de conhecimentos, assim como para identificar alterações nas posições dos participantes. Materializada em modelos tipo teste (ver Anexos 2 e 11), ao aplicar um exemplar no início da ação e outro idêntico no final é possível averiguar potenciais alterações, através de um exercício comparativo. Tais testes foram realizados no âmbito deste estágio, tendo sido baseados em modelos previamente utilizados pela AIDGlobal.

Foi, igualmente, requerido pelos coordenadores do projeto a aplicação de um modelo padrão de questionários iniciais e finais. Considerando que se tinha procedido, anteriormente, à criação de um teste avaliativo, foi decidido unanimemente, aplicar ambos os modelos de questionário e de teste. Relativamente ao questionário enviado pelos coordenadores do projeto, foi necessário realizar-se a sua tradução para português (ver Anexo 3). Ditos testes e questionários são de extrema importância, constituindo o cerne do presente relatório, assim, revela-se pertinente reservar para o capítulo subsequente as observações referentes a todo o processo de criação, assim como de análise dos seus resultados.

2.3.1.1.2. Contactos e reuniões com Associações de Imigrantes

A seleção e a transmissão de informações e ideias, que muitos consideram como já adquiridas e dominadas, revela-se uma intrincada tarefa. A evidência e descoberta de todo um mundo repleto de complexos conceitos e profundas questões extrínsecas que rivalizam no cenário das responsabilidades e repercussões, solidifica a magnitude destes temas. O mestrado em Migrações, Inter-etnicidades e Transnacionalismo asseverou tal

³⁷ Esta questão será abordada mais pormenorizadamente no posterior Capítulo 3.

importância de conhecer, assim como de debater as questões relacionadas com a mobilidade das pessoas. Não obstante os conhecimentos adquiridos durante o mestrado, impôs-se a necessidade de compreender ao máximo os desafios respeitantes à mobilização e inclusão de migrantes. As pesquisas e análises bibliográficas ficaram aquém de uma elucidação concreta em relação a necessidades, opiniões e ideias da população imigrante, principalmente respeitante à população local de Loures. Por conseguinte, considerou-se de extrema relevância contactar as próprias populações de origem imigrante, através das associações de imigrantes, de modo a ser perceptível o seu olhar sobre tais questões, assim como possibilitar dar voz às suas considerações.

Foram realizadas reuniões com diversas associações de imigrantes ou que trabalham com migrantes no concelho, assim como visitas a bairros e localidades com maioria de imigrantes, onde foi possível conhecer as adversidades vividas por estas populações mais vulneráveis, através dos seus testemunhos.

Realizou-se um total de quatro reuniões com associações, efetuando-se posteriormente as respetivas atas (ver Anexos 4, 5, 6 e 7). No dia 4 de novembro de 2016 realizou-se a primeira reunião com a Associação de Moradores Unidos da Apelação (AMUA) na sua sede, onde estavam presentes João Lopes Rosa - Presidente; Catarina Canelas - responsável pela Oficina Social e ainda Maria Aida Lourenço - assistente social e responsável pela Pastoral dos Ciganos. Os presentes expuseram com bastante vividez a realidade diária dos habitantes do bairro da Apelação, em que a maioria são de origem imigrante. A falta de condições habitacionais e, até mesmo de vida, o isolamento, que por si só é causador de segregação e as poucas (e prejudiciais) vias de “escape”, de um bairro sobrecarregado com pobreza e desemprego, avivaram a noção que números e dados são uma parcela muito exígua no cenário da mobilidade e acolhimento de pessoas.

No dia 9 de novembro de 2016 foi efetuada a segunda reunião, desta feita com o Teatro Ibisco. O bairro da Apelação foi, mais uma vez, cenário de elucidações e revelações onde a diretora do Teatro, Eunice Rocha, teve a amabilidade de mostrar todo o bairro, assim como o trabalho realizado e dinamizado pelo Ibisco. Foi possível conhecer os jovens alunos do teatro, que são residentes do bairro, e descobrir as suas maiores preocupações, medos e desejos, ao mesmo tempo que mostravam o seu bairro, com as suas máculas, mas também com os seus encantos. O empenho do Teatro em reformar o bairro, para os seus habitantes, mas também para os de fora, traz um dinamismo e esperança renovada. O trabalho levado a cabo tem na sua génese acabar com os conflitos inter-bairros, causadores de infortúnios e sofrimento, que semeiam sendas de sangue e

colhem lutos. A arte transforma-se, assim, em via de escape. O bairro, que primeiramente impressiona o espírito e ofende o olhar, reduto dos esquecidos e rejeitados que ficam à mercê de si próprios e dos seus, transforma-se numa égide de audazes paladinos da camaradagem, da harmonia e do respeito. O cenário, as estórias, os comentários e pensamentos dos habitantes do bairro da Apelação expandiram-nos horizontes, ao mesmo tempo, que abriam o olhar e o coração. Desde então, os que por muitos são ignorados, serão sempre recordados pelas suas lutas diárias e triunfos monstruosos.

Realizou-se outra reunião, no dia 15 de novembro de 2016, com a Associação para a Mudança e Representação Transcultural (AMRT), no bairro do Talude, Catujal. Contou-se com a presença da presidente, Sandra Delgado, e da assistente social, Liliana Rodrigues. Expuseram-se as maiores dificuldades em relação ao trabalho no bairro, assim como relatos de contínuos afrontamentos que a população vive diariamente. É possível realizar um exercício de paridade em relação à situação da população que habita o bairro do Talude e o bairro da Apelação, porém um tópico sobressai neste paralelo: o desalojamento. O suplício que muitas famílias passam no Talude é quase indescritível, tendo de assistir inertes à destruição dos seus lares, sendo deixadas sem local para viver. Além das adversidades psicossociais causadas pelas demolições, subsiste o problema da falta de limpeza dos destroços, levando a que o bairro se transforme num jazigo de entulho. Mais uma vez, o confronto com uma realidade, antes remota, que patenteia os dissabores de uma vivência marginalizada, complexa e repleta de insuficiências e lacunas leva a um questionamento, não apenas da essência do que é considerado uma integração efetiva, mas também dos processos de reabilitação urbana e inclusão social.

A última reunião concretizou-se a 16 de novembro de 2016 com a Associação Baboque em Portugal (ABP), que contou com a presença de Manuel Mendes, o presidente da Federação de Associações Baboque em Portugal. Manuel Mendes narrou a sua experiência e revelou as circunstâncias da criação de tais associações, correlacionadas com a insuficiência e debilitação de estruturas, serviços e recursos na comunidade, que perpetuam as adversidades na sobrevivência das suas populações. Foram apresentadas as diversas iniciativas realizadas pela ABP, que numa lógica de codesenvolvimento³⁸, foram empreendidas tanto na Guiné-Bissau como em Portugal, nomeadamente Loures. Desta

³⁸ Este conceito defende soluções cooperativas que possam beneficiar simultaneamente as sociedades de destino e de origem, assim como os próprios migrantes. Os migrantes são agentes de desenvolvimento para as suas comunidades nos territórios de origem. Simultaneamente, as populações dos países de destino, ao trabalharem conjuntamente com as populações de origem imigrante, estimulam a coesão social.

forma, as verbas são aplicadas na melhoria de condições nas suas sociedades de origem, com iniciativas que são acompanhadas de conhecimentos, técnicas e perspectivas. Este transnacionalismo revela-se uma peça fulcral numa lógica de cooperação e de integração, onde o associativismo de imigrantes constitui vetores de inclusão para os grupos de migrantes nas sociedades de acolhimento e como facilitadores de investimentos e desenvolvimentos nos países de origem. Manuel Mendes expôs a preocupação em relação à alienação dos filhos de imigrantes, já nascidos em Portugal, sublinhando a necessidade de iniciativas que incitem à promoção da sua autoestima e do seu posicionamento identitário.

As reuniões realizadas contribuíram para uma compreensão holística da realidade migratória, onde a perceção das diversas parcelas propiciou um melhor entendimento do completo e complexo *puzzle* que são as migrações.

2.3.1.1.3. Contactos com peritos

Um requisito do projeto foi a presença de peritos e especialistas nas áreas a abordar nas formações. Foram exigidos que estivessem presentes os seguintes especialistas: um perito de origem africana com conhecimentos na área das migrações; dois imigrantes residentes em Loures; um representante do Concelho Português para os Refugiados; Associações de Imigrantes de Loures; e uma ONGD com projetos de Cooperação para o Desenvolvimento desenvolvidos em parceria com municípios.

A tarefa de localizar o primeiro convidado implicou uma pesquisa laboriosa, tendo sido utilizadas diversas ferramentas e meios, maioritariamente *online*³⁹. Quanto aos restantes convidados foram utilizados contactos previamente estabelecidos, seja por nós ou pela AIDGlobal. Após a organização das sessões com a presença de convidados, assim como a confirmação dos mesmos por parte da Direção, procedeu-se ao contacto, convidando-os a serem oradores nas sessões atribuídas (ver Anexo 8).

2.3.1.1.4. Dinamização das sessões de formação

Após um amplo trabalho de investigação e criação procedeu-se à exposição de tais conhecimentos e materiais. Foi-nos incumbida a tarefa de dinamizar as sessões de formação do curso para os funcionários públicos. Este contou com dez sessões, com um total de 40 horas. Foi seguido o plano inicial da candidatura (ver Anexo 9) ajustando

³⁹ Destacam-se as bases de dados de diversos centros de investigação universitários, onde foi possível aceder a *curriculum vitae* dos investigadores e, deste modo, recolher a informação necessária.

apenas as sessões em relação a temas que, por questões de extensão e falta de tempo, não foram possíveis ser tratados na sessão que lhes estava destinada inicialmente.

A equipa da AIDGlobal iniciou um processo de treino prévio à dinamização das sessões, através de orientações e esclarecimentos sobre como levar a cabo tais ações. Além de preciosas elucidacões foi proporcionada a oportunidade de assistir a outras iniciativas formativas protagonizadas por Susana Damasceno, onde foi possível aprender metodologias participativas e dinâmicas cooperativas.

As ações de formação foram desenvolvidas através de uma metodologia composta por elementos de ENF, permitindo a realização de sessões participativas e expositivas simultaneamente, repletas de dinâmicas e atividades grupais e individuais.

A formação foi adaptada ao contexto e realidade da localidade de Loures, sendo introduzidas informações e testemunhos demonstrativos desta realidade. Ao longo de toda a atividade foram incluídos desafios, boas práticas e questões relacionadas com o contexto local de modo a aproximar elementos macro a uma escala micro. Deu-se especial enfoque ao papel das autarquias e ao seu poder em implementar políticas e iniciativas para a inclusão de migrantes. Houve uma preocupação, numa fase inicial, de analisar os conceitos relacionados com as migrações, assim como em analisar dados e estatísticas.

Inicialmente, o nervosismo e os vários receios, associados a uma má execução, fizeram-se ouvir, porém tais ruídos foram abafados pela revelação de uma ampla confiança por parte da equipa, assim como pelo entusiasmo e consideração manifestados pelos participantes. Tal levou a um ímpeto intrépido que orientou toda a formação, renovando-se com os frequentes sinais de apreço por parte de ambos os lados.

2.3.1.1.5. Revisão e tradução do Plano de Ação

Um dos resultados previstos da formação foi a produção de um documento político ou de um plano de ação local, desenvolvido pelos formandos, que advogasse alterações para uma melhoria nos processos de integração e inclusão de migrantes no município. No final, foi elaborado um Plano de Ação conjunto, tendo-nos sido incumbida a tarefa de estruturar as ideias e as medidas dos formandos, compondo um documento final que fosse aprovado por todos os intervenientes, assim como pela Câmara Municipal de Loures.

O documento foi estruturado em três áreas: não-discriminação; capacitação e sensibilização; e serviços e estruturas sociais. Para cada uma dessas áreas foram criados objetivos concretos, expondo um conjunto de ações previstas a implementar. Foi realizado um trabalho de estruturação dos objetivos, agregando-os por área temática. Face

à complexidade de alguns conceitos e ideias, foram igualmente necessárias contribuições de cariz teórico de forma a complementar a conceção de dito documento. Após o processo de revisão, o seguimento de aprovação foi moroso devido à falta de apreciação por grande parte dos formandos, assim como por inconsistências referenciadas pela Câmara Municipal de Loures. Era essencial a aprovação por parte deste organismo face a um documento desta natureza, para tal foi necessário um contacto intenso com esta entidade, de modo a ser perceptível o rumo desejado. Diversas medidas, pensadas inicialmente pelos formandos, não eram passíveis de ser implementadas a nível local, por uma questão de não responsabilidade da autoridade local face a algumas propostas. Assim, foram necessárias reuniões de apreciação e aprovação por parte das altas instâncias da Câmara Municipal de Loures, onde foram identificadas inconsistências, assim como as alterações a realizar. Após realizadas as alterações e aquando da aprovação do documento pela Câmara Municipal de Loures e pelos formandos, procedeu-se à tradução para inglês do documento.

2.3.1.1.6. Realização e tradução do Relatório Final

Um dos requisitos por parte da AIDGlobal, como do projeto em si, após cada formação, é a realização de um relatório final que seja explicativo da atividade, tendo-nos sido competida a sua elaboração. Tal relatório tem de indicar a estrutura da formação, a metodologia, a preparação e organização, o perfil dos participantes e da equipa formadora, assim como os seus resultados. Para a elaboração do relatório foi necessário realizar um exercício de recapitulação, de modo a ser possível descrever resumidamente cada sessão. Os resultados da formação assentaram nas evidências retiradas da avaliação, feita através dos testes e questionários iniciais e finais. Para tal foi necessário um laborioso processo de verificação, onde cada teste foi examinado e posteriormente feitas as comparações entre as respostas iniciais e finais. Tanto o processo como os resultados podem ser encontrados detalhadamente explicitados no capítulo subsequente. Após a conclusão do relatório este foi objeto de um processo de apreciação e aprovação, sendo posteriormente traduzido para inglês.

2.3.1.2. Formação de Professores

A ação de formação para os professores foi acreditada pelo Centro de Formação Loures Oriental, proporcionando a obtenção de créditos, tendo-se contado com a presença

de professores de áreas tão diversas como geografia, matemática, história, português e inglês que lidam frequentemente com alunos de origem imigrante.

Esta formação fundamentou-se no papel do professor como promotor de um mundo mais justo e igualitário, onde a interculturalidade e os direitos humanos são peças essenciais, num momento em que o individualismo, a apatia e os extremismos estão na ordem do dia. A temática das migrações surge como primordial para uma melhor compreensão das consequências do Desenvolvimento, capacitando para fomentar uma consciência crítica em relação às causas dos movimentos migratórios e seus efeitos. Tal sensibilização prospera através do descortinar de ideias estereotipadas, contribuindo para a extinção de preconceitos. No entanto, tal capacitação encontra-se incompleta sem uma incorporação de elementos relacionados com a ED, permitindo ao docente aperfeiçoar procedimentos, levando a uma derradeira transformação de mentalidades. Tal conduziu à introdução de temáticas distintas da formação anterior (ver Anexo 10). A particularidade da formação de professores, levou a que a nossa participação nesta atividade tenha sido restringida às questões migratórias, perfazendo um total de duas sessões.

2.3.1.2.1. Realização de recursos para as sessões II e III

Foram-nos incumbidas responsabilidades de criar os recursos para ambas as sessões objeto da nossa participação. Visto a questão relacionada com teorias e dados referentes a migrações não abranger o grosso da formação, foi necessária uma adequação da informação. Foram criadas apresentações, utilizando o programa *PowerPoint*, assim como os respetivos planos de sessão. A primeira sessão abordou dados relativos a fluxos e *stocks* migratórios, conceitos, causas e consequências das migrações, assim como as migrações forçadas. Na segunda sessão foram apresentados conteúdos relacionados com os conceitos e impactos das migrações, nomeadamente interdependências sociais e económicas da migração, assim como com estereótipos e preconceitos, correlacionando-os com as representações nos *media* e nos discursos políticos.

2.3.1.2.2. Dinamização das sessões II e III

A responsabilidade de dinamizar as sessões restringiu-se à segunda e terceira sessões do curso, realizadas a 29 de março e 19 de abril respetivamente, em que ambas tiveram uma duração de cerca de 3 horas e 30 minutos, tendo contado ambas com 11 participantes. À semelhança da formação dos técnicos, a metodologia das sessões baseou-se em metodologias participativas e em elementos expositivos. É de referir a maior

desenvoltura pessoal aquando de dita formação, graças à experiência da atividade anterior, assim como a recomendações e observações da equipa da AIDGlobal.

2.3.1.2.3 Realização e tradução do Relatório Final

À semelhança do ocorrido na formação dos funcionários públicos foi necessário elaborar um relatório final. Este incluiu os mesmos campos presentes no relatório final da formação anterior, no entanto o exercício de compilação de informação revelou ser mais laborioso, pois a nossa ingerência e participação foi menor, em relação à formação dos técnicos. Assim, foram necessárias algumas reuniões com a equipa formadora de modo a ser perceptível a estrutura e organização das sessões. O processo de análise dos resultados foi de igual complexidade ao realizado aquando da elaboração do anterior relatório, tendo sido utilizados os mesmos procedimentos e recursos. De igual forma, e como referido anteriormente, é possível encontrar informação mais detalhada em relação à avaliação no capítulo subsequente.

2.3.1.3. Laboratórios Escolares - School Labs

Os laboratórios escolares promotores de uma “nova geração de escolas” são a terceira atividade com a participação da AIDGlobal neste projeto. Estes são dirigidos a jovens estudantes, centrando-se na sensibilização para questões de migrações, Desenvolvimento, direitos humanos, diversidade cultural e diálogo intercultural. A atividade decorreu nas escolas do município de Loures que contam com um grande número de jovens com percursos migratórios. A integração das turmas nos laboratórios pretendeu, em última instância, reforçar a sua participação e capacitação. Esta atividade tem uma base de aprendizagem mútua, onde os alunos experienciam novas vivências e onde comparam diferentes opiniões e visões sobre as questões abordadas. Igualmente pretendeu-se intensificar as competências dos jovens na elaboração de produtos audiovisuais relativos aos temas referidos, sendo esta componente realizada por uma outra organização, não incumbindo uma responsabilidade direta da AIDGlobal.

Assim, os laboratórios incluíram, numa primeira fase, sessões informativas relativamente aos temas e, posteriormente, sessões práticas com o objetivo de trabalhar as competências audiovisuais. Participaram um total de 68 alunos de cinco turmas (duas

de regime CEF⁴⁰, uma de regime Vocacional⁴¹, uma de 9º ano e outra de 10º ano) divididas por quatro escolas, tendo sido realizadas entre duas a três sessões em cada uma. As escolas participantes foram: Escola Secundária Luís Sttau Monteiro; Escola Secundária Arco-Íris (Portela); Agrupamento de Escolas da Apelação; e Escola Secundária José Afonso.

2.3.1.3.1. Realização de recursos para as ações formativas

A criação de recursos para as duas sessões informativas foi-nos incumbida. Tendo em conta a especificidade desta atividade, acreditou-se ser prudente dar predomínio a metodologias participativas e dinâmicas cooperativas, ao invés de sessões amplamente expositivas. Assim, o trabalho de realização de recursos passou predominantemente pela pesquisa de dinâmicas passíveis de serem utilizadas. Para tal pesquisa recorreu-se a diversos manuais utilizados no âmbito da ED. Para cada sessão criaram-se apresentações em *PowerPoint*, enunciando as ideias e questões mais relevantes, assim como planos de sessão explicativos da estrutura e das atividades a desenvolver.

2.3.1.3.2. Dinamização das ações formativas

A dinamização das sessões informativas e teóricas constituiu uma responsabilidade a desenvolver durante duas semanas, no âmbito do estágio. Ainda que explicativas, as sessões primaram pelo seu dinamismo e entusiasmo, pretendendo uma derradeira mudança de mentalidades através de debates e trocas de ideias. Estas, simultaneamente, questionaram pensamentos intrincados, por meio de exercícios estimulantes de autoconsciência e autocrítica. A dinamização das sessões informativas contou com o apoio frequente de um membro da equipa da AIDGlobal, presente desde o início dos laboratórios, assim como de Susana Damasceno, criando uma equipa formadora de três elementos. Apesar da experiência acumulada com as demais formações, a dinamização destas sessões revelou-se um exercício complexo. A natureza de algumas turmas, levou a que alguns alunos estivessem como que programados para se comportarem de certa maneira face a qualquer atividade de carácter educativo. Apesar de algum desrespeito, insolência e indiferença inicial, a dedicação e compreensão explícitas, de forma relaxada, por toda a equipa formadora, levou a um derradeiro respeito mútuo. A relação que, no

⁴⁰ Cursos de Educação e Formação de Jovens em risco de abandono escolar, atribuindo qualificações escolares e profissionais simultaneamente,

⁴¹ Cursos assentados em módulos e no envolvimento de empresas, dirigidos a alunos com várias retenções.

fim, desenvolvemos com todos os alunos foi extremamente proveitosa, enfatizando os frutos da perseverança e da consideração por cada ser, que é um mundo a descobrir.

2.3.2. *Urbagri4Women*

O “Urbagri4Women” é um projeto europeu que conta com a colaboração de sete países, propondo a criação de comunidades de prática no seio da população feminina de origem migrante, pretendendo abrir o caminho para futuras políticas e práticas eficazes, que deem aos governos locais um papel central de promoção de um diálogo intercultural e de uma cultura de acolhimento. A proposta do projeto consistiu em desenvolver ações em determinadas zonas cujos proponentes consideravam ser não-lugares, baseando-se no conceito de Marc Augé⁴². Ao valer-se destas zonas, o projeto apresenta, igualmente, um grande desafio para o desenvolvimento de áreas urbanas periféricas, assim como para a inclusão social. Demonstrando e avaliando como a inovação tecnológica e social na agricultura urbana pode fornecer às cidades outros serviços sociais ligados aos ecossistemas e, ao mesmo tempo, melhorar a resiliência das áreas urbanas. Nesse sentido, este projeto contribui diretamente para a promoção do Desenvolvimento sustentável nas cidades e para o respeito e valorização da diversidade étnica e cultural.

2.3.2.1. *Elaboração da candidatura para a linha de cofinanciamento do Camões: Instituto da Língua e Cooperação*

O facto de a Comissão Europeia cofinanciar, ainda que substancialmente, uma parte do projeto, exige que as organizações com poucos recursos procurem fontes de cofinanciamento adicionais, de modo a ser possível concretizar as atividades associadas a cada projeto. É neste contexto que se procedeu à candidatura para o Instituto Camões⁴³.

A leitura e tradução da candidatura, feita primeiramente à Comissão Europeia, foram fundamentais de forma a conhecer mais detalhadamente o projeto. No que respeita o Instituto Camões, a candidatura de projetos de ONG relativas à ED necessita respeitar certas diretrizes delineadas por este. Tal modelo serve como uma matriz única, permitindo a apresentação de forma coerente de propostas e projetos. Foi imprescindível conhecer e perceber tais diretrizes através da leitura e observação cuidada dos requisitos, assim como de modelos de outras candidaturas. Tal exercício foi complementado por reuniões de

⁴² Conceito desenvolvido por Marc Augé que se refere a espaços antropológicos de transitoriedade que não possuem o significado suficiente para serem considerados "lugares" e onde as pessoas permanecem anónimas (Augé, 1995).

⁴³ Para mais informações ver: <http://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao>

esclarecimento com a equipa da AIDGlobal. De todos os pontos necessários completar, os referentes a informações específicas relativamente à AIDGlobal e outras questões relativas a financiamento não foram por nós preenchidas, sendo esta tarefa da responsabilidade da gestora do gabinete de projetos da AIDGlobal. Assim, a nossa responsabilidade de preenchimento incidu nos seguintes pontos: ficha sumário; apresentação do projeto; descrição da intervenção; e correspondência do projeto com a Estratégia Nacional para a Educação para o Desenvolvimento⁴⁴ (ENED). A ficha sumária inclui informações essenciais do projeto, da organização e dos parceiros. Este último implicou a investigação relativamente aos parceiros e suas precedentes atividades e projetos. A apresentação do projeto pretende informar sobre: o enquadramento relativo ao projeto; as características do sector; os problemas a resolver e recursos a valorizar; outras intervenções realizadas no mesmo âmbito pela organização; sinergias; e documentação relevante. Quanto à descrição da intervenção, esta passa por: descrever os objetivos, resultados, atividades a realizar e grupos-alvo; meios para execução; metodologias; impactos; e responsabilidades dos parceiros. Relativamente à correspondência do projeto com a ENED foi necessária uma leitura cuidada dos objetivos, medidas e tipologias referidas na mesma, de modo a ser possível relacioná-los, com precisão, conformidade e harmonia, com as medidas propostas pelo projeto.

2.3.2.2. Elaboração da candidatura para cofinanciamento do programa FACES

À semelhança da candidatura feita ao Instituto Camões, foi elaborada uma candidatura no âmbito do programa FACES - Financiamento e Apoio para o Combate à Exclusão Social da Fundação Montepio⁴⁵. Primeiramente foi necessária uma leitura metódica do formulário, de modo a ser possível compreender os desígnios da linha de financiamento. Seguidamente, procedeu-se ao preenchimento do formulário existente para o efeito, acautelando o modo de exposição dos diferentes tópicos, adequando-os ao escopo que rege o programa em questão. Apesar da candidatura se guiar por diretrizes, como a do Instituto Camões, esta consistia num reduzido formulário, onde cada ponto detinha escassas linhas para desenvolver o tópico em questão. Tal característica particular exigiu um notável exercício de síntese, sendo impreterível resumir para quatro páginas o que anteriormente tinha sido realizado em cerca de 45. Identicamente à candidatura ao

⁴⁴ Para mais informações ver:

http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/estrategia_nacional_ed.pdf

⁴⁵ Para mais informações ver: <https://www.montepio.org/institucional/fundacao-montepio/faces-financiamento-apoio-combate-exclusao-social/>

Instituto Camões, as questões relacionadas com o financiamento foram deixadas à competência da gestora do gabinete de projetos da organização.

2.3.2.3. Representação e participação na reunião da “Mediterranean Migration Network”

A Rede Mediterrânea de Migrações (MMN)⁴⁶ é uma plataforma que pretende a difusão e troca de boas práticas em relação às migrações, particularmente no Mediterrâneo. A organização coordenadora da MMN - CARDET - é parceira da AIDGlobal no projeto “Urbagri4women” a desenvolver no Chipre. Quando esta organização convidou a AIDGlobal a participar na reunião de reflexão relativamente aos cinco anos de atividade da MMN, a celebrar-se no Chipre de 27 a 28 de abril, constatou-se que existia um conflito relativamente às datas e à disponibilidade da direção da AIDGlobal para estar presente na reunião. Assim, tal responsabilidade foi integrada no âmbito deste estágio.

As tarefas definidas consistiram na realização de uma apresentação em *PowerPoint* que incluísse uma breve apresentação da AIDGlobal e do seu trabalho no âmbito das migrações, os desafios a enfrentar na autoridade local em relação à gestão das migrações e das populações de origem imigrante e exemplos de boas práticas ou políticas de integração na região. De forma a expor o trabalho da AIDGlobal no campo das migrações, foi necessário realizar uma breve pesquisa pelos relatórios de atividades dos anos antecedentes, visto este ter sido um campo anteriormente muito explorado. A elaboração dos restantes pontos da apresentação revelou-se ser uma tarefa desintrincada, simplificada pelos contributos das investigações precedentes, realizadas no âmbito do projeto “AMITIE CODE”.

A reunião teve lugar na Universidade de Nicósia, no Chipre, tendo sido essencial para rever e desenvolver o plano de ação, assim como os passos futuros da MMN. Esta contou com a presença de representantes de serviços e autoridades da República do Chipre, assim como com organizações internacionais e ONG de outros países da União Europeia. As entidades internacionais presentes foram: a Direção Geral de Serviços Sociais e Integração de Madrid; a Xenios Polis da Grécia; a Fundação para Abrigo e Apoio a Migrantes de Malta; e a TAMAT de Itália. A reunião permitiu conhecer o trabalho de outras organizações, as realidades que os migrantes e as entidades têm de enfrentar, assim como diversas iniciativas profícuas.

⁴⁶ Para mais informações ver: <http://www.migrationnetwork.org/en/about/the-project>

O levantamento de desafios levou à identificação de diversas questões que minam a boa gestão das migrações. Os problemas considerados mais profundos foram: a ausência de uma unificação das políticas de migração; a escassez de informação para os migrantes e falta de consciencialização para as populações locais; a falta de registo e equivalências das qualificações e capacidades dos imigrantes; e a necessidade de capacitação do pessoal que lida diariamente com estas populações (tanto no público como no privado). Outra questão central é a carência de cooperação entre as ONG e os serviços públicos, sem qualquer decisão a nível europeu.

Além da avaliação de necessidades e desafios, foram discutidos uma série de tópicos sobre os quais a MMN se deveria concentrar. Tais temas foram: a partilha tanto de boas como de más práticas⁴⁷; a instauração de embaixadores da MMN nos países envolvidos (tendo sido estabelecido que estes seriam os próprios participantes presentes na reunião) a fim de promover o trabalho e as atividades da MMN; câmbio de voluntariados; e a padronização de práticas e metodologias a nível internacional.

Os ensinamentos e descobertas proporcionados por esta experiência foram extremamente gratificantes, tendo sido possível conhecer pessoas e profissionais brilhantes, algumas experiências e realidades perturbantes e outras surpreendentes, assim como metodologias, processos e desempenhos notáveis.

2.3.3. Outras Tarefas

Os projetos “AMITIE CODE” e “Urbagri4Women”, a par com o “Educar para Cooperar”, constituíram o grosso das responsabilidades a desenvolver no âmbito do estágio, porém existiram outras incumbências relacionadas com o trabalho da organização. Não desprestigiando as demais tarefas, é de salientar a variedade de domínios nos quais estas se enquadram. Seguidamente encontram-se listadas tais responsabilidades por ordem cronológica.

2.3.3.1. Análise das linhas de financiamento do programa “Portugal 2020”

De forma a ser possível levar a cabo projetos é crucial que estes sejam financiados, assim, uma das tarefas recorrentes é analisar e investigar linhas de financiamento que se adequem aos tópicos dos projetos. É neste contexto que o programa do “Portugal 2020”⁴⁸

⁴⁷ Importa salientar que este ponto é de extrema importância pois é capital conhecer as práticas estabelecidas que não funcionaram, de modo a não serem replicadas.

⁴⁸ Para mais informação ver: <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/o-que-e-o-portugal2020>

foi analisado, de modo a averiguar a existência de uma linha de financiamento onde fosse possível encaixar uma candidatura a um projeto de áreas como a ED, a Educação Ambiental, a Participação ou o Voluntariado. Para tal foram examinadas as diversas áreas de intervenção e seus eixos prioritários, correspondentes a cada linha de financiamento, tendo-se posteriormente enviado as propostas, passíveis de inserirem projetos deste tipo, à direção e à gestão do gabinete de projetos.

2.3.3.2. Elaboração de proposta comercial

O anúncio de demanda por uma organização responsável pela execução de cursos de línguas no âmbito corporativo, incentivou a AIDGlobal a aplicar-se no lançamento como prestadora de serviços. Foi necessário criar uma proposta comercial para três cursos: português para não falantes, inglês básico e inglês orientado para questões comerciais. Tal responsabilidade foi-nos incumbida, tendo esta decisão sido apoiada em matérias pessoais e profissionais, como o facto de referida empresa ter sido um prévio empregador, assim como na anterior experiência pessoal em lecionar aulas de línguas.

De forma a completar tal encargo foram feitas pesquisas para identificar a estrutura e o processo de uma proposta comercial. As propostas formativas, relativas a cada curso, foram elaboradas com base em experiências prévias de ensino de línguas, assim como na observação de planos de estudo. Tais propostas foram elaboradas em português e em inglês, recorrendo regularmente ao parecer e opinião da presidente de direção Susana Damasceno.

2.3.3.3. Participação na formação “Art of Hosting”

A formação *Art of Hosting* decorreu nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2017 e inseriu-se no projeto “Redes para o Desenvolvimento: Educação Global”⁴⁹, para uma cooperação mais eficiente, implementado pela Câmara Municipal de Loures, pelo Instituto Marquês de Valle Flôr e pela Câmara Municipal do Seixal. A formação foi relevante na introdução a técnicas e métodos relacionados com a chamada “arte de anfitriar”, que pressupõe a dinamização de ações (in)formativas através de iniciativas estimulantes que incentivem à mudança ou transformação. Esta aquisição de novos conhecimentos revelou-se crucial para as ações e atividades, já expostas nas secções anteriores, que seriam implementadas, no futuro, no âmbito dos diversos projetos.

⁴⁹ Para mais informações ver: <http://www.redesparaodesenvolvimento.org/>

2.3.3.4. Elaboração e desenvolvimento de sessões no âmbito do projeto “Jovens na Política - Participar para a Cidadania Global” inseridas no “Março Jovem”

O projeto “Jovens na Política – Participar para a Cidadania Global” é um projeto que visa promover as questões da Cidadania Global no âmbito das juventudes partidárias, assim como o voto jovem e a participação política por toda a população, tentando sensibilizar para uma cidadania ativa e um pleno uso do direito ao voto.

As ações promovidas por e para os jovens, através da Câmara Municipal de Loures, atingem o seu apogeu aquando do denominado “Março Jovem”, repleto de concertos, *workshops* e diversas atividades. Neste contexto a AIDGlobal promoveu *workshops* de sensibilização nas escolas do município, relativos à ED e à participação juvenil.

A preparação de materiais, assim como a dinamização das sessões ficaram a cargo de uma pequena equipa de duas pessoas, criando, conjuntamente, temas, dinâmicas e atividades a desenvolver nas ações. Os direitos humanos surgiram como mote para a elaboração de conteúdos, estabelecendo o título “Participar numa associação – o meu contributo para os Direitos Humanos” para as sessões.

Foram desenvolvidas diversas pesquisas, que levaram à derradeira elaboração de uma apresentação expositiva, apoiada em metodologias participativas. As sessões contaram, igualmente, com a presença de convidados que deram o seu testemunho relativo à participação e colaboração em instituições e associações da sociedade civil. Estas sessões decorreram em três estabelecimentos de ensino do município de Loures (IPTRANS – Escola Profissional de Loures, Agrupamento de Escolas José Afonso e Agrupamento de Escolas de São João da Talha) durante três dias, tendo abrangido cerca de 60 alunos do 7º ao 12º ano.

2.3.3.5. Participação na formação “Inclusion of Migration Policies on Youth Platforms”

No âmbito das formações proporcionadas pelo programa Erasmus+: Juventude em Ação⁵⁰, surgiu a oportunidade de participar numa Ação de Cooperação Transnacional (TCA) dedicada à inclusão de políticas migratórias no âmbito das plataformas juvenis. Tal foi reconhecido pela equipa da AIDGlobal como uma oportunidade no âmbito do estágio, assim como uma notável possibilidade de enriquecimento pessoal e profissional, contribuindo significativamente para o trabalho desenvolvido nos referidos projetos.

⁵⁰ Para mais informações ver: <https://www.salto-youth.net/tools/european-training-calendar/>

A formação decorreu de 14 a 19 de março de 2017, realizando-se em Málaga, Espanha. Esta contou com a participação de diversas organizações de vários países, que lidam com as questões migratórias. Foi possível perceber a realidade dos diferentes países em relação às políticas migratórias, assim como os grandes desafios que as organizações enfrentam. Foram dadas a conhecer várias ferramentas, imprescindíveis no âmbito da ENF no campo das migrações, assim como metodologias e abordagens. Deu-se a conhecer o mecanismo de diálogo estruturado⁵¹, inserido na Ação 3⁵² - suporte às reformas políticas - do programa Erasmus+. Este último elemento revelou-se ser de extrema relevância, pois este tem sido objeto de grande interesse pessoal, sem nunca ter tido, até ao momento, um derradeiro esclarecimento prático.

2.3.3.6. Participação nas “Jornadas Transfronteiriças de Educação para o Desenvolvimento”

Como membro da Plataforma das ONGD⁵³, a AIDGlobal é participante frequente nas atividades desenvolvidas neste contexto. Face ao consenso, entre as entidades estremenhas e portuguesas que trabalham no campo da Cooperação, da necessidade de um espaço comum de intercâmbio entre as organizações de ambos os países, surgiu a criação das primeiras Jornadas Transfronteiriças dedicadas à ED e à ECG. Foi-nos solicitada a presença em ditas Jornadas, desempenhando funções de representação por parte da organização.

As Jornadas ocorreram nos dias 5 e 6 de abril de 2017, em Mérida, Espanha, contando com a presença dos promotores do evento: o Camões I.P., a Plataforma Portuguesa das ONGD, a AEXCID - Agência de Cooperação da Extremadura, a CONGDEX - Coordenadora Estremenha de ONGD e a AUPEX - Associação de Universidades Populares da Extremadura. Além destas instituições, diversas organizações e entidades, tanto portuguesas como espanholas participaram neste evento.

Este evento foi extremamente proveitoso, contribuindo significativamente para impulsionar a colaboração conjunta e o intercâmbio de boas práticas relativamente à ED e à ECG entre as organizações da Extremadura e de Portugal. No final, as entidades

⁵¹ Mecanismo que promove o debate entre jovens e decisores políticos. Para mais informações ver: <http://www.cnj.pt/wp/projeto/dialogo-estruturado/>

⁵² Financiamento europeu apoiando reformas políticas. Para mais informações ver: <https://juventude.gov.pt/EducacaoFormacao/AgirEuropa/ProgramaJUVENTUDE/Paginas/PROGJUVOqe.aspx>

⁵³ A Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento representa cerca de 60 ONGD. Para mais informações ver: <http://www.plataformaongd.pt/>

promotoras do evento assinaram um memorando de entendimento para a criação de uma Rede Portugal-Estremadura relativa à ED.

A participação nestas Jornadas foi extremamente frutífera pois ofereceu a oportunidade de conhecer organizações nacionais e espanholas que trabalham no âmbito da ED, assim como o trabalho que desenvolvem. Os conceitos, metodologias, políticas e desafios da ED e da ECG foram questionados e debatidos, levando a interessantes intervenções e aprofundamentos. Foi extremamente curioso verificar as disparidades existentes, em relação à forma como ambos os territórios vêem a ED e o modo como lidam com esta. De forma a ilustrar este facto é de salientar as prioridades, em relação a ações a implementar no campo da ED, que cada entidade promotora considerou serem mais determinantes. Assim, as entidades estremenhas colocaram como prioridades a questão da igualdade de género e da transformação de mentalidades, enquanto que as entidades portuguesas consideraram mais importante abordar a questão da participação (ou falta desta) e a cidadania global.

2.3.3.7. Participação no debate “Educação para o Desenvolvimento e/ou para a Cidadania Global? Debatendo Conceitos”

Da iniciativa do Grupo de Trabalho de Educação para o Desenvolvimento (GTED) da Plataforma Portuguesa das ONGD este debate constituiu um espaço de reflexão e diálogo sobre os reptos conceptuais que a utilização dos conceitos de ED e ECG comporta, procurando clarificar os seus múltiplos significados.

O debate ocorreu a 18 de abril de 2017 no auditório do Instituto Camões contando com a presença de diversas entidades e a participação de investigadores como La Salette Coelho, que explorou a utilização destes conceitos no contexto europeu, Cecília Fonseca, apresentando diversas questões em relação à ED e à ECG, partindo de diferentes perspetivas do Desenvolvimento e Sérgio Guimarães, do Camões I.P., que expôs as implicações institucionais de recorrer a tais termos.

O debate foi de grande relevância, relembrando a pertinência da utilização de certa nomenclatura. Foi de extremo interesse constatar o que os vários países consideram ser cidadania e a “carga” que lhe atribuem. Como exemplo salientamos o caso alemão, cujo termo tem uma conotação negativa ou o caso francês, onde o conceito de Cidadania Global não tem sentido, pois consideram a cidadania como algo nacional e não global.

O estágio desenvolvido corrobora e reforça a ação da AIDGlobal, no sentido de informar e despertar mentes para a importância de uma vivência pacífica, justa, igualitária e tolerante entre todos. Tal anseio materializa-se, não só, num aguçar das mentes dos outros, mas também num processo de esclarecimento do próprio sujeito. As realidades presenciadas, seja em contexto de formação como fora deste, permitiram variadas descobertas. Foi possível explorar ideias pré-concebidas presentes no imaginário de cada um, nomeadamente em relação aos fluxos migratórios e aos imigrantes. A desconstrução de estereótipos e preconceitos relativamente ao Outro é essencial para a construção de uma sociedade mais tolerante e justa. Neste contexto, é imperioso conhecer e analisar as representações relativas aos imigrantes, por parte dos participantes das formações levadas a cabo no âmbito do projeto “AMITIE CODE”. Consideramos, neste relatório, que as representações face aos imigrantes não constituem apenas imagens, mas também interpretações da própria realidade. Interessa, pois, saber e analisar a interpretação que os participantes das formações têm da imigração, alicerçada em distintos imaginários. Reconhecemos a ambiguidade do termo imagens, deixando em aberto a sua definição, que se desdobra em, *inter alia*, estereótipos, preconceitos e representações. Não obstante, são precisamente estas as dimensões de interesse para o presente relatório, constituindo o objeto de análise do subsequente capítulo.

Capítulo 3 - Resultados e Análise das Avaliações Implementadas

A diversidade constitui um elemento indissociável da sociedade. Apesar de enriquecer todos os aspetos sociais, esta surge também como uma fonte de conflitos e tensões. Os estereótipos e as ideias pré-concebidas alimentam o medo e a apreensão face ao estranho e desconhecido. Este *desconhecido* acaba por se tornar *conhecido* graças ao conhecimento. Desta forma, a educação, aliada ao contacto, surge como o caminho para a descoberta da verdade (Rudman *et.al.*, 2001). As ações levadas a cabo no âmbito do projeto “AMITIE CODE” seguem este mote, almejando que um veraz conhecimento, em relação aos fluxos migratórios, contribua para uma sociedade informada que sorria ao interculturalismo. A desmistificação de ideias pré-concebidas em relação a imigrantes é um passo crucial para tamanha aspiração. No contexto formativo, os resultados que advêm deste empenho transformativo estão intimamente correlacionados com o processo de avaliação. Este revela-se fundamental para uma eficiente sensibilização e consciencialização, assim como para o aperfeiçoamento das sessões formativas.

O presente capítulo explora sumariamente este processo avaliativo, apresentando a análise dos resultados dos testes e questionários aplicados durante as formações. Neste pretendem-se avaliar as representações existentes em torno dos imigrantes, observando se existem ideias embebidas em estereótipos e preconceitos no que concerne ao complexo conceito do que é o *imigrante*, no universo dos participantes das ações de formação integradas no projeto “AMITIE CODE”.

3.1. Avaliação

O termo avaliação encontra consenso, relativamente à sua definição, como um processo de recolha sistemática e análise de informação, para propósitos de verificação do valor, qualidade ou importância de algo (Figueiredo, 1996), incluindo as experiências educativas, onde este processo se destina a melhorias cognitivas e a uma adequação de atitudes (Shavelson, 1985). Independentemente da área, a avaliação é considerada como um processo delicado, subordinada a diversas críticas e juízos de valor.

A avaliação corresponde a um dos aspetos elementares na implementação de programas de ENF, no entanto, o facto deste tipo de educação não proporcionar titulações leva a que, como afirma Chacón-Ortiz (2015), esta seja remetida, em alguns casos, para segundo plano.

O processo de avaliação, seja em contexto de educação formal ou não formal, pode ser utilizado para duas finalidades: para uma melhoria educativa ou para uma prestação de contas pedagógica (Shavelson, 1985). Neste contexto, a avaliação levada a cabo no âmbito dos programas de ENF é orientada por dois escopos. O primeiro corresponde à *avaliação da aprendizagem* - referindo-se a conhecimentos, sendo o outro relativo à *avaliação do programa* - que aborda todas as questões relacionadas com a qualidade das sessões, desde a eficiência à relação custo-benefício (Easton, 1997). O primeiro está correlacionado com a educação, analisando os seus impactos, enquanto que o segundo abrange a questão do desenvolvimento, acompanhando critérios direcionados para os resultados como a eficácia, a eficiência e a sustentabilidade. Não obstante a sua relevância, não é a intenção explícita deste capítulo explorar minuciosamente tais modelos. Prima-se, neste ponto, os aspetos avaliativos no âmbito educativo, não descurando o seu poder de se transformarem, ao mesmo tempo, em processos de aprendizagem.

A relevância de um projeto como o “AMITIE CODE” está patente nos seus objetivos, em que se advém lograr uma aquisição de conhecimento rica, assim como mudanças inerentes. Perante o objetivo de transformar mentalidades, pretende-se, simultaneamente, a criação de mentalidades que sejam transformadoras. Neste âmbito é de sublinhar a importância do procedimento de avaliação, pois este oferece a possibilidade de constatar, por muito que sagazes, alterações de posições e de mentalidades. Não desdenhamos, porém, a necessidade de uma avaliação intensiva a longo prazo, de modo a ser possível reconhecer alterações efetivas.

A avaliação é um processo contínuo, intervindo em diferentes momentos da ação formativa. Segundo Reza (1998, em Ferrer, 2010), a avaliação ocorre em três fases: antes da ação, de forma a estabelecer os procedimentos a aplicar; durante, realizando-se um seguimento do processo de aprendizagem; e após a ação, de modo a ser possível perceber e ponderar resultados, metodologias e efeitos. Considera-se, então, a aplicação de um tipo de avaliação para cada um destes momentos.

As ações levadas a cabo no âmbito deste projeto contaram com a aplicação de todos estes momentos avaliativos, contudo a avaliação de processo realizou-se espontaneamente no decorrer de certas sessões, recorrendo a dinâmicas participativas que permitiram averiguar a situação, de cada participante e do grupo como um todo, no processo de aprendizagem. A ausência de registos destas iniciativas, aliada ao seu pouco relevo relativamente à intenção deste relatório, explicam a sua exclusão do mesmo.

Assim, no presente relatório são observados dois momentos avaliativos, comuns a todas as ações formativas: a avaliação diagnóstica inicial e a avaliação de impacto final. À exceção da formação dada aos alunos, ambos os momentos consistiram na aplicação de dois modelos de avaliação. Foi realizado um modelo, durante o referido estágio, para fins avaliativos internos - designado posteriormente como teste inicial e teste final – igualmente, foi aplicado um exemplar remetido pela coordenação do projeto - designado adiante como questionário inicial e questionário final.

O principal objetivo do teste elaborado prendeu-se com a observação de representações, ideias, noções e concepções em relação aos fluxos migratórios e imigrantes, assim como a percepção dos conhecimentos dos participantes em relação aos temas tratados. Este modelo ao ser aplicado no início - como instrumento diagnóstico – assim como no final, nas ações de formação dos técnicos municipais e dos professores, permitiu a verificação de alterações, através de um exercício comparativo.

Como referido anteriormente, a natureza de parceria deste projeto, implicou certas condições exigidas pelos coordenadores. A condição de implementar um questionário padrão inicial e final, concebido para efeitos de uma avaliação uniformizada, foi tomada como uma oportunidade de complemento e engrandecimento do processo avaliativo interno. Apesar de seguir uma índole de *avaliação do programa*, o modelo fornecido pela entidade coordenadora do projeto, revela-se fundamental para a análise disposta neste relatório. Tal modelo, aplicado a todas as ações, contém, o que se poderá considerar, a questão objeto de análise dominante do presente relatório. A sua aplicação universal, aliada à simplicidade provocatória de referir as primeiras palavras “que vêm à cabeça” ao pensar em migrações, direitos humanos e/ou Desenvolvimento, faz desta questão aberta o *ex-libris* da análise realizada.

Seguidamente apresentam-se os resultados da análise às respostas dos participantes, aquando do processo avaliativo, apresentando-se, posteriormente, a avaliação qualitativa e comparativa de tais resultados.

3.1.1. Avaliação Inicial

As ações no âmbito do projeto “AMITIE CODE” abrangem questões relacionadas com as migrações, mas também com os direitos humanos e o Desenvolvimento, temas igualmente inseridos em ditos testes. Não obstante, considerando que o presente relatório

pretende analisar as percepções dos participantes relacionadas com os migrantes, serão apenas destacadas as questões no âmbito das migrações.

Seguidamente são expostas as análises realizadas aquando da avaliação inicial, para tal procedeu-se à segmentação das observações por tipo de exercício, de modo a tornar a sua leitura mais perceptível e límpida.

3.1.1.1. Questionário Inicial

Como referido anteriormente, o modelo deste questionário introduz um exercício em que o participante revela, em resposta aberta, as primeiras quatro palavras que o título de cada ação de formação lhe sugere (ver Anexo 3). A frase relativa à formação dos técnicos municipais distingue-se das demais ações de formação, no entanto todas contêm elementos como ‘migrações’ e ‘direitos humanos’. Reconhecendo que as referidas frases são tematicamente diversificadas, todas estão conotadas com os movimentos migratórios, sendo, por isso, de extrema pertinência para a análise realizada neste relatório.

O questionário foi o primeiro modelo a ser aplicado, de modo a que a conceção dos participantes fosse incólume e não estivesse “contaminada” por ideias previamente interpeladas. Desta forma é possível observar os pensamentos mais espontâneos que se manifestam em relação aos temas trabalhados.

A ambivalência da questão leva, inevitavelmente, à existência de respostas ambíguas. Face à dificuldade na categorização e correlação de certas palavras registadas, optou-se por não incluir nesta análise tais termos - identificados nas secções posteriores. Igualmente, face à abundância de ideias sugeridas, apresentam-se as palavras com maior repetição, na tentativa de tornar a leitura mais clara e concisa. É possível, no entanto, encontrar em anexo a listagem completa dos termos referidos pelos participantes de todas as sessões formativas. Seguidamente apresentamos as palavras mais referenciadas, subdividindo-as pelas três formações.

3.1.1.1.1. Formação de Funcionários Públicos

No preenchimento deste questionário contou-se com a participação de 17 formandos com funções em diversas áreas no seio da Câmara Municipal de Loures como: integração de migrantes, saúde, educação, segurança social, bibliotecas, cultura e gabinete de apoio à presidência. Relativamente ao modelo de questionário inicial, foi requisitado aos participantes para pensarem em quatro palavras associadas à frase “Migrações, Direitos Humanos e Desenvolvimento – estratégias para a inclusão e

justiça”. Analisaremos as palavras mais repetidas, podendo-se consultar todas as referências no Anexo 12.

A percepção do migrante como refugiado evidencia-se pela proeminência da palavra ‘refugiado’, contando com sete ocorrências. A segunda palavra mais repetida (5 vezes) foi ‘direitos’, o facto de esta estar no plural demonstra a consideração, não apenas em relação aos direitos humanos, mas também a todos os direitos fundamentais para uma vivência repleta de bem-estar, segurança e prosperidade para qualquer pessoa⁵⁴.

A componente humana está retratada na abundância da palavra ‘pessoas’ (repetida 4 vezes), assim como de ‘humanidade’ com três ocorrências. Observa-se, igualmente, o compromisso atribuído à sociedade civil local com a reiteração de conceitos, que remetem para ideais ou valores, como ‘integração’ (3 verbalizações) e ‘acolhimento’, ‘ajuda’, ‘apoios sociais’ e ‘tolerância’ que contaram todos com registos duplos.

É de sublinhar a conceção positivista, com uma maior recorrência a palavras favoráveis como ‘igualdade’ (3 vezes) em contraposição a ‘desigualdade’ (1 vez); ‘integração’ (3 vezes) ao invés de ‘exclusão’ (1 vez); ‘justiça’ (3 vezes) em vez de ‘injustiça’ (1 vez); ou ‘paz’ (2 vezes) contrapondo ‘guerra’ (1 vez). Observando o carácter dos termos registados, estes podem-se decompor por índole positiva (p. ex. direitos, igualdade, justiça), negativa (p. ex. pobreza, sofrimento, desfavorecidos) ou neutra (p. ex. migrante, deslocação, economia). Contabilizando as palavras por categorias, verifica-se uma predominância de conceitos positivos - com 30 ocorrências - contrastando com 18 registos negativos e 27 considerados neutros.

A importância das responsabilidades referentes a um bom acolhimento dos migrantes denota-se na escolha de palavras conotadas com ideais e valores, necessários a uma integração concreta, observando-se um enfoque no papel do país de destino em contraposição ao do migrante em si.

3.1.1.1.2 Formação de Professores

A avaliação inicial contou com a participação de 16 professores do município de Loures de áreas tão diversas como: história, geografia, matemática, inglês, português e educação física. À semelhança da outra formação, a primeira questão pedia para registar quatro palavras que lhes sugerissem a ideia de “Migrações e Direitos Humanos – educar

⁵⁴ Consideram-se como exemplo os direitos fundamentais que incluem não apenas direitos, mas também liberdades e garantias - p. ex. direito à liberdade, à segurança; liberdade de expressão, etc. - assim como direitos e deveres económicos, sociais e culturais - p.ex. o direito ao trabalho, à habitação, à segurança social.

para o Desenvolvimento”. Como implementado anteriormente, procede-se à análise das palavras com maior número de repetições, podendo ser consultadas todas as palavras no Anexo 13.

Visto esta ação ter sido dirigida a docentes, é compreensível a relevância que a ‘educação’ desempenha nas suas vidas. Não surpreende o facto de este ter sido o termo mais repetido, contando com 5 ocorrências. À semelhança do observado nos questionários da formação de técnicos, denota-se uma predominância de termos referentes ao comprometimento da população local, como por exemplo ‘ajuda/entreaduda’, ‘igualdade’ e ‘solidariedade’ — todos com 3 ocorrências — assim como ‘integração’ (repetidas 2 vezes).

Ao contrário da anterior análise, em que o termo ‘refugiados’ era predominante, observa-se o seu emprego de uma forma bastante mais moderada, tendo apenas registado duas repetições. O diminuto registo relativamente a pessoas compelidas a deslocarem-se é corroborado com a inclusão da palavra ‘imigrante’, não presente na análise referente aos técnicos.

As condições causais dos movimentos migratórios são referenciadas, por exemplo com o termo ‘subdesenvolvimento’ — com duas ocorrências, perspetivando o movimento de pessoas como algo característico de regiões “menos desenvolvidas”. Conceitos como ‘pobreza’ - repetida três vezes - e ‘desemprego’ e ‘exploração’ (com 2 repetições) dão azo a diversas interpretações que se podem referir a situações desfavoráveis que estão na origem das migrações, ou a condições resultantes de tais movimentos.

Uma vez mais, termos favoráveis como ‘paz’ e ‘esperança’ (ambos com duas ocorrências) contrastam com outros mais negativos como ‘guerra’ e ‘sofrimento’ (ambos com apenas uma referência). À semelhança do ocorrido na avaliação dos funcionários públicos, verifica-se uma predominância de conceitos positivos - com 24 ocorrências, constatando-se que as palavras de conotação neutra registam um maior número (com 23 ocorrências) relativamente às negativas (com 14 registos).

Diversos elementos relacionados com valores e ideais surgem, uma vez mais, nesta análise, porém, é de sublinhar, ao invés da avaliação dos técnicos, o facto de o termo ‘humanos’ e ‘pessoas’ apenas ter tido uma ocorrência. Ainda que não seja possível fazer uma correspondência exata relativamente a quem ou ao quê cada termo corresponde (aos migrantes, à sociedade de acolhimento ou aos países de origem), é possível identificar uma maior predominância de palavras, possivelmente, relativas aos migrantes (p.ex. ‘exploração’; ‘caminhada’).

3.1.1.1.3. Laboratórios Escolares - School Labs

Numa tentativa de aligeirar o processo avaliativo aquando da ação realizada aos alunos, foi aplicado apenas o questionário remetido pelos coordenadores do projeto. Nesta avaliação inicial, contou-se com a participação de 68 alunos. É de sublinhar a criatividade dos alunos perante o repto de referirem quatro palavras alusivas à ideia de “Migrações e Direitos Humanos – educar para o Desenvolvimento”. O seu elevado número, associado à singularidade dos participantes e seus pensamentos, exigiu uma laboriosa compilação das muitas ideias sugeridas. À semelhança das análises prévias, selecionaram-se as palavras com maior repetição, podendo ser consultada a lista completa no Anexo 14.

Dois termos encabeçam a lista: ‘liberdade’ e ‘refugiados’ repetindo-se ambos 19 vezes. Mais uma vez, a palavra ‘refugiado’ pode denotar o peso que os acontecimentos recentes em relação à guerra na Síria e à crise no Sahel e na África Central, aliados à intensidade dos discursos mediáticos, têm relativamente aos movimentos migratórios. O conceito ‘liberdade’ pode indicar a implicação da existência de um constrangimento ou sujeição da pessoa no seu país de origem.

Termos como ‘igualdade’ - com 17 ocorrências e ‘respeito’ repetindo-se nove vezes indicam a força da necessidade de tais valores numa sociedade, especialmente face a uma riqueza de diversidade cultural. Considera-se que estas ideias são corroboradas pelos oito registos da palavra ‘racismo’.

Conceitos conotados com as causas das migrações verificam-se na repetição de ‘guerra’ (14 vezes), ‘dinheiro’ com 10 ocorrências, ‘trabalho’ repetindo-se nove vezes e ‘melhores condições’ e ‘pobreza’ com seis verbalizações. Sublinha-se a abundância de registos referentes à circunstância de ‘viagem’ (com oito repetições), assim como conceitos correspondentes como ‘mudança de país’ com sete ocorrências, ‘mudar de continente’ (repetindo-se duas vezes) ou ‘mobilidade’ com três registos.

É possível verificar a predominância de palavras alusivas a sentimentos (p.ex. respeito) e a direitos, sendo alguns fragmentados como: de expressão, à saúde, à educação e ao trabalho. A discriminação das palavras por grupos positivos, negativos ou neutros demonstra uma preferência dos alunos por termos neutros - com 115 ocorrências, em detrimento de conceitos positivos - com 88 ocorrências, e dos negativos - contabilizando 51 palavras.

Sublinha-se a predominância de termos muito específicos, como os já referidos direitos ou questões relacionadas com escassez (p.ex. ‘pobreza’, ‘falta de

ajuda/comida/condições’). É possível notar uma maior atenção colocada no migrante e na sua situação. Estes registos podem explicar-se pela diversidade das turmas, contando com a presença de muitos alunos imigrantes ou filhos de imigrantes, sujeitos às adversidades e desafios da experiência migratória.

3.1.1.2. Teste Inicial

O teste elaborado, no âmbito deste estágio, tinha como objetivo original um exercício de diagnóstico, assim como a verificação de alterações percecionais nos participantes, servindo como instrumento de comparação, ao ser aplicado o mesmo modelo na fase inicial e final das ações formativas. Não obstante o propósito inicial, as observações levadas a cabo na análise destes testes revelaram ser de uma relevante pertinência. As respostas dos participantes denotam variadas perceções relativamente aos fluxos migratórios, por isso, e apesar da sua particular natureza, optou-se pela sua inclusão nesta análise.

A criação dos modelos de avaliação interna foi motivada por outros testes, previamente aplicados em ações de formação realizadas pela AIDGlobal, tendo sido adaptados ao âmbito da ação e ao contexto local. Diversos recursos foram utilizados como fonte de inspiração para a elaboração de dito teste, nomeadamente artigos jornalísticos⁵⁵ de Portugal e outros países europeus, assim como pesquisas prévias (ver Massey, 2005).

Ainda que semelhante, o padrão do teste sofreu alterações relativamente ao modelo aplicado na formação de funcionários públicos (ver Anexo 2) e ao aplicado aos professores (ver Anexo 11), de forma a adequar-se ao contexto profissional de cada público-alvo. O modelo aplicado em ambas as formações contou, não obstante, com a introdução de duas questões análogas. Estas correspondem a perguntas de cariz fechado, com dois exercícios de posicionamento. O primeiro correlaciona-se com a posição dos participantes perante algumas afirmações. Decidindo se ‘concorda’, ‘discorda’ ou ‘não sabe’, o participante não dá apenas a sua opinião, como também apresenta o conhecimento que tem sobre as migrações.

O exercício seguinte, que também é objeto de análise, enumera alguns fenómenos que podem, ou não, estar relacionados com as migrações, pedindo para assinalar quais correspondem a causas e a impactos dos movimentos migratórios. Os participantes

⁵⁵ “Myths of Migration – Much of what we think we know is wrong” (De Haas, 2017); “Mitos sobre a imigração” (Guimarães, 2014); “Datos que desmontan los falsos mitos y leyendas sobre la inmigración” (Rodríguez-Pina, 2015) e “Ten myths about migration” (Zatterin, *et. al.*, 2014).

tiveram ainda a liberdade de poder considerar tais fenómenos como ambos os casos ou nenhum deles. Com este exercício pretendeu-se verificar o que os formandos acreditam ser os efeitos da imigração, assim como o que pode levar alguém a sair do seu lar.

3.1.1.2.1. Formação de Funcionários Públicos

O teste de diagnóstico inicial aplicado na formação dos técnicos municipais de Loures contou com cinco questões, tendo sido, à semelhança do questionário inicial, aplicado a 17 participantes. O primeiro ponto deste teste pretende identificar o nível de contacto dos participantes com os temas abordados na ação. Perante a pergunta “Já ouviu falar sobre:”, os formandos respondem ‘sim’ ou ‘não’ em relação a alguns temas. É de registar que, relativamente a “migrações forçadas”, dos 17 participantes, apenas um respondeu que não tinha ouvido falar sobre tal assunto.

No que respeita aos conhecimentos relativos às migrações (ver Anexo 15), constata-se o reconhecimento, por parte da totalidade dos participantes, de que as migrações (forçadas ou não) são motivadas por uma variedade de questões, não sendo exclusivamente económicas ou laborais. Relativamente aos países de destino dos fluxos migratórios, os participantes (82%) consideram que os países considerados “desenvolvidos” não são os que recebem maior fluxo de migrantes. Tal pode suportar a consideração que o migrante não se desloca apenas por questões económicas. No que concerne a pessoas refugiadas, todos os participantes identificam os refugiados como sendo diferentes dos migrantes económicos, demonstrando uma clara separação entre ambos. Porém, apesar da maioria dos participantes (53%) desconhecer o número de refugiados no mundo em 2015, 35% afirma que este ultrapassa os 50 milhões de pessoas. É de sublinhar que esta cifra é substancialmente superior à registada em 2015⁵⁶. Esta perceção pode dever-se a ambiguidades correlacionadas com as definições dos estatutos das pessoas forçadas a deslocar-se ou à simples falta de informação. A ideia que existe um número muito maior de pessoas refugiadas, do que o que verdadeiramente se verifica, pode justificar a posição, de 59% dos participantes, em afirmarem que a maioria das movimentações migratórias são involuntárias.

É possível observar que a maioria dos participantes (53%) desconhece a proporção de população estrangeira em relação à população residente de Loures, enquanto que 35%

⁵⁶ Segundo o ACNUR, em 2015, havia 21.3 milhões de refugiados no mundo, que se incluíam nos 65.3 milhões de pessoas forçosamente deslocadas. Acedido a 3 de outubro de 2016 em: <http://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/576408cd7/unhcr-global-trends-2015.html>

afirma que este número é cerca de 10%. É de salientar, que num momento mais avançado na formação, esta questão foi novamente levantada, ao que foi possível constatar que todos os participantes presumiram, erroneamente, que a percentagem de estrangeiros residentes em Loures era maior que 10%⁵⁷. A percepção que o número de imigrantes é maior do que o que efetivamente é, pode estar correlacionada com as atividades laborais dos participantes, que lidam diariamente com esta população, podendo criar uma impressão descomedida da quantidade de pessoas estrangeiras.

Considerando os aspetos de impacto das migrações, os participantes (76%) acreditam que apenas através de políticas públicas nacionais é possível uma integração efetiva de imigrantes. Este olhar pode desvalorizar o papel das autoridades locais, assim como da sociedade civil nos processos de inclusão de migrantes.

A maioria (88%) assegura que a imigração contribui para o desenvolvimento de uma região, no entanto, apenas 47% atribui uma correlação entre os fluxos migratórios e o Desenvolvimento e 24% crê não existir qualquer interdependência entre ambos os fenómenos. Este paradoxo pode ser explicado, pela perspetiva de que a migração constitui apenas uma contribuição para os países de destino e não para os de origem, onde o conceito “Desenvolvimento” automaticamente se atribui aos países “em desenvolvimento”, comumente considerados a génese da maioria das diásporas⁵⁸.

Relativamente a preconceitos e estereótipos, 19% afirma que a imigração e o seu aumento são razão da existência de estereótipos étnicos, enquanto que 56% discorda. Não obstante estas respostas, a multiculturalidade da sociedade portuguesa justifica a existência de poucos preconceitos para 53% dos participantes. Tal incompatibilidade pode evidenciar uma convicção que a sociedade portuguesa carece de preconceitos face ao imigrante, suportando as ideias derivadas do luso-tropicalismo. Segundo 65% dos participantes uma forma de evitar ou acabar com os discursos estereotipados é a adoção de uma abordagem “daltónica”⁵⁹.

Relativamente ao seguinte exercício de posicionamento, que pedia para indicar o que são causas ou consequências das migrações (ver Anexo 16), é possível constatar que

⁵⁷ Foram utilizados dados referentes ao ano de 2015, onde se estima que a população estrangeira com estatuto legal de residente em percentagem da população residente de Loures é de 7,6%. Acedido a 3 de outubro de 2016 em: <https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%C3%A7%C3%A3o+estrangeira+com+estatuto+legal+de+residente+em+percentagem+da+popula%C3%A7%C3%A3o+residente+total+e+por+sexo-363>

⁵⁸ Uma das percepções equivocadas relacionada com as migrações é o facto de estas serem resultado da falta de desenvolvimento económico dos países (Massey, 2006).

⁵⁹ Quando uma pessoa branca faz declarações que indicam que não quer reconhecer a cor ou etnia de outra pessoa. (Sue *et. al.*, 2007)

25% dos participantes não considera que o fenómeno de secas prolongadas seja nem uma causa nem uma consequência dos fluxos. Esta posição pode indicar uma visão mais economicista, ou até mesmo bélica, dos movimentos migratórios, obliterando as migrações forçadas por aspetos climatéricos. Continuando na senda das deslocações coagidas, apesar de 70% dos formandos declarar que os conflitos armados impelem à deslocação de pessoas, 12% acreditam que estes podem ser uma consequência e outros 12% veem como ambos os casos.

Quando questionados sobre altas taxas de desemprego e condições laborais precárias, 50% considerou serem tanto uma causa como uma consequência, ao passo que 19% acreditam ser apenas uma consequência e outros 19% apenas uma causa. Estes números ilustram a perceção negativa sobre as migrações, sendo estas motivo de subida do desemprego e de uma precarização das condições de trabalho. Em relação a salários baixos, ocorre uma situação similar, com 53% a identificarem estas circunstâncias como sendo tanto uma causa como impacto. Não obstante, 18% veem que salários reduzidos não incidem qualquer influência na deslocação de pessoas.

Perante uma melhoria das condições sociais, 35% consideram esta como sendo, simultaneamente, uma causa e uma consequência e 24% definem apenas como uma causa. Esta evidência pode traduzir-se numa questão linguística, tendo os formandos visto esta melhoria de condições não como uma circunstância da migração, mas como uma ambição, em que a pessoa emigra de modo a gozar de uma conjuntura social mais favorável. É de destacar, no entanto, que uma percentagem considerável (29%) não considera que esta seja uma condição dos movimentos migratórios.

É possível verificar que a maioria (70%) dos formandos entende a multiculturalidade e a diversidade étnica como uma consequência das migrações. Denota-se a consideração face a pessoas obrigadas a saírem dos seus lares por questões de perseguição étnica, quando 18% dos participantes considera a multiculturalidade e a diversidade como sendo tanto uma causa como impacto e 6% como uma causa.

Como efeitos da migração, 37,5% dos formandos acreditam que esta leva a sentimentos xenófobos e outros 37,5% veem estes, simultaneamente como um impacto, assim como uma causa. Este último pode estar, igualmente, vinculado a uma perseguição étnica. Sublinhamos ainda o facto de 18% acreditarem que este tipo de sentimentos não tem qualquer conexão com os movimentos migratórios.

As questões seguintes, tiveram um menor número de respostas (11), presumivelmente por permitirem uma maior liberdade de argumentação dado o seu

carácter aberto. Verificou-se, como já constatado anteriormente, que a maioria (53%) dos formandos acredita que a sociedade portuguesa manifesta escassas evidências de preconceitos devido à diversidade étnica e cultural existente. Quando confrontados com a pergunta “Considera que a diversidade étnica e cultural da sociedade portuguesa contribui para que existam preconceitos étnicos e culturais menos acentuados? Porquê?” surgem justificações como: “historicamente somos um povo acolhedor”; “Portugal é secularmente multicultural e tolerante” – espelhando o discurso do luso-tropicalismo - e “o multiculturalismo acaba com os estereótipos”. Não obstante, alguns participantes percecionam uma realidade distinta ao afirmarem que: “persistem os estereótipos e preconceitos”, “tem de haver uma mudança de mentalidades, assim como a criação de hábitos” ou “hoje é mais complexo aceitar o ‘diferente’ pois são em maior número”.

Face à pergunta “De que forma as autoridades locais podem promover uma melhor resposta às problemáticas relacionadas com as causas e consequências das migrações, a nível local e global?” os participantes (67% dos que responderam) atribuem um valor de extrema relevância ao papel das autoridades locais em relação a políticas migratórias. A educação, a formação aos técnicos e a informação são as medidas de responsabilidade social mais referidas, “promovendo uma cidadania ativa”, “educando e sensibilizando” a população, “valorizando as características da comunidade”. Além desta área, outros campos de intervenção são o laboral e o securitário.

3.1.1.2.2. Formação de Professores

Como referido anteriormente, foram realizadas algumas alterações na aplicação da avaliação referente à formação de professores. Criou-se um teste resultante da fusão entre o questionário e teste iniciais, abrangendo os exercícios supramencionados, contendo as questões mais relevantes (ver Anexo 11).

A participação referente a este teste teve o mesmo número de elementos que o questionário inicial (16). Relativamente ao exercício destinado a observar a posição dos participantes perante certas afirmações, foram feitas algumas alterações, incluindo questões relacionadas com a ED. Dada a sua natureza, tais questões não serão objeto de análise neste relatório. São seguidamente examinadas as respostas efetuadas às afirmações conotadas com as migrações.

No exercício 2. (ver Anexo 17) do teste é possível constatar-se uma perceção acurada dos movimentos migratórios, registando-se apenas uma pessoa a afirmar que a deslocação de refugiados tem na sua origem questões económicas. Relativamente à

proporção de imigrantes, a maioria (81%) dos participantes assumiu o seu desconhecimento face à percentagem de estrangeiros em relação à população de Loures, enquanto que os restantes manifestaram o seu desacordo face à afirmação de ser cerca de 10%.

A contribuição das migrações é considerada como positiva para a maioria (87%) dos participantes. Considerando a integração dos migrantes, 63% dos professores acreditam que esta apenas é concretizável através de políticas a nível nacional.

O aumento da imigração leva à existência de estereótipos segundo 63% dos participantes. À semelhança do observado aquando da análise feita em relação ao teste aplicado aos técnicos, a maioria dos docentes (56%) acredita que é necessária uma conduta “daltónica” de modo a prevenir atitudes estereotipadas face a migrantes.

O seguinte exercício de posicionamento é idêntico ao aplicado aquando da formação de funcionários públicos, onde as respostas não diferem, em grande medida, das registadas na formação antecedente (ver Anexo 18). No que tange a causas das migrações é possível constatar uma harmonia certa, em que a maioria reconhece que as alterações climáticas adversas, o desemprego acrescido, as condições de trabalho insatisfatórias, os conflitos armados e os vencimentos insuficientes são motivo de deslocamento de populações. É de destacar a escolha de metade dos participantes em como os salários baixos estão na origem das migrações, ainda que 25% considere que seja tanto uma causa como uma consequência das migrações, destacando o seu impacto negativo. Uma vez mais, é de sublinhar a escolha dos participantes em considerar “melhores condições sociais” como uma causa (ou ambas), indicando uma perceção de empenho para que a pessoa garanta tais condições através da emigração.

Foram introduzidas questões abertas de modo a observar a posição dos participantes como docentes e o seu papel numa sociedade intercultural mais justa. Quando questionados sobre “que estratégias deve a escola usar para garantir a partilha intercultural e a integração dos alunos migrantes?”, a maioria (62%) dos docentes centrou-se nos aspetos culturais. Além de formações interculturais, registam-se exemplos de iniciativas baseadas num modelo multicultural como: “promover atividades que favoreçam a valorização da cultura dos imigrantes”; “dar a conhecer as diversas culturas”; “atividades de divulgação relativas ao seu país de origem”; “partilha de experiências, comparação de culturas, troca de pontos de visão”; “convívios e jogos entre os diferentes alunos e migrantes” assim como “divulgação de tradições/costumes” e “mostras culturais: gastronómicas e etnográficas”. Entre as diversas respostas, observa-se uma tendência de

foco no aluno, corroborada por ideias como “trabalhos de projeto”; “grupos de apoio de alunos portugueses, tutores de alunos migrantes”; e “exposições dos vários países por alunos migrantes de onde são oriundos”. É de salientar, no entanto, a atenção colocada no docente e na instituição, apoiada por propostas como: “ajudar a saber ser solidário, partilhar e ajudar o outro fazendo o necessário”; “motivação constante, reforço positivo”; “jogos cooperativos”; “metodologias ativas”; e “respeitar as diferenças, aceitá-las e integrá-las sem as anular”.

3.1.2. Avaliação Final

O processo de ensino/aprendizagem instaura um trajeto que tem sempre um ponto de partida e um ponto de chegada. Neste sentido torna-se imprescindível uma verificação deste percurso, de forma a constatar os progressos, os desvios e os malogros. Fala-se, então, de uma avaliação que pode ser de processo ou de impacto.

No âmbito do projeto foram levadas a cabo ambos os tipos de avaliação, sendo relevante para este relatório a avaliação de impacto que, ainda que a curto prazo, refere-se aos efeitos que a ação teve nos participantes e, conseqüentemente, pode ter nos seus entornos a longo prazo. É possível considerar este processo como uma avaliação do produto (i.e. dos resultados), permitindo aferir qual o valor atingido face às expectativas iniciais. Estes resultados, além de indicarem aprendizagens e quaisquer mudanças a nível cognitivo e/ou de atitudes, compilam igualmente informações que permitam melhorar o programa de formação.

Foram aplicados dois modelos de avaliação nas formações dos técnicos municipais e dos professores. Sendo estes o questionário final (ver Anexo 19) e um modelo idêntico ao do teste inicial – denominado agora teste final. Sendo aplicado apenas o questionário final relativamente às formações nas escolas.

A finalidade deste relatório não se prende com a observação minuciosa de quaisquer alterações produzidas nos participantes, graças às ações de formação. Assim, são reveladas as verificações registadas, dos exercícios mais relevantes para esta análise, de uma forma sucinta. Seguidamente procede-se à análise das respostas, diferenciando, uma vez mais, por tipo de exercício e formação.

3.1.2.1. Questionário Final

3.1.2.1.1. Formação de Funcionários Públicos

A avaliação final contou com um menor número de respostas, tendo sido contabilizadas 12 participações, contrastando com as iniciais 17. Não obstante, foi possível identificar certas alterações relativamente a todos os exercícios.

Relativamente ao questionário, apesar de muitas palavras que inicialmente foram registadas se manterem, foi possível verificar algumas alterações (ver Anexo 20). Tendo em conta a redução de participantes a preencherem tal questionário, foi possível verificar que a palavra mais repetida é ‘inclusão’, com seis pessoas a registarem-na, a segunda palavra, com cinco repetições, foi ‘respeito’ e, por último, ‘integração’, ‘refugiados’ e ‘igualdade’ partilham o mesmo número de repetições, contabilizando-se quatro. É de sublinhar a ampla diminuição na repetição de ‘refugiado’, denotando uma possível ampliação do conceito de migração e imigrante, não o aplicando automaticamente a pessoas com estatuto de refugiados. A introdução de palavras como ‘inclusão’ e ‘respeito’, em detrimento de ‘humanidade’, enfatiza o indivíduo como agente de inclusão. Associada a esta conceção, está espelhada a dispensa de conceitos como ‘apoios sociais’ ou ‘ajuda’, reforçando o compromisso da sociedade civil nos processos de integração, ao invés das estruturas político-sociais.

3.1.2.1.2. Formação de Professores

A formação dos docentes revelou ser uma tarefa atribulada relativamente à participação e assiduidade dos participantes. É de destacar as circunstâncias *sui generis* nas quais se procedeu o processo de avaliação final que apenas contou com 5 participantes. A desmedida discrepância entre o número de professores envolvidos na primeira fase de avaliação (16) e os que responderam ao questionário final revela-se algo inusitado, comprometendo o próprio procedimento de avaliação. Não obstante, os seus resultados serão analisados, seguindo a mesma lógica das anteriores verificações, atentando, porém, no facto de que a realização de uma comparação destes dados revela-se um mecanismo inaverigável.

Assim, apesar da desproporção numérica, foi possível assinalar alterações nos termos escolhidos em relação à frase “Migrações e Direitos Humanos – Educar para o Desenvolvimento” (ver Anexo 21). A introdução de vocábulos como ‘interculturalidade’ e ‘mudança’ pode ilustrar a necessidade de um processo transformativo da sociedade de

acolhimento. Mais uma vez, os participantes focam-se na inclusão dos migrantes no país de destino, em detrimento da situação da pessoa em circunstâncias de deslocamento ou do país de origem.

3.1.2.1.3. Laboratórios Escolares - School Labs

À semelhança das demais formações, esta avaliação final contou com menos participantes que a inicial, registando 57 alunos a responderem ao questionário final.

Ainda assim, apesar de alguma discrepância numérica, podemos notar as alterações nas palavras escolhidas (ver Anexo 22). A palavra ‘refugiado’ continuou a ser a mais repetida, sendo seguida de ‘viagem’ com 12 repetições e ‘racismo’ e ‘liberdade’ com 11 repetições. É de salientar a diferença no número de respostas entre o questionário inicial e final em relação às palavras ‘racismo’ e ‘viagem’, levando a considerar que, enquanto no início da atividade os participantes se focavam mais em palavras conotadas com as causas das migrações, no final as palavras mais escolhidas relacionam-se com as consequências e o próprio percurso em si.

3.1.2.2. Teste Final

3.1.2.2.1. Formação de Funcionários Públicos

Ao comparar os testes iniciais e os finais, é possível verificar poucas diferenças. Perante o primeiro exercício de posicionamento, foram verificadas escassas alterações nas respostas, onde o número percentual não se alterou substancialmente. As maiores variações verificam-se nas questões relacionadas com o conhecimento de dados, como por exemplo a proporção da população imigrante de Loures, em relação à população local, em que 67% concordou ser cerca de 10% da população residente. A questão que afirmava que “a integração dos imigrantes só é possível através de políticas públicas nacionais” teve variações nas respostas, levando 58% dos participantes a discordar. Tal revela o desenvolvimento de uma perceção onde o *local* possa influenciar os processos de inclusão e acolhimento, tendo impacto e controlo nas políticas migratórias.

Verifica-se, contudo, alterações de ideias em relação às causas e consequências das migrações (ver Anexo 23). No teste inicial os participantes referiram, maioritariamente, as secas prolongadas (56%) e os conflitos armados (70%) como causas das migrações, contudo no teste final as causas prendem-se com altas taxas de desemprego e condições laborais precárias (50%), salários baixos (46%) e as, já referidas, secas prolongadas e os

conflitos armados mantêm-se com 67% e 50% respetivamente. Em relação às consequências causadas pelas migrações denota-se que a maioria dos participantes continua a reconhecer que o facto de surgirem sociedades multiculturais e etnicamente diversificadas se deve às migrações, com 70% no questionário inicial e 67% no final. Foi interessante verificar que no início se registaram algumas respostas que percecionavam negativamente o impacto das migrações como, por exemplo, repercutir-se em altas taxas de desemprego e condições laborais precárias (19%), assim como sentimentos xenófobos (37,5%). Porém, no questionário final, verificou-se uma noção mais positiva com 50% a considerarem que as migrações levam à existência de melhores condições sociais.

3.1.2.2.2. Formação de Professores

Foi possível constatar, neste teste final, diferenças em relação à posição inicial dos participantes quanto às migrações. No exercício de posicionamento constata-se que a maioria discorda da afirmação: “os estereótipos de carácter étnico existem devido ao aumento da imigração”, contrariamente ao teste inicial. O mesmo sucedeu em relação à ideia de que “para evitar um discurso estereotipado em relação aos migrantes é necessário recorrer a uma abordagem ‘daltónica’”. Constatou-se uma alteração — de ‘concordo’ inicial para ‘discordo’ final, o que indicia uma mudança de atitude que aponta para uma das premissas para uma inclusão eficiente, reconhecendo o indivíduo como um ser cultural e étnico.

Foi, igualmente, possível verificar uma variação de perceções no que diz respeito ao segundo exercício de posicionamento (ver Anexo 24). A primeira constatação refere-se a uma “alta taxa de desemprego e condições laborais precárias” em que a maioria (75%) considerou ser uma causa das migrações, contrastando com os 31% iniciais que indicavam ser uma consequência. Uma outra diferença relaciona-se com “sociedades multiculturais e etnicamente diversificadas” em que, anteriormente, a grande maioria (81%) achou ser uma consequência das migrações e, no final, apenas metade considerou ser uma consequência e outra metade reconheceu que, a existência de tais sociedades, não era nem causa nem consequência dos fluxos migratórios. É possível concluir que esta última metade perceciona a sociedade como sendo naturalmente diversificada. Em relação à existência de “sentimentos xenófobos”, inicialmente uma grande parte dos formandos (56%) considerava ser uma consequência da migração. No entanto, no teste final, 75% entendeu que eles podem ser tanto uma causa como consequência. Outra

grande divergência foi o facto de uma maioria (75%) achar, no final da formação, que as migrações podem trazer “melhores condições sociais”, contrastando com os 25% iniciais.

3.2. Discussão

O âmago deste relatório prende-se com a verificação de imagens e representações que os participantes têm em relação aos imigrantes. Através de um exercício de interpretação e de um laborioso trabalho de análise foi possível constatar certas ideias e representações relativas às migrações e imigrantes. Realçamos a avaliação inicial, sendo esta crucial para a observação de tais ideias em modo “tábua rasa”. É de reconhecer que as questões colocadas não pedem diretamente uma caracterização do migrante, porém as respostas registadas permitem observar diversas considerações significativas. Seguidamente constata-se tais ideias, na tentativa de apurar a existência (ou não) de representações e imagens pré-concebidas e estereotipadas.

A recente crise humanitária, protagonizada por milhares de pessoas a fugirem das repercussões da Primavera Árabe, da violência de regimes e grupos armados, assim como das adversidades climáticas, fomentou o foco em relação aos requerentes de asilo e refugiados. A abastança de atenção, encabeçada por certos meios de comunicação e perpetuada por narrativas discursadas em todo o espectro político europeu, que foi dada a estes grupos de pessoas extremamente vulneráveis, pode ter surtido certo efeito na perceção dos participantes relativamente ao fenómeno migratório. A imagem de migrante automaticamente associada à de refugiado, registada num grande número de respostas, evidencia a ambiguidade e a falta de clareza em relação aos conceitos referidos. É imperioso não confundir e utilizar erradamente ambos os termos, pois estes referem-se a condições totalmente distintas, onde a escolha e a proteção jogam papéis extremamente importantes. A perpetuação de uma incorreta utilização da nomenclatura, relativa às pessoas forçadas a deslocarem-se, dá azo à falácia que requerentes de asilo, deslocados internos e até mesmo apátridas assentam na mesma categoria de refugiado. Tal indefinição é perceptível quando variados participantes acreditam que a maior parte das movimentações são involuntárias, onde o indivíduo é desprovido de escolhas.

Em todas as ações formativas regista-se a abundância da repetição das palavras ‘pessoas’ e ‘humanidade’. Estas palavras podem ter diversos sentidos dependendo do sujeito a quem se referem. Considerando que tais termos se referem aos migrantes, é possível observar uma rejeição da visão aritmética dos fluxos e *stocks* migratórios,

aplicando-lhe uma visão globalista. Por outro lado, considerando que se referem à sociedade de acolhimento, estes termos podem sugerir uma exaltação do papel destas na integração de migrantes. Ainda, é possível descartar uma infra-humanização⁶⁰ do migrante, caso estas palavras se refiram simplesmente ao conjunto das pessoas, sejam elas migrantes ou não. Estas ideias podem significar uma maior preocupação por questões, não apenas, humanistas, mas também humanas.

É possível realizar um exercício similar relativamente ao termo ‘pobreza’. Considerando que este se refere ao imigrante, indica que a imagem do migrante está associada a alguém desfavorecido e carenciado. O indício que a pessoa migra somente por questões monetárias, sustentada pelo uso indiscriminado do termo “migrante económico”, rejeita a ampla panóplia de fatores que podem levar alguém a deslocar-se. Seguindo esta senda, a repetição de palavras como ‘desemprego’, ‘trabalho’ e ‘dinheiro’, se relacionadas com os imigrantes, suportam a ideia redutora das migrações como apenas um escape monetário. A ideia de pessoas pobres e indefesas complementa-se com circunstâncias adversas. A condição de infelicidade parece espelhar-se nas pessoas que migram. Olhando para termos como ‘sofrimento’, ‘tristeza’, ‘desfavorecidos’, além de considerar ‘lágrimas’ como sendo de tristeza, e associando-os ao migrante, é possível corroborar esta noção de infortúnio. Outra opção a considerar é o facto de tais termos se referirem à sociedade de acolhimento e aos efeitos das migrações, vendo estas como uma “ameaça” ao bem-estar instituído.

A ideia, por grande parte dos participantes, que a “diversidade étnica e cultural da sociedade portuguesa contribui para que existam preconceitos étnicos e culturais menos acentuados” comprovam duas ideias: primeiro que Portugal é *de facto* um país multicultural, com uma rica diversidade étnica e cultural; e segundo, que a sociedade portuguesa está como que isenta de sentimentos baseados em preconceitos. Tais evidências têm na sua génese um luso-tropicalismo acerbado, assim como a noção que o multiculturalismo cria certa imunidade face ao preconceito. Estas ideias contrapõem-se com o pensamento de Santoro (2014, p. 25) onde afirma que o modelo multiculturalista, assim como as políticas criadas neste âmbito, avivam os “fundamentalismos identitários”, estando na génese de estereótipos e preconceitos, levando a que os membros de certa coletividade sejam apenas reconhecidos e identificados com as características do grupo.

⁶⁰ A infra-humanização é o processo em que são negados traços culturais (i.e. características que são tipicamente humanas, p.ex. inteligente) a um exogrupo. Esta pode ser igualmente analisada através de uma menor atribuição de sentimentos ou de uma despersonalização (Lima e Vala, 2005).

Por outro lado, a consideração que o aumento dos fluxos imigratórios são a causa da existência de estereótipos, por grande parte dos participantes, pode evidenciar que populações isentas de imigração são imunes a estes. Como visto anteriormente, muitos teóricos refutam a correlação direta entre a proporção de imigrantes e o aumento de sentimentos anti-imigração (Hjerm, 2007; Quillian, 1995; Zick *et.al.*, 2008), sendo o elemento mais significativo para tal equação a percepção do número de imigrantes a viverem no país e não o seu número real (Zick *et.al.*, 2008). Esta ideia é corroborada pela evidência de que a noção da percentagem proporcional de imigrantes em relação a nacionais, existente entre os participantes, é bastante superior ao número real.

A escolha da adoção de um discurso “daltónico” de forma a colmatar preconceitos e estereótipos é apoiada por uma grande parte dos participantes. Este tipo de comportamento não é o mais adequado, sendo visto como elemento de um racismo subtil, perpetuando uma “negação da realidade racial e experiencial de pessoas de cor”⁶¹ (Sue *et. al.*, 2007, p.278), proporcionando uma desculpa para as pessoas brancas, como forma de poderem alegar que não são racistas ou preconceituosas.

Por fim, a maioria dos docentes considera as celebrações da diversidade etnocultural como possíveis soluções de combate à discriminação e preconceitos. Estas ideias implicam que a população abrace o amplo leque de tradições, costumes, músicas e gastronomia que fazem parte de uma sociedade multiétnica (Kymlicka, 2012), alicerçando-se no omissivo sonho multiculturalista. Por um lado, o foco nas diferenças ao invés das parecenças, e a atenção em demasia nas identidades étnicas individuais, pode constituir algo indesejado por parte do aluno, fazendo-o sentir-se isolado. Por outro lado, este tipo de festejos fomentam a ideia de que os grupos são herméticos e estáticos (Kymlicka, 2012) sendo uma “fonte de estereótipos”, através de processos da identificação de características do grupo com os seus membros (Santoro, 2014, p.24).

⁶¹ [(...) it denies the racial and experiential reality of people of color (...). (Sue *et. al.*, 2007, p.278)]

Conclusão

Findo o estágio na AIDGlobal, que apesar do foco central nos fluxos migratórios e nos direitos humanos, abrangeu questões do Desenvolvimento, da cidadania e da interculturalidade, é notório o quão frutífera foi tal experiência, tendo-se revelado verdadeiramente útil em termos de aquisição de conhecimento. Tais aprendizagens inserem-se tanto no domínio profissional como pessoal, permitindo um engrandecimento de certas competências, como por exemplo de carácter comunicativo, inter-relacional e organizacional, ao mesmo tempo que contribuiu para um equilíbrio pessoal revigorado. Em todo este processo destaca-se a aprendizagem mútua e conjunta, tendo sido de extrema importância os colegas da AIDGlobal, nomeadamente os que conjuntamente criámos e desenvolvemos ações. Foram igualmente indispensáveis as pessoas cujo relacionamento, ainda que breve, revelou ser de uma relevância profunda, assim como os formandos que amiúde se convertiam em formadores. Com todos fomos aprendendo, melhorando e desenvolvendo qualidades aperfeiçoadas.

Tais aprendizagens, conjuntamente com o trabalho realizado durante este percurso, permitiram encontrar uma resposta à pergunta orientadora “*Existem preconceitos nas imagens e representações da população relativas aos imigrantes?*”. Percebemos que, apesar da imagem que os participantes conservam de os portugueses serem um povo acolhedor de “brandos costumes”, as perceções e imagens relativamente aos imigrantes, estão repletas de preconceitos, estereótipos, ilusões e ideias falaciosas e enganadoras.

Uma leitura geral, às respostas dos participantes das ações de formação, permite identificar, como já referido noutros estudos (Rosário *et.al.*, 2011 e Lages *et. al.*, 2006), uma certa ambivalência, que por si só pode ser considerada como um preconceito. Ainda que as respostas reflitam uma consciência humanista/humana do fenómeno migratório, assim como uma preocupação pelos direitos, estas manifestam igualmente associações críticas relativamente às populações de origem imigrante. A maioria dos participantes associa automaticamente aos imigrantes noções de pobreza, sofrimento e tragédia. No entanto, esta categoria de imigrante parece não se aplicar aos “estrangeiros” vindos de países europeus – ingleses, franceses, espanhóis – excluídos implicitamente do padrão estereotipado do pobre imigrante (sublinhe-se o duplo sentido).

Apesar da demonstração de enaltecimento, na maioria das respostas, à diversidade, levando a um enriquecimento sociocultural, grande parte dos participantes considera que

a entrada de pessoas originárias de outros países, leva a um aumento das taxas de desemprego e a um agravamento das condições laborais. O imigrante como “bode expiatório”, germe de malogros económico-laborais, funde-se à ideia de “parasita” do sistema. A atribuição deste tipo de ideias, embebidas em estereótipos e preconceitos, é propiciada pelo desconhecimento geral da população relativamente ao fenómeno migratório na sua extensão, assim como pela distribuição espacial da população imigrante, que conduz a uma carência de contactos prósperos entre as populações acolhedoras e imigrantes. Vistos numa lógica de ameaça e concorrência, os imigrantes são colocados à parte da sociedade e, conseqüentemente, dos direitos. A “guetificação” e a segregação surgem como fronteiras entre os que pertencem e os que ficam à margem, obstruindo qualquer tipo de contacto e relacionamento, ao mesmo tempo que intensifica a conceção do imigrante como criminoso. A leitura das migrações como “um problema” está profundamente sustentada por discursos mediáticos e políticos, que além de serem a raiz de muitas ideias estereotipadas, reificando o imaginário referente às migrações, são também o seu vínculo propagandista, estimulando e acentuando preconceitos.

As experiências vivenciadas no decorrer do estágio permitiram tomar consciência de desafios e falhas relativamente às ações implementadas (leia-se políticas) respeitantes à interculturalidade, assim como à integração e inclusão de migrantes. Falamos de fracassos pois a evidência da discriminação, face às populações de origem imigrante, não é apenas ostensível nas manifestações e interações coloquiais conduzidas por nacionais, mas também nos testemunhos dos imigrantes que enfrentam e aguentam tais atitudes. Tal ocorre sob o olhar displicente de grande parte da sociedade, cuja estrutura e organização perpetuam a discriminação⁶².

Tanto os contextos sociais como políticos têm influência na forma como vemos o Outro e, conseqüentemente, nas atitudes negativas face ao “diferente”. Momentos como a crise humanitária - dos requerentes de asilo e migrantes a chegarem em grande número às costas da Europa - ou os ataques terroristas em solo europeu são episódios que têm o potencial para testar e até mesmo desafiar os valores da tolerância e do respeito. É imperativa a promoção destes valores, levada a cabo tanto por entidades estatais como pela sociedade civil, assim como por cada um de nós.

⁶² A través de leis, procedimentos, objetivos governamentais e, até mesmo, corporativos que mantêm o poder nas mãos da maioria e as minorias como subordinadas a esta (Nguyen-Phuong-Mai, 2017). Alguns exemplos são, *inter alia*, o sistema de habitação, os recrutamentos laborais ou os mercados de investimento de capital.

Ainda que muitos reconheçam os progressos feitos a nível de discriminação, a tendência de olhar para o passado, confrontando-o com as conquistas do presente é um exercício perigoso. Recorremos a Fein (2016) para expor a dualidade desta ideia, ilustrando que a tendência entre a maioria dominante é de comparar o presente com a situação do passado, enquanto que os grupos minoritários começam a comparar o presente com a situação que já deveríamos de estar a viver neste momento. Esta reminiscência está claramente presente na glorificação do passado português. Não obstante, urge pensar no futuro, pois como afirma Sanches (2009, p.170) “o que queremos ser também é definido pelo modo como, no presente, lemos o que fomos”. Devíamos como sociedade ponderar sobre o passado e questionar-nos sobre que presente e futuro queremos, pois, a realidade que se vive nos países europeus e em tantos outros sítios, com a ascensão de partidos e líderes xenófobos e racistas e o aumento de crimes de ódio, ensombreira os caminhos de sociedades democráticas plurais e igualitárias.

Um primeiro passo nesta caminhada dá-se através da sensibilização da população através da educação. Perante a indisponibilidade (ou desinteresse) de inserir estas questões nos currículos escolares, é fundamental optar pela alternativa de ações fora deste contexto institucional. Assim, revela-se essencial ponderar sobre o lugar que a ED pode ocupar neste âmbito. O poder do conhecimento é incontestável, sendo a promoção da tolerância elementar nos primeiros anos de adolescência, em que o indivíduo é mais influenciável. É, por isso, imperativo um profundo empenho na promoção do conhecimento e no combate à intolerância e discriminação, começando nos mais jovens.

Ainda que este relatório tenha trabalhado nas bases do discurso, fica por saber se estas narrativas têm alguma representação prática. Seguindo a doutrina aristotélica de que a dúvida é o princípio da sabedoria, importa compreender certas questões que poderão dar azo a futuras investigações. Importa saber: quais as implicações práticas das ideias aqui espelhadas, seja a nível de discriminação como nos processos de inclusão? Como interpretar as ambivalências nos discursos em relação aos imigrantes? Assim como, quais os passos a tomar para o estabelecimento de uma igualdade *de facto*, isenta de discriminação e sorrindo à diversidade?

Acreditamos que, sejam quais forem as estratégias, para o desenvolvimento de sociedades melhores para todos e todas, estas têm de ser holísticas, globais e baseadas em direitos e oportunidades. Ainda que tenhamos de pensar globalmente, temos de agir individualmente, pois cada um de nós constitui um vetor de mudança para a concretização de sociedades inclusivas e respeitadoras dos direitos de cada um.

Bibliografia

- Allport, G. (1954). *The Nature of Prejudice*. Cambridge. Addison-Wesley Publishing Company, Inc.
- Almeida, G. (2007). “Migração – Oportunidade ou Ameaça? O olhar de um escritor”. In *Imigração: Oportunidade ou Ameaça? – Actas da Conferência Internacional de 2007*. Estoril. Príncipeia. 291-295.
- António, J., e Policarpo, V. (Coord.) (2011). *Os Imigrantes e a Imigração aos olhos dos Portugueses: Manifestações de preconceito e perspectivas sobre a inserção de imigrantes*. Lisboa. Gulbenkian.
- Augé, M. (1995). *Non-Places – Introduction to an Anthropology of Supermodernity*. London – New York. Verso.
- Baier, W. (2012). “Introduction. Peril from the Right”. In *New Populisms and the European Right and Far Right Parties. The challenge and the perspectives for the Left*. Milano. Edizioni Punto Rosso. 6-11.
- Bandura, A. (1977). *Social Learning Theory*. New York. General Learning Press.
- Banks, J. A. (1994). “Transforming the mainstream curriculum”. *Educational Leadership*. 51(8). 4-8.
- Baughman, S., Boyd, H. e Franz, N. (2012). “Non-formal educator use of evaluation results”. *Evaluation and program planning*. 35(3). 329-336.
- Bidjari, A. (2011). “Attitude and Social Representation”. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*. 30. 1593-1597.
- Blinder, S. (2015). “Imagined Immigration: The impact of different meanings of ‘immigrants’ in public opinion and policy debates in Britain”. *Political Studies*. 63. 80-100.

Blumer, H. (1958). "Race prejudice as a sense of group position". *Pacific Sociological Review*. 1(1). 3-7.

Bourn, D. (2014). "What is meant by development education?". *Sinergias*. 1. 7-23.

Cádima, R., e Figueiredo, A. (2003). *Representações (imagens) dos imigrantes e das minorias étnicas nos media*. Lisboa. ACIME/Observatório da Imigração.

Camicia, S. (2007). "Prejudice reduction through multicultural education". *Social Studies Research and Practice*. 2(2). 219-227.

Castanheira, A., et. al. (2016). *Global How? Despertar para a Educação Global - Manual do formador*. Acedido a 12 março de 2017 em:

http://educarparacooperar.pt/wpcontent/uploads/2016_10_10_Manual_Web_FINAL1.pdf

Chacón-Ortiz, M. (2015). "El proceso de evaluación en educación no formal: Un camino para su construcción". *Revista Electrónica Educare*. 19(2). 21-35.

CIDAC (2004). "Educação para o Desenvolvimento – Ficha Formativa nº4". Lisboa. CIDAC.

Colom, A. (1998). "Planificación de la educación no formal". In Colom, A. et.al. (org.) *Educación no formal*. Barcelona. Editorial Ariel. 165 - 200.

Costa-Lopes, R., Vala, J., Pereira, C. e Aguiar, P. (2008). "A construção social das diferenças nas relações entre grupos sociais". In Villaverde, M., Wall, K., Aboim, S. e Silva, F. (org.). *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais. 769-790.

Crandall, C. S., e Eshleman, A. (2003). "A justification-suppression model of the expression and experience of prejudice". *Psychological Bulletin*. 129. 414-446.

- Cunha, I., Santos, C., Filho, W., e Fortes, I. (2008). *Media, Imigração e Minorias Étnicas – 2007*. Lisboa. ACIDI.
- Easton, P. (1997). *Sharpening our tools. Improving evaluation in adult and nonformal education*. UIE Studies. 4. Hamburg. UNESCO Institute for Education.
- Eco, U. (2011). *Construir o Inimigo e outros escritos ocasionais*. Lisboa. Gradiva.
- EVS. (2016). *European Values Study 2008: Integrated Dataset (EVS 2008)*. Cologne. GESIS Data Archive.
- Fein, S. (2016). “Social psychological perspectives on racial stereotyping, prejudice, and discrimination.” *Paper for Jepson Colloquium: Reconstruction and the arc of racial (in)justice*. University of Richmond.
- Ferrer, M. (2010) “La administración de la educación no formal aplicada a las organizaciones sociales: aproximaciones teórico-prácticas.” *Revista Educación* 34(1). 101-118.
- Figueiredo, C. (1996). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. 1(25). Lisboa. Bertrand Editora.
- Fiske, S.T. (2010). *Social beings: Core motives in social psychology*. New Jersey. Wiley.
- Fonseca, M. L. (2008). “Imigração, diversidade e novas paisagens étnicas e culturais”. In Lages, M. e Matos, A. T. (coord.). *Portugal: percursos de interculturalidade Vol II Contextos e dinâmicas*. Lisboa. ACIDI. 49-96.
- Habermas, J. (2004). “Religious Tolerance - The Pacemaker for Cultural Rights”. *Philosophy*. Cambridge. 79(1). 5-18.

Hello, E., Scheepers, P., e Gijsberts, M. (2002). “Education and ethnic prejudice in Europe: Explanations for cross-national variances in the educational effect on ethnic prejudice”. *Scandinavian Journal of Educational Research*. 46(1). 5–24.

Hjerm, M. (2007). “Do numbers really count? Group threat theory revisited”. *Journal of Ethnic and Migration Studies*. 33(8). 1253– 1275.

IPAD. (2008). *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento*. Lisboa. IPAD.

King, J.E. (1991). “Dysconscious racism: Ideology, identity, and the miseducation of teachers”. *The Journal of Negro Education*. 60(2). 133-146.

Kosho, J. (2016). “Media influence on public opinion attitudes toward the migration crisis”. *International Journal of Scientific & Technology Research*. 5 (5). 86-91.

Kymlicka, W. (2012). “Multiculturalism: Success, failure, and the future”. Migration Policy Institute.

Lages, M., Policarpo, V., Marques, J.C., Matos, P.L. e António, J. (2006). *Os imigrantes e a população portuguesa. Imagens recíprocas. Análise de duas sondagens*. Lisboa. ACIME/ Observatório da Imigração.

Langenbacher, N. e Schellenberg, B. (2011). “Introduction: An anthology about the manifestations and development of the radical right in Europe”. In Langenbacher, N. e Schellenberg, B. (ed.). *Is Europe on the “Right” Path? Right-wing extremism and right-wing populism in Europe*. Berlin. Friedrich-Ebert-Stiftung. 11-26.

Langmann, E. (2017). “Schooling tolerance – na educational art”. In Lundberg, E. *Mechanisms of Tolerance: an anthology*. Stockholm. The Living History Forum. 256-276

Lima, M., e Vala, J. (2005). “A cor do sucesso: efeitos da performance social e

econômica no branqueamento e na infra-humanização dos negros no Brasil”. *Psicol. USP*. 16(3). 158-165.

Lippmann, W. (1998). *Public Opinion*. (2ªed.). New Jersey. Transaction Publishers.

Lundberg, E. (2017). “Tolerance: An introduction to the concept, the research and the anthology”. In Lundberg, E. *Mechanisms of Tolerance: an anthology*. Stockholm. The Living History Forum. 7-29.

Lundberg, E. e Abdelzadeh, A. (2017) “The development of tolerance among the young”. In Lundberg, E. *Mechanisms of tolerance: an anthology*. Stockholm: The Living History Forum. 123-148.

Markaki, Y. e Longhi, S. (2012). *What determines attitudes to immigration in European countries? An Analysis at the Regional Level*. Norface Migration. 32.

Massey, D. (2005). “Five myths about immigration: Common misconceptions underlying US border-enforcement policy”. Immigration Policy Center. Acedido a 23 fevereiro 2017 em:

https://www.fosterglobal.com/policy_papers/5MythsAboutImmigration.pdf

Moscovici, S. (2000). *Social Representations. Explorations in social psychology*. Edited by Duveen, G. Cambridge. Polity Press.

Moscovici, S. e Pérez, A. (1997). “Representations of society and prejudices”. In Wagner, W, et. al. (ed.). *Papers on social representations. Threads of discussion*. 6(1). 27-36.

Nguyen-Phuong-Mai, M. (2017). *Intercultural Communication. An interdisciplinary approach: when neurons, genes, and evolution joined the discourse*. Amsterdam. Amsterdam University Press.

Okin, S. (1999). “Is multiculturalism bad for women?”. In Cohen, J. e Howard, M. (ed.). *Is multiculturalism bad for women?*. Princeton. Princeton University Press. 7-24.

Pires, R. P. (2003). *Migrações e Integração: Teoria e aplicações à sociedade portuguesa*. Oeiras. Celta Editora.

- (2006). *A integração socioprofissional dos imigrantes: contexto e desafios*.
Acedido a 20 outubro de 2017 em:
http://www.ceg.ul.pt/metropolis2006/WorkshopPresentations/Culturgest/RuiPenaPires_Paper_metropolis2006.pdf

Pires, R. P., Pereira, C., Azevedo, J., Espírito-Santo, I. e Vidigal, I. (2016). *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2016*. Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL.

Plant, E., e Devine, P. (2009). “The active control of prejudice: Unpacking the intentions guiding control efforts”. *Journal of Personality and Social Psychology*. 96(3). 640-652.

Popper, K. (1947). *Open Society and its Enemies – The Spell of Plato*. London. George Routledge & Sons, Ltd.

Quillian, L. (1995). “Prejudice as a response to perceived group threat: Population composition and anti-immigrant and racial prejudice in Europe”. *American Sociological Review*. 60(4). 586-611.

Quivy, R e Van Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa. Gradiva.

Ramos, A., Loureiro, A. e Graça, J. (2016). *Migrações e refugiados atitudes e percepções sociais dos europeus*. Boletim Atitudes Sociais dos Portugueses. 4. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Reyna, C.; Dobria, O. e Wetherell, G. (2013). “The complexity and ambivalence of immigration attitudes: ambivalent stereotypes predict conflicting attitudes toward immigration policies”. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*. 19(3). 342-356.

Reynolds, G. (2008). “The impacts and experiences of migrant children in UK secondary schools”. Working Paper n.47. University of Sussex.

Rochira, A., Fasanelli, R. e Liguori, A. (2015). “Same people, different images. The social representations of migrants in a local community”. *Community Psychology in Global Perspective*. 1(2). 96 – 122.

Rodrigues, D., Correia, T., Pinto, I., Pinto, R., e Cruz, C. (2013). “Um Portugal de imigrantes: exercício de reflexão sobre a diversidade cultural e as políticas de integração”. *Da Investigação às Práticas*. 4(1). 82–105.

Rosário, E., Santos, T. e Lima, S. (2011). *Discursos do racismo em Portugal: essencialismo e inferiorização nas trocas coloquiais sobre categorias minoritárias*. Estudos OI. 44.

Rudman, L., Ashmore, R., e Gary, M. (2001). “‘Unlearning’ automatic biases: The malleability of implicit prejudice and stereotypes”. *Journal of Personality and Social Psychology*. 81(5). 856-868.

Said, E. (2004). *Orientalismo. Representações ocidentais do Oriente*. Lisboa. Livros Cotovia.

Sanches, M. (2009). “Vulnerabilidade, espaços e construção de fronteiras”. Em Appadurai, A., et.al. (ed). *Podemos viver sem o Outro? As possibilidades e os limites da interculturalidade*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 155-176.

Santoro, E. (2014). “Estereótipos, preconceitos e políticas migratórias”. *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)*. 6(1).15-30.

Scheepers, P., Gijssbert, M. e Coenders, M. (2002). “Ethnic exclusionism in European countries: public opposition to civil rights for legal migrants as a response to perceived ethnic threat”. *European Sociological Review*. 18(1). 17-34.

Schlueter, E. e Wagner, U. (2008) “Regional differences matter: examining the dual influence of the regional size of the immigrant population on derogation of immigrants in Europe”. *International Journal of Comparative Sociology*. 49(2-3). 153-173.

SEF. (2016). *Relatório de Imigração, Fronteiras e asilo 2016*. Acedido a 5 de março de 2017 em: <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2016.pdf>

Serbena, C. (2003). “Imaginário, ideologia e representação social”. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*. 4(52). 1-13.

Shavelson, R. (1985). *Evaluation of nonformal education programs: The applicability and utility of the criterion-sampling*. Hamburg. UNESCO.

Stangor, C. (2009). “The study of stereotyping, prejudice, and discrimination within social psychology: a quick history of theory and research”. In Nelson. T. *Handbook of Prejudice, Stereotyping, and Discrimination*. New York. Psychology Press. 1-22.

Steele, C. M. (1997). “A threat in the air: How stereotypes shape intellectual identity and performance”. *American Psychologist*. 52. 613–629.

Sue, D., Capodilupo, C., Torino, G., Bucceri, J., Holder, A., Nadal, K., e Esquilin, M. (2007). “Racial microaggressions in everyday life - Implications for clinical practice”. *American Psychologist*. 62(4). 271 – 286.

Taylor, M.C. (1998). “How white attitudes vary with the racial composition of local populations: numbers count”. *American Sociological Review*. 63(4). 512-535.

Vala, J. (1997). “Representações sociais e perceções intergrupais”. *Análise Social*. XXXII. 140(1). 7-29.

Vala, J., Brito, R. e Lopes, D. (2015). *Expressões dos racismos em Portugal*. Estudos e Investigações. 11. (2ª ed). Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais. Acedido a 8 de agosto de 2017 em:

http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22539/1/ICS_JVala_Racismos_LAN.pdf

Vala, J., Lopes, D, Lima, M. e Brito, R. (2002). “Cultural differences and heteroethnicization in Portugal: the perceptions of White and Black people”. *Portuguese Journal of Social Science*. 1(2). 111 - 128.

Valentim, J. P. (2011). “Representações sociais do luso-tropicalismo e olhares cruzados entre portugueses e africanos”. In Simões, M. (Coord.). *Imagotipos Literários: Processos de (Des)configuração na Imagologia Literária*. Coimbra. Centro de Literatura Portuguesa. 55-75.

Valentine, G. e McDonald, I. (2004). *Understanding prejudice. Attitudes towards minorities*. London. Stonewall.

Van Dijk, T. A. (1987). *Communicating racism: Ethnic prejudice in thought and talk*. London. Sage.

Von Essen, J. (2017). “What are we doing with tolerance?”. In Lundberg, E. *Mechanisms of tolerance: an anthology*. Stockholm. The Living History Forum. 123-148.

Weldon, S. A. (2006). “The institutional context of tolerance for ethnic minorities: A comparative, multilevel analysis of western Europe”. *American Journal of Political Science*. 50(2). 331–349.

Yilmaz, F. (2012). “Right-wing hegemony and immigration: how the populist far-right achieved hegemony through the immigration debate in Europe”. *Current Sociology*. 60(3). 368-81.

Zick, A., Küpper, B. e Hövermann, A. (2011). *Intolerance, prejudice and discrimination. A European report*. Berlin. Friedrich-Ebert-Stiftung - Forum Berlin.

Zick, A; Pettigrew, T. e Wagner, U. (2008). “Ethnic prejudice and discrimination in Europe”. *Journal of Social Issue*. 64(2). 233-251.

Notícias consultadas no decorrer do estágio e na elaboração do relatório de estágio

De Haas, H. (2017, 21 de março). “Myths of Migration – Much of what we think we know is wrong”. *Spiegel Online*. Acedido a 6 de outubro de 2016 em: <http://www.spiegel.de/international/world/eight-myths-about-migration-and-refugees-explained-a-1138053.html>

Guimarães, M.J. (2014, 1 de novembro) .“Mitos sobre imigração”. *Público*. Acedido a 6 de outubro de 2016 em: <https://www.publico.pt/2014/11/01/mundo/noticia/mitos-sobre-imigracao-1674797>

Rodríguez-Pina, G. (2015, 29 de novembro). “Datos que desmontan los falsos mitos y leyendas sobre la inmigración”. *El Huffington Post*. Acedido a 6 de outubro de 2016 em: http://www.huffingtonpost.es/2015/11/29/mitos-falsos-migracion_n_8398132.html

Zatterin, M. *et. al.* (2014, 21 de outubro). “Ten myths about migration”. *The Guardian*. Acedido a 6 de outubro de 2016 em: <https://www.theguardian.com/world/2014/oct/21/ten-myths-migration-europe>

Sítios de internet consultados na elaboração do relatório de estágio

<http://www.acm.gov.pt/> Acedido a 26 de setembro de 2016

http://www.amitiecode.eu/sites/default/files/uploads/amitie_guideline_pt.pdf Acedido a 18 de agosto de 2017

<http://www.dge.mec.pt/educacao-para-o-desenvolvimento> Acedido a 8 outubro de 2017

<https://www.politico.eu/article/europe-migration-migrants-are-here-to-stay-refugee-crisis/> Acedido a 22 de dezembro de 2017

<https://www.pordata.pt/Homepage.aspx> Acedido a 12 de novembro de 2017

<https://sefstat.sef.pt/> Acedido a 4 de novembro de 2017

<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002343/234311por.pdf> Acedido a 6 de outubro de 2017

<http://www.unhcr.org/> Acedido a 2 de outubro de 2016

Anexos

1. Lista de sítios de internet consultados regularmente durante o estágio

Center for Global Development - <https://www.cgdev.org/commitment-development-index>

Concord - <https://concordeurope.org/2016/03/09/publication-myths-migration-development/>

Comissão Europeia - <https://europa.eu/>

Institute of Migration and Ethnic Studies - <http://imes.uva.nl/research/research.html>

Eurostat - <http://ec.europa.eu/eurostat/>

Global Citizen - <https://www.globalcitizen.org/en/campaign/peoples-report-card/>

Migrant Integration Policy Index - <http://mipex.eu/>

Migration GeoPortal - <http://migrantreport.org/map/GeoPortal.html>

Migration Policy Institute - <http://www.migrationpolicy.org/>

Minority Rights Group International - <http://peoplesunderthreat.org/>

Netherlands Demographic Institute - <http://www.nidi.knaw.nl/nl/publications/workingpapers>

OIM - <http://www.iom.int/world-migration>

OIT - <http://www.ilo.org/global/lang--en/index.htm>

ONU - <http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/index.shtml>

Pordata - <http://www.pordata.pt/>

Refugees Studies Centre - <https://www.rsc.ox.ac.uk/>

STARR - <https://www.starr.org/research>

SEF - <http://sefstat.sef.pt/>

Sustainable Governance Indicators - <http://www.sgi-network.org/2016/>

UNDP - <http://report.hdr.undp.org/>

UNECE - <http://www.unece.org/info/ece-homepage.html>

UNESCO - <http://en.unesco.org/>

UNHCR - <http://www.unhcr.org/figures-at-a-glance.html>

UNRIC - <http://www.unric.org/pt/>

UNWRA - <https://www.unrwa.org/>

2. Modelo de Teste Diagnóstico aplicado na formação de funcionários públicos



Teste Diagnóstico

Este questionário versa um conjunto de questões relativas ao modo como perceciona o mundo e se posiciona perante ele. Pretende-se conhecer a sua opinião.

As informações deste questionário serão tratadas de forma anónima.

1. Já ouviu falar sobre:

1.1 Ajuda Pública para o Desenvolvimento Sim__ Não__

1.2 Cooperação para o Desenvolvimento Sim__ Não__

1.3 Migrações Forçadas Sim__ Não__

2. Assinale, com uma cruz, a sua posição perante as seguintes afirmações:

	Concordo	Discordo	Não sei
2.1. As migrações têm por detrás questões meramente económicas e laborais.			
2.2. Os países mais desenvolvidos são recetores da maioria dos fluxos migratórios.			
2.3. A população imigrante de Loures é cerca de 10% da população residente.			
2.4. A maior parte das movimentações migratórias são involuntárias.			
2.5. Os estereótipos de caráter étnico existem devido ao aumento da imigração.			
2.6. Os refugiados saem do seu país por razões económicas.			

2.7. A imigração é um fator que contribui para o desenvolvimento social e económico de uma região.			
2.8. O número de refugiados no mundo ultrapassa os 50 milhões de pessoas.			
2.9. A integração dos imigrantes só é possível através de políticas públicas nacionais.			
2.10. As autoridades locais têm fortes responsabilidades no campo da cooperação para o desenvolvimento.			
2.11. A multiculturalidade da sociedade portuguesa leva a que existam poucos preconceitos étnicos e culturais.			
2.12. Para evitar um discurso estereotipado em relação aos migrantes é necessário recorrer a uma abordagem “daltónica” (“não vejo cores”).			
2.13. Existe uma correlação entre os fluxos migratórios e o desenvolvimento.			

3. Assinale com uma cruz se os fenómenos se referem a causas ou consequências das migrações, a ambas ou a nenhuma.

	Causa	Consequência	Ambas	Nenhuma
Secas prolongadas				
Alta taxa de desemprego e condições laborais precárias				
Conflitos Armados				
Sociedades multiculturais e etnicamente diversificadas				
Salários baixos				
Sentimentos xenófobos				
Melhores condições sociais – educação e saúde				

4. Considera que a diversidade étnica e cultural da sociedade portuguesa contribui para que existam preconceitos étnicos e culturais menos acentuados? Porquê?

5. De que forma as autoridades locais podem promover uma melhor resposta às problemáticas relacionadas com as causas e consequências das migrações, a nível local e global?

Data: ____ / ____ / _____

Local: _____

A AIDGlobal agradece a sua colaboração.

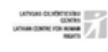
Cofinanciador:



Parceiros:



Entidade Formadora:



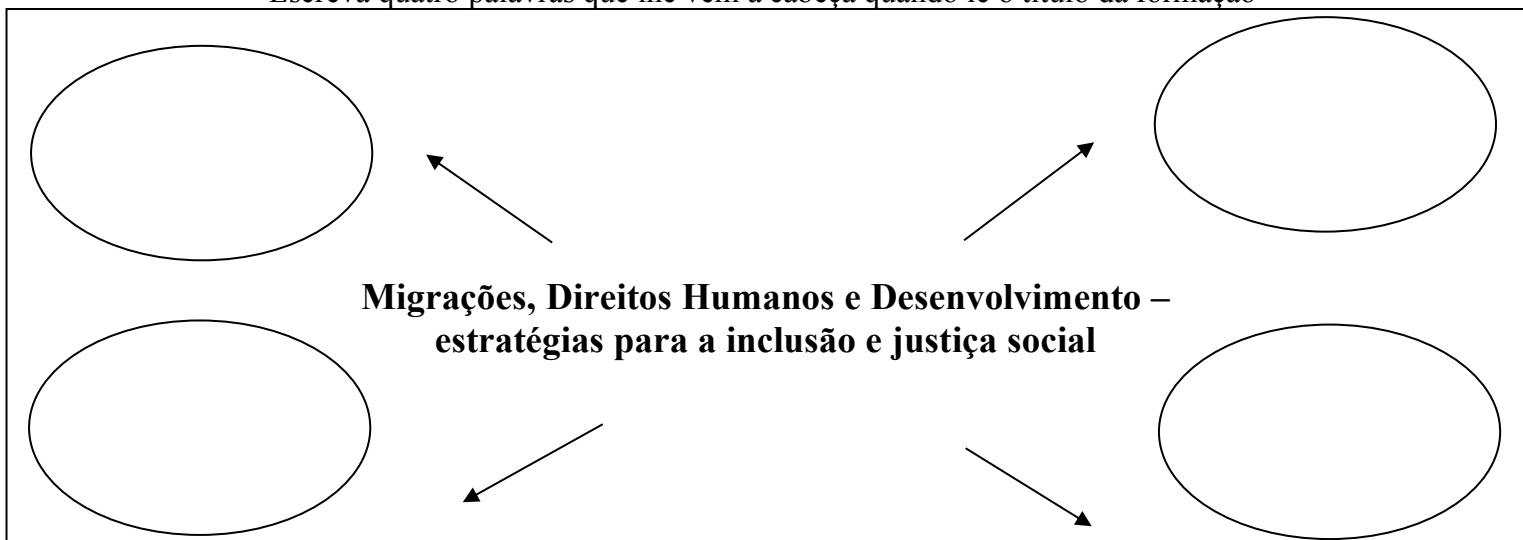
3. Modelo de Questionário Inicial aplicado nas formações



Questionário Inicial

Antes de começar...

Escreva quatro palavras que lhe vêm à cabeça quando lê o título da formação



**Migrações, Direitos Humanos e Desenvolvimento –
estratégias para a inclusão e justiça social**

Como teve conhecimento desta formação?

- Por conhecidos Rádio Televisão Revistas
 Internet Outro (especifique) _____

Porque está interessado/a em participar nesta formação?

Quais as suas expetativas em relação a esta formação?

Como avalia o seu INTERESSE quanto aos temas abordados pela formação?
(1-muito pouco; 5-muito alto)

1	2	3	4	5

Como avalia os seus CONHECIMENTOS sobre os temas abordados nesta formação?
(1-muito pouco; 5-muito alto)

1	2	3	4	5

Cofinanciador:



Parceiros:



Entidade Formadora:



4. Ata de reunião com a Associação AMUA

Tipo de Reunião: Reunião

Local: Centro Comunitário Apelação – Sede Associação AMUA

Data: 04/11/2016

Horário: 19:00 às 21:00

Presentes:

Clara Vaz – Assistente Projetos AIDGlobal

João Lopes Rosa – Presidente AMUA

Maria Aida Lourenço – Assistente Social Associada da AMUA e responsável pela Pastoral dos Ciganos

Catarina Canelas – Responsável pela Oficina Social

Elaborada por: Clara Vaz

Ordem de Trabalhos:

1. Apresentação AIDGlobal e do projeto AMITIE CODE.
2. Apresentação Associação AMUA e seu trabalho na comunidade.
3. Dificuldades inerentes ao trabalho com migrantes e questões problemáticas na comunidade.
4. Exemplos de casos.

No **Ponto Um**, Clara Vaz apresentou a AIDGlobal referindo o trabalho desenvolvido pela organização. Procedeu-se à apresentação do projeto AMITIE CODE em curso, referindo o trabalho da AIDGlobal como entidade formadora e as expectativas referentes à participação de Associações de Migrantes, assim como dos próprios migrantes em relação à formação.

No **Ponto Dois**, João Rosa apresentou a Associação AMUA referindo que atualmente existem diversas questões que impedem o melhor funcionamento da Associação, pois todos os representantes são voluntários e a associação não tem fundos que permitam levar a cabo ações mais expressivas. A AMUA é uma IPSS que trabalha com a comunidade do bairro da Apelação, levando a cabo visitas domiciliárias, mantendo um ATL com 57 crianças e ministrando cursos de Português. Têm igualmente uma oficina social onde trabalham com as mulheres da comunidade para criar a boneca patenteada Iris em diversos modelos, porém já não têm financiamento para poder manter a patente. A AMUA leva a cabo diversas iniciativas como o Café com Estrelas realizado na sua sede que permite o encontro de diversas pessoas e a interação entre elas. No entanto João Rosa explica que este tipo de iniciativas só resulta se houver comida envolvida, pelo que dão uma sopa a todas as pessoas que vêm a estes encontros. Há nove anos que é realizada a Festa da Sra. Da Fonte, onde todas as comunidades imigrantes, assim como os nacionais colaboram conjuntamente para a celebração.

No **Ponto Três**, as maiores dificuldades referidas relacionam-se com a burocracia envolvida, o custo elevado dos processos para documentação e com a demora nas respostas por parte das entidades responsáveis pela documentação. A demora nas respostas das entidades, nomeadamente o SEF, leva a que muita da documentação acabe por caducar, sendo depois necessário pagar quantias muito elevadas para poder ter a renovação do documento. Além das problemáticas existentes em Portugal, foram referidos os problemas em conseguir documentação nos países de origem, essencialmente devido a questões de serem muito caros e de casos de subornos e

corrupção. Existem igualmente questões relacionadas com o sistema de saúde, onde muitos profissionais se recusam ou exigem pagamento para cuidar e tratar de imigrantes irregulares. Aida Lourenço referiu que a Apelação é composta maioritariamente por uma forte população africana e cigana, com bastante imigração irregular. Os maiores problemas da Comunidade associam-se a questões relacionadas com a fome, a sobrelotação das residências; a exploração laboral que sofrem e questões associadas à violência existente no bairro. João Rosa identificou as carências existentes no bairro e as insuficiências que concernem as atividades da Câmara Municipal de Loures na erradicação de questões problemáticas no bairro. Foram, porém, elogiadas as ações da Junta de Freguesia, apesar de continuarem a ser escassas. Foi igualmente referida a alteração da configuração territorial decorrente da reorganização administrativa do território das freguesias que levou a uma intensificação da situação problemática do bairro e uma maior dificuldade de coordenação de políticas públicas.

No **Ponto Quatro**, foram referidos casos particulares de pessoas em situações precárias e as dificuldades correspondentes à atuação das entidades reguladoras, nomeadamente em relação à regularização da situação laboral e de residência, assim como à ajuda e apoio social.

E nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada esta reunião, da qual se lavrou esta ata, dada a ler aos presentes para sua aprovação.

Realizado por: Clara Vaz

07/11/2016

5. Ata de reunião com o Teatro Ibisco

Tipo de Reunião: Reunião

Local: Centro Comunitário da Apelação – Sede Teatro Ibisco

Data: 09/11/2016

Horário: 17:00 às 20:00

Presentes:

Clara Vaz – Assistente Projetos AIDGlobal

Eunice Rocha – Diretora Teatro Ibisco

Catarina Aidos - Formadora

Elaborada por: Clara Vaz

Ordem de Trabalhos:

1. Apresentação AIDGlobal e do projeto AMITIE CODE.
2. Apresentação Teatro Ibisco e seu trabalho na comunidade.
3. Dificuldades inerentes ao trabalho com migrantes e questões problemáticas na comunidade, nomeadamente no bairro Quinta da Fonte.
4. Conhecer o bairro e a comunidade e relações com autoridades locais.
5. Conversa com os alunos/atores do teatro e identificação de desafios e dificuldades inerentes ao seu estatuto e ao local onde vivem.

No **Ponto Um**, Clara Vaz apresentou a AIDGlobal referindo o trabalho desenvolvido pela organização. Procedeu-se à apresentação do projeto AMITIE CODE em curso, referindo o trabalho da AIDGlobal como entidade formadora e as expectativas referentes à participação de Associações de Migrantes, assim como dos próprios migrantes em relação à formação.

No **Ponto Dois**, Eunice Rocha apresentou o Teatro Ibisco (Teatro Inter-bairros para a Inclusão Social e Cultura do Otimismo) referindo que este começou em 2005, na forma de *workshop*, no Bairro Quinta do Mocho. Alcançou uma maior visibilidade através do programa Escolhas, tendo como objetivo capital trabalhar a questão da violência inter-bairros (Quinta do Mocho e Quinta da Fonte), pondo ambos os bairros a trabalharem juntos. A ideia é promover a inclusão através da arte, pois ao formar atores também formam cidadãos. Os projetos do Ibisco passam por tentativas de participação dos mais novos, entre 6 e 12 anos, (Ibiscode) assim como dos mais idosos (Ibiscota), com programas e iniciativas pensadas para estes coletivos em particular. Levam, igualmente, a cabo um projeto de apoio à empregabilidade denominado Abota, baseado no sistema de repartição de dinheiro entre as comunidades de mulheres cabo-verdianas, proporcionando formações, contato com empresas, assim como a ajuda para fazer estudos de forma a implementarem os seus próprios negócios. Participaram ativamente no “Festival o Bairro i o Mundo” criando associações e assembleias participativas para a concretização deste, ao mesmo tempo que impulsionaram ações de limpeza e pintura do bairro. O Ibisco conta com um Polidesportivo, restaurado pela associação em conjunto com a comunidade, que inclui um bar, um ginásio, uma sala de convívio, uma micro-galeria com trabalhos expostos dos alunos/atores, contando também com a realização de torneiros de futebol dinamizados pela associação. Entre os seus inúmeros espetáculos – sendo a maior parte bilingue - conta-se com o “Compaixão” – espetáculo sobre refugiados - pedido pelo Alto Comissariado das Migrações e indicado pela Comissão Europeia como um exemplo de boas práticas para o acolhimento de refugiados, sendo visto por mais de 10mil pessoas. A iniciativa Fórum de Reconciliação foi criada após os conflitos

em 2008 entre os bairros Quinta da Fonte e Quinta do Mocho, pretendendo ser um espaço aberto para falar entre e com ambos bairros. No seguimento desta iniciativa foi instaurado um conselho científico e criados diversos *workshops* em ambos bairros com as pessoas diretamente envolvidas nos conflitos.

No **Ponto Três**, as maiores dificuldades referidas em relação às problemáticas dos migrantes relacionam-se com a elevada burocracia envolvida, a demora nas respostas por parte das entidades responsáveis pela documentação e a sua pouca flexibilidade no tratamento de casos, assim como a dificuldade na obtenção de equivalências. Para Eunice Rocha o baixo nível de empregabilidade da comunidade está diretamente relacionado com a baixa escolaridade, isto pois os jovens podem ter as capacidades e o conhecimento, no entanto não detêm certificações ou documentação, levando a situações de falta de autoestima ou desmotivações. Uma questão problemática é o facto de muitas crianças terem nascido em Portugal, no entanto não têm documentação nacional, adicionalmente as dificuldades no registo levam a que muitos recorram a uma vida criminal. A barreira linguística traz diversos problemas pois as crianças, ao apenas falarem *crioulo*, quando chegam a Portugal não conhecem a língua e são remetidas para anos escolares abaixo dos que realmente têm, levando a que quando chegam à idade maior são expulsos da escola sem certificações.

No **Ponto Quatro**, foi referido que o bairro da Quinta da Fonte é um resultado do realojamento de bairros como o Prior Velho, sublinhando o carácter de gueto que o bairro adquiriu, em parte devido à sua distância territorial. A população é na sua maioria composta por uma comunidade imigrante e outra cigana, que vivem atualmente em considerável estado de paz. Existem duas igrejas - a angolana e a Filadélfia da comunidade cigana - no entanto existem mais religiões, apesar de não muito expressivas – como a muçulmana. Eunice Rocha afirma que deveria de haver mais controlo pois há muitos casos de pessoas que não têm água nem luz em casa, sublinhando a problemática de haver um esgoto a céu aberto em pleno bairro que não é tratado pelas autoridades, causando sérias questões de higiene, segurança e de mosquitos. Foi, igualmente, referido o caso dos subalugueres de casas que não estão ocupadas. Quanto à relação com as autoridades locais, Eunice Rocha, afirmou que a Câmara Municipal de Loures é bastante ativa, prestando uma boa ação social e estando sempre disponível para formar parcerias.

No **Ponto Cinco**, os alunos/atores do teatro Ibisco referiram que as maiores dificuldades que lhes são apresentadas referem-se ao acesso à educação. O fato de não existirem equivalências leva a atrasos em relação aos anos efetivos de estudo, fazendo com que quando os alunos/atores chegam à idade maior já não têm oportunidade para escolher o curso que querem frequentar. Igualmente, podem ser redirecionados para cursos à noite, não sendo estimulante e difícil de concretizar por questões de transporte. Os transportes foram identificados como outro desafio pois não existe financiamento para poder pagar os passes. O fato de as escolas estarem longe e o passe ser caro leva a que nos meses que não se pode pagar o passe não seja possível ir à escola, acabando por poder chumbar. Os alunos/atores sublinharam a importância de se construírem programas adaptados aos bairros, referindo que se a escola está no bairro esta tem de se adaptar a tal realidade, seja através do currículo ou horário escolar, ou das próprias instalações e serviços. O reagrupamento urbano foi igualmente referenciado como sendo um grande problema pois “as pessoas que já viviam com problemas foram juntas a outras pessoas com problemas”. Todos os alunos/atores concordaram que deveria ser dada mais atenção à questão escolar, pois todos querem estudar o que lhes interessa e aquilo em que têm paixão, sendo-lhes muitas vezes impossibilitada tal opção. Todos os participantes concordaram na necessidade de uma Política de Inclusão Efetiva, onde o “Estado tenha predisposição para incluir e acolher”.

E nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada esta reunião, da qual se lavrou esta ata, dada a ler aos presentes para sua aprovação.

Realizado por: Clara Vaz

6. Ata de reunião com a Associação AMRT

Tipo de Reunião: Reunião

Local: Sede AMRT – Talude, Catujal

Data: 15/11/2016

Horário: 15:30 às 17:30

Presentes:

Clara Vaz – Assistente Projetos AIDGlobal

Sandra Delgado – Presidente Associação

Liliana Rodrigues – Assistente Social

Elaborada por: Clara Vaz

Ordem de Trabalhos:

1. Apresentação AIDGlobal e do projeto AMITIE CODE.
2. Apresentação AMRT e seu trabalho na comunidade.
3. Dificuldades inerentes ao trabalho com migrantes e questões problemáticas na comunidade, nomeadamente no Talude.
4. Desafios a nível local e nacional e recomendações.

No **Ponto Um**, Clara Vaz apresentou a AIDGlobal referindo o trabalho desenvolvido pela organização. Procedeu-se à apresentação do projeto AMITIE CODE em curso, referindo o trabalho da AIDGlobal como entidade formadora e as expetativas referentes à participação de Associações de Migrantes, assim como dos próprios migrantes em relação à formação.

No **Ponto Dois**, Sandra Delgado apresentou a Associação de Melhoramento e Recreativo do Talude (AMRT) referindo que esta foi formada em 1993. A AMRT atua em diversas frentes para a melhoria das condições de vida dos habitantes do Talude ou qualquer pessoa que peça auxílio. Neste momento estão a trabalhar com cerca de 40 famílias residentes da União de Freguesias de Unhos, Catujal e Camarate. Como Associação de Imigrantes, Associação Juvenil, IPSS e Entidade Formadora a AMRT auxilia em termos de alimentação e vestuário; regularização e documentação de imigrantes; formação e capacitação. O apoio ao imigrante é feito através do CIMAI (Centro de Informação, Mediação e Apoio ao Imigrante) onde se tratam questões como a documentação e a habitação. A AMRT, na sua ação de apoio a nível profissional desenvolve o Programa de Empreendedorismo Imigrante (PEI), tendo instaurado o Gabinete de Apoio ao Consumidor Endividado (GACE), assim como o Gabinete de Inserção Profissional (GIP). Como entidade formadora leva a cabo cursos de Português como Língua Estrangeira, de Desenvolvimento Pessoal e Social; de Educação de Infância, de Informática, tendo uma parceria com Câmara Municipal de Loures no curso de audiovisuais. A AMRT leva a cabo diversas parcerias com institutos públicos e outras associações, incentivando o associativismo com o seu Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante. Além de todas estas e outras iniciativas a AMRT iniciou recentemente uma equipa de basquete local com o apoio da Câmara Municipal de Loures.

No **Ponto Três**, as maiores dificuldades referidas em relação às problemáticas dos migrantes relacionam-se com a demora nas respostas por parte das entidades responsáveis pela documentação, levando a diversos “atrasos” em todos os espectros da vida, como é o caso da perda do direito de abono de família por não conseguirem renovar a tempo os documentos,

acabando estes por caducar. Segundo Sandra Delgado residem no Talude comunidades imigrantes, na sua maioria vindas de África, sendo a grande maioria de Cabo Verde, seguida por Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Angola. Em relação à comunidade e ao bairro, Liliana Rodrigues refere que o maior problema são as condições do bairro, sendo considerado um bairro de “barracas”. Apesar de o bairro estar a ser alvo do Programa Especial de Realojamento (PER) as famílias só são realojadas quando existem vagas, podendo este processo demorar muito tempo, onde os pedidos de habitação podem levar até 3 anos a terem resposta. Segundo este Programa a Câmara faz um levantamento para ver quais as famílias que serão abrangidas pelo PER. Muitas famílias não abrangidas pelo PER veem as suas casas serem demolidas, deixando de ter sítio para viver, acabando por viver com familiares ou amigos. Existe então uma exclusão das pessoas que não estão abrangidas pelo PER. Da mesma forma as casas são demolidas, no entanto os destroços permanecem com a justificação que não existem condições para retirar os destroços. Esta situação leva a outra questão que é o lixo, onde a limpeza do bairro é “muito complicada”, levando à situação em que se transforma num depósito de entulho. Apesar destas questões as pessoas continuam a chegar ao bairro por questões económicas. Muitas das famílias que chegam ocupam casas desalojadas e abrangidas pelo PE, acabando estas casas por eventualmente ser demolidas, deixando as pessoas sem sítio onde viver. Muitos dos habitantes do bairro “re-imigram” para outros países como França e Luxemburgo. Outro problema refere-se à necessidade de uma reabilitação no bairro. A AMRT tentou reabilitá-lo, no entanto o Plano Diretor Municipal dita que a zona é muito perigosa e de declive, não sendo possível a reabilitação.

No **Ponto Quatro**, foi referido que a articulação com a Câmara tem sido bastante boa, referindo que o ano presente foi o melhor ano em termos de apoio camarário. No entanto as questões de reabilitação e realojamento necessitam de melhorias na implementação. Quanto à Junta de Freguesia o apoio também é muito salutar, havendo uma responsabilidade social em relação à alimentação muito forte. O maior problema apontado à gestão da Junta foi a questão da limpeza do bairro. Quanto a recomendações todas as participantes concordaram que é necessário mudar a forma como os imigrantes são tratados e atendidos, de forma a não haver discriminação e ideias pré-concebidas. Liliana Rodrigues afirmou que terá de haver uma maior abertura e articulação com as Associações de Imigrantes, assim como um maior apoio da Câmara Municipal de Loures às Associações. Foi referido por Sandra Delgado que as Associações, pelo próprio facto de serem associações deveriam de ter alguns privilégios e não serem tratadas de maneira igual que são os imigrantes, pelas entidades responsáveis pela documentação. Deveria de haver um acesso mais direto e fácil para as associações, pois segundo Sandra Delgado “quando precisam de nós é uma coisa, mas quando nós precisamos deles é diferente”, onde as Associações prestam informações e articulam muitos processos para as entidades locais.

E nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada esta reunião, da qual se lavrou esta ata, dada a ler aos presentes para sua aprovação.

Realizado por: Clara Vaz

18/11/2016

7. Ata de reunião com a Associação ABP

Tipo de Reunião: Reunião

Local: Instalações ABP

Data: 16/11/2016

Horário: 18:30 às 20:40h

Presentes:

Clara Vaz – Assistente Projetos AIDGlobal

Manuel Mendes – Presidente ABP e Presidente Federação Associações Baboque em Portugal

Elaborada por: Clara Vaz

Ordem de Trabalhos:

1. Apresentação AIDGlobal e do projeto AMITIE CODE.
2. Apresentação ABP e dos seus projetos.
3. O Associativismo Guineense e desafios relacionados com a comunidade migrante.
4. Desafios a nível nacional e internacional e recomendações.

No **Ponto Um**, Clara Vaz apresentou a AIDGlobal referindo o trabalho desenvolvido pela organização. Procedeu-se à apresentação do projeto AMITIE CODE em curso, referindo o trabalho da AIDGlobal como entidade formadora e as expetativas referentes à participação de Associações de Migrantes, assim como dos próprios migrantes em relação à formação.

No **Ponto Dois**, Manuel Mendes deu a conhecer a associação referindo que esta é o produto de uma rede das associações que, ao longo do tempo, foram criadas nas aldeias da comunidade Manjaca, que se foi alargando, sendo promovida pelos imigrantes espalhados em vários países da Europa. A Associação Baboque tem parcerias com o CIDAC. Entre alguns projetos incluíse um para a construção e reabilitação de escolas nas aldeias do Sector de Canchungo, que se concluiu com uma totalidade de 24 escolas construídas. O CIDAC e a Associação Baboque levaram a cabo uma primeira missão conjunta de avaliação e identificação dos projetos, concluída positivamente, embora das 24 escolas construídas três delas estejam encerradas por falta de professores, sendo que o Ministério da Educação salienta não dispor dos meios financeiros para garantir o funcionamento de todas as escolas construídas em geral e em particular do Sector em epígrafe, dando assim prioridade às escolas das aldeias mais distantes do centro (Canchungo neste caso). Relativamente à segunda missão, foram identificados muitos projetos relativamente aos quais ficou para uma fase seguinte - a manutenção e construção das latrinas nas escolas primárias e construir ou recuperar as escolas encerradas para fazer funcionar os cursos profissionais, sendo este último ponto considerado o mais importante na formação e capacitação dos jovens que, após a conclusão do secundário, ficam sem qualquer tipo de formação/ocupação. Este último objetivo não foi possível atingir devido aos constantes golpes de Estado na Guiné-Bissau. Manuel Mendes refere que as Associações têm como objetivo ajudar os outros. Manuel Mendes informou que tudo é pago com o dinheiro das quotas dos associados, servindo para diversas questões como funerais e envio do corpo; como para pagar viagens entre os dois países para familiares de falecidos ou doentes, etc. Apesar do foco dado a projetos de desenvolvimento na Guiné-Bissau, Manuel Mendes referiu que a ABP começou, nos últimos anos, a dar mais relevo à questão dos imigrantes da Guiné-Bissau em Portugal visando a sua integração, pois só assim se “pode contribuir para o desenvolvimento”. Para Manuel Mendes a abordagem inicial de olhar só para a Guiné é contraproducente, pois o equipamento é comprado com a ajuda da Câmara, no entanto

vai ser utilizado em projetos na Guiné. Alguns exemplos de projetos feitos em Portugal visando a integração foram a criação de torneios de futebol e do concurso “Miss” na Apelação, explicando que estes são criadores de autoestima.

No **Ponto Três**, Manuel Mendes explicou o processo da criação de associações guineenses, expondo que este é similar em todos os pontos de diáspora da Guiné-Bissau. Num primeiro momento procede-se à união de guineenses que adquirem um espaço (normalmente uma barraca) onde recebem imigrantes. Seguidamente criam-se fundos, normalmente através de quotas, e a partir daí iniciam-se projetos de desenvolvimento nas comunidades de origem. Para Manuel Mendes os maiores desafios correlacionam-se com os descendentes de imigrantes, em que muitos, apesar de terem nascido em Portugal, não detêm de nacionalidade sendo-lhes negadas muitas oportunidades e criando um sentimento de desmotivação e de falta de confiança.

No **Ponto Quatro**, foi referido que o fenómeno que mais abalou a comunidade migrante em Portugal foi a crise entre 2008 até cerca de 2014. Apesar de ter afetado toda a população nacional, prejudicou em maior medida as comunidades mais vulneráveis, como é o caso dos migrantes. Comparando a ação de Portugal com outros países em relação à migração, Manuel Mendes considerou que Portugal é um país onde existe flexibilidade em termos da integração de migrantes. Referiu o exemplo da criação do Alto Comissariado para as Migrações, expondo que os Governos têm tido políticas de migração, independentemente do executivo ou partidos que estão no poder. No entanto Manuel Mendes considera que a lei portuguesa de nacionalidade deveria mudar, pois alguém que nasce no território devia ser considerado como um cidadão português, isto porque o Governo acaba por gastar recursos com as crianças e jovens e depois “abandona-os só porque não são portugueses”. Manuel Mendes fala da necessidade de articulação entre as associações de imigrantes, as ONG e as entidades estatais, referindo que as ONG deveriam incluir as associações nos seus projetos como fontes de conhecimento e de contato. Por último Manuel Mendes referiu a importância dos Deveres Humanos como complemento aos Direitos Humanos pois “a sociedade civil continuará sem cabeça se não se atender aos deveres”.

E nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada esta reunião, da qual se lavrou esta ata, dada a ler aos presentes para sua aprovação.

Realizado por: Clara Vaz

18/11/2016

8. Lista de convidados externos da formação de funcionários públicos

Nome	Entidade	Sessão	Temas abordados
Cláudia Soares	Conselho Português para os Refugiados (CPR)	III Sessão	- Funcionamento do CPR - Situação atual em relação ao acolhimento de refugiados - Desafios inerentes ao acolhimento de refugiados e sua integração
Hermínia Ribeiro	Instituto Marquês Vale Flôr (IMVF)	IV Sessão	-Apresentar trabalho do IMVF - Apresentação de projetos de Cooperação Internacional
Marlene Brito	Convidada perita em migrações	VI Sessão	- Formas de integração de migrantes - Estratégias locais para a integração de migrantes - A voz e o olhar de migrantes
Dona Sanguí	Convidada imigrante da Guiné-Bissau	VI Sessão	- Percurso migratório e dificuldades de integração - Xenofobia e racismo presentes em Portugal
Ramiro Neves	Convidado imigrante de Angola	VI Sessão	- Percurso migratório e dificuldades de integração - Xenofobia e racismo presentes em Portugal

9. Plano de módulos das sessões de formação de funcionários públicos

Sessão	Módulos
Sessão I	<ul style="list-style-type: none"> - As Migrações no concelho de Loures; - Compreensão das causas das Migrações; - Desconstrução de preconceitos e valorização da diversidade étnica e cultural.
Sessão II	<ul style="list-style-type: none"> - Interdependências sociais, económicas e ambientais no contexto das Migrações; - Interconexão entre Migrações, Direitos Humanos e Desenvolvimento; - O olhar e a voz dos imigrantes do concelho de Loures; - Desconstrução de preconceitos e valorização da diversidade étnica e cultural (cont.).
Sessão III	<ul style="list-style-type: none"> - O caso dos Refugiados e o seu acolhimento em Portugal e na Europa; - Os equipamentos e as respostas sociais dirigidos aos Refugiados no concelho de Loures e no país; - Estratégias de sensibilização e de mobilização da sociedade – a Educação para o Desenvolvimento.
Sessão IV	<ul style="list-style-type: none"> - Cooperação para o Desenvolvimento: o papel das autarquias; - Políticas públicas e o seu papel no contexto das Migrações – o caso de Loures;
Sessão V	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Codesenvolvimento</i> e o papel das Associações de Imigrantes; - Boas práticas de projetos de <i>Codesenvolvimento</i>. - Formas de participação e de envolvimento dos atores locais, em particular as comunidades migrantes.
Sessão VI	<ul style="list-style-type: none"> - O olhar e a voz dos imigrantes do concelho de Loures e a sua perceção sobre os serviços públicos. - Que desenvolvimento queremos? Reflexão sobre formas de intervenção ao nível da autarquia que promovam uma melhor resposta às problemáticas relacionadas com as causas e consequências das Migrações, no contexto local e global;
Sessão VII	<ul style="list-style-type: none"> - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS 11 e 17; - Que desenvolvimento queremos? Reflexão sobre formas de intervenção ao nível da autarquia que promovam uma melhor resposta às problemáticas relacionadas com as causas e consequências das Migrações, no contexto local e global (cont.).
Sessão VIII	<ul style="list-style-type: none"> - Definição de etapas e de estratégias para o desenvolvimento do trabalho prático. - Desenvolvimento do trabalho prático.
Sessão IX	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento do trabalho prático.
Sessão X	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação dos trabalhos práticos; - Avaliação.

10. Plano de módulos das sessões de formação de professores

Sessões	Módulos
Sessão I	- Apresentação; - “Professor”/”Aluno Global”.
Sessão II	- Compreensão das causas das migrações; - Interconexão entre Migrações, Direitos Humanos e Desenvolvimento; - As migrações no concelho de Loures.
Sessão III	- Migrações e suas interdependências sociais, económicas e ambientais; - Desconstrução de preconceitos e valorização da diversidade étnica e cultural.
Sessão IV	- As migrações na escola: alunos imigrantes e refugiados; - O papel do professor na promoção de um desenvolvimento mais justo e sustentável; - O que é a Educação para o Desenvolvimento; - As migrações no contexto da Educação para o Desenvolvimento; - A aprendizagem transformadora.
Sessão V	- A aprendizagem transformadora (cont.); - Metodologias e métodos participativos na sala de aula; - Recursos pedagógicos disponíveis sobre as migrações.
Sessão VI	- A articulação dos conteúdos do currículo com o tema das migrações; - Exemplos de aulas e análise crítica das mesmas; - Apresentação de boas práticas de projetos realizados em escolas.
Sessão VII	- Elaboração de planos de aula.
Sessão VIII	- Apresentação e avaliação dos trabalhos realizados pelos formandos; - Avaliação da formação.

11. Modelo de Teste Diagnóstico aplicado na formação de professores



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

Entidade Formadora:



Teste Diagnóstico

Este questionário versa um conjunto de questões relativas ao modo como percebe o mundo e se posiciona perante ele. Pretende-se conhecer a sua opinião.

As informações deste questionário serão tratadas de forma anónima.

1. Escreva quatro palavras que lhe vêm à memória quando lê o título da formação

**Migrações e Direitos Humanos –
Educar para o Desenvolvimento**

2. Assinale, com uma cruz, a sua posição perante as seguintes afirmações:

	Concordo	Discordo	Não sei
2.1. As condições de acesso à educação no mundo são iguais para os rapazes e para as raparigas			
2.2. A redução das desigualdades sociais é da responsabilidade exclusiva dos governantes			
2.3. Um eventual desastre natural, na Islândia, poderia afetar os portugueses			
2.4. A “Paz” entre alguns países é “comprada” com a permissão de acesso aos seus recursos naturais			
2.5 O voluntariado internacional não deve ser promovido pois temos de ajudar as pessoas no nosso país			

2.6. As petições que se assinam <i>online</i> em prol dos Direitos Humanos são totalmente ineficazes			
2.7. A problemática dos Refugiados devia dizer respeito apenas aos países de onde as pessoas saem e respetivos países vizinhos			
2.8. Os refugiados saem do seu país por razões económicas			
2.9. As migrações têm por detrás questões meramente económicas e laborais			
2.10. A população imigrante de Loures é cerca de 10% da população residente			
2.11. Os estereótipos de carácter étnico existem devido ao aumento da imigração			
2.12. A imigração é um fator que contribui para o desenvolvimento social e económico de uma região			
2.13. A integração dos imigrantes só é possível através de políticas públicas nacionais.			
2.14. Para evitar um discurso estereotipado em relação aos migrantes é necessário recorrer a uma abordagem “daltónica” (“não vejo cores”).			

3. Assinale com uma cruz se os fenómenos se referem a causas ou consequências das migrações, a ambas ou a nenhuma.

	Causa	Consequência	Ambas	Nenhuma
Secas prolongadas				
Alta taxa de desemprego e condições laborais precárias				
Conflitos Armados				
Sociedades multiculturais e etnicamente diversificadas				
Salários baixos				
Sentimentos xenófobos				
Melhores condições sociais – educação e saúde				

4. Assinale, com um X, os 3 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que estão corretos:

ODS	
Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em particular, na terceira idade.	

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição, e promover a agricultura sustentável.	
Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e estancar a perda de biodiversidade.	
Acabar com a pobreza em todas as suas formas, nos países em Desenvolvimento.	
Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem a curto prazo para todos.	
Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.	

5. Classifique, numa escala de 1 a 5 (sendo que 5 é a pontuação mais elevada)

Item	1	2	3	4	5
o quão importante é para si que a educação inclua abordagens pedagógicas ativas e participativas.					
o quão importante é para si associar os conteúdos do currículo à promoção da Educação para o Desenvolvimento, mobilizando os alunos para a participação e ação enquanto cidadãos do mundo.					

6. Que estratégias deve a escola usar para garantir a partilha intercultural e a integração dos alunos migrantes?

Data: ____ / ____ / _____

Local: _____

A AIDGlobal agradece a sua colaboração!

12. Palavras registradas no Questionário inicial da formação de funcionários públicos

Palavras	Número de Vezes Repetidas
Refugiado	7
Direitos	5
Pessoas	4
Humanidade	3
Igualdade	3
Integração	3
Justiça	3
Acolhimento	2
Ajuda	2
Apoios sociais	2
Dignidade	2
Paz	2
Pobreza	2
Sufrimento	2
Tolerância	2
Cidadania	1
Cidadania Global	1
Coerência Política	1
Cooperação	1
Crise	1
Desenvolvimento	1
Desfavorecidos	1
Desigualdade	1
Deslocação	1
Economia	1
Educação	1
Eficiência	1
Equilíbrio	1
Esperança	1
Estrangeiros	1
Exclusão	1
Fluxos	1
Globalização	1
Guerra	1
Informação	1
Injustiça	1
Inter/Multiculturalidade	1
Legalização	1
Migração	1
Proteção	1

Qualidade de Vida	1
Segurança	1
Sobrevivência	1
Sustentabilidade	1
Tristeza	1
Vida	1

13. Palavras registadas no Questionário inicial da formação de professores

Palavras	Número de vezes repetidas
Educação	5
Ajuda /Interajuda	3
Igualdade	3
Pobreza	3
Solidariedade	3
Desemprego	2
Esperança	2
Exploração	2
Imigrantes	2
Integração	2
Justiça	2
Paz	2
Refugiados	2
Subdesenvolvimento	2
Caminhada	1
Cidadania	1
Civismo	1
Compreensão	1
Conhecimento	1
Crianças	1
Diferenças	1
Diferentes culturas	1
Direitos	1
Disponibilidade	1
Enriquecimento	1
Estranhos	1
Guerra	1
Humanos	1
Lágrimas	1
Luta	1
Países	1
Partilhar	1
Pessoas	1
Respeito	1

Saúde	1
Segurança	1
Semelhanças	1
Sufrimento	1
Tolerância	1
Valores	1

14. Palavras registadas no Questionário inicial dos Laboratórios Escolares

Palavras	Número de vezes repetidas
Liberdade	19
Refugiados	19
Igualdade	17
Guerras	14
Dinheiro	10
Respeito	9
Trabalho	9
Racismo	8
Viagem	8
Mudança de país	7
Melhores condições de vida	6
Pobreza	6
Direitos	5
Emigrações	5
Ajudar	4
Direito de expressão	4
Escolas	4
Imigrações	4
Abrigo	3
Diferenças	3
Diversidade	3
Mobilidade	3
Paz	3
Solidariedade	3
Condições	2
Crianças	2
Desenvolvimento dos Países	2
Desigualdade	2
Direito à Saúde	2
Economia	2
Famílias	2
Humanidade	2
Injustiça	2
Melhorar	2
Mortes	2
Mudar de continente	2
Novas culturas	2

Novos países	2
Pessoas	2
Preconceito	2
Procura de uma vida nova	2
Vida	2
Terrorismo	2
Ajudar os países a desenvolver	1
Alimentação	1
Amor	1
Aprender	1
Bem-estar	1
Busca de novos interesses	1
Conforto	1
Conhecimento	1
Cultura	1
Diferentes Gerações	1
Direito Educação	1
Direito Trabalho	1
Discriminação	1
Educação	1
Entreajuda	1
Evolução do país	1
Falta de ajuda	1
Falta de comida	1
Falta de condições	1
Fugir	1
Inovação	1
Justiça	1
Medo	1
Modernização de mentalidades	1
Moralidade	1
Mudança	1
Multicultural	1
Mundo	1
Nós fomos	1
Nossos próprios pensamentos	1
Novos recursos	1
País rico	1
Perigos	1
Perseguição	1
Política	1
Religiões	1
Riqueza	1
Solidão	1
Temos todos de ser uns para os outros	1

Todos os dias todos nos desenvolvemos	1
Vontade	1
Viagens perigosas	1

15. Respostas do exercício 2. do Teste Diagnóstico inicial da formação de funcionários públicos

	Concordo	Discordo	Não sei
As migrações têm por detrás questões meramente económicas e laborais.	-	17	-
Os países mais desenvolvidos são recetores da maioria dos fluxos migratórios.	2	14	1
A população imigrante de Loures é cerca de 10% da população residente.	6	2	9
A maior parte das movimentações migratórias são involuntárias.	10	5	2
Os estereótipos de carácter étnico existem devido ao aumento da imigração.	3	9	4
Os refugiados saem do seu país por razões económicas.	-	17	-
A imigração é um fator que contribui para o desenvolvimento social e económico de uma região.	15	1	1
O número de refugiados no mundo ultrapassa os 50 milhões de pessoas.	6	2	9
A integração dos imigrantes só é possível através de políticas públicas nacionais.	13	4	-
A multiculturalidade da sociedade portuguesa leva a que existam poucos preconceitos étnicos e culturais.	8	6	1
Para evitar um discurso estereotipado em relação aos migrantes é necessário recorrer a uma abordagem “daltónica” (“não vejo cores”).	11	5	1
Existe uma correlação entre os fluxos migratórios e o desenvolvimento.	8	4	5

16. Respostas do exercício 3. do Teste Diagnóstico inicial da formação de funcionários públicos

Fenómenos	Causa	Consequência	Ambas	Nenhuma
Secas prolongadas	9	1	2	4
Alta taxa de desemprego e condições laborais precárias	3	3	8	2
Conflitos Armados	12	2	2	1
Sociedades multiculturais e etnicamente diversificadas	1	12	3	1
Salários baixos	4	1	9	3
Sentimentos xenófobos	1	6	6	3
Melhores condições sociais – educação e saúde	4	2	6	5

17. Respostas do exercício 2. do Teste Diagnóstico inicial da formação de professores

	Concordo	Discordo	Não sei
A problemática dos refugiados devia dizer respeito apenas aos países de onde as pessoas saem e respetivos países vizinhos.	-	16	-
Os refugiados saem do seu país por razões económicas.	1	15	-
As migrações têm por detrás questões meramente económicas e laborais.	-	16	-
A população imigrante de Loures é cerca de 10% da população residente.	-	3	13
Os estereótipos de carácter étnico existem devido ao aumento da imigração.	10	6	-
A imigração é um fator que contribui para o desenvolvimento social e económico de uma região.	14	2	-
A integração dos imigrantes só é possível através de políticas públicas nacionais.	10	6	-
Para evitar um discurso estereotipado em relação aos migrantes é necessário recorrer a uma abordagem “daltónica” (“não vejo cores”).	9	5	2

18. Respostas do exercício 3. do Teste Diagnóstico inicial da formação de professores

Fenómenos	Causa	Consequência	Ambas	Nenhuma
Secas prolongadas	14	-	2	-
Alta taxa de desemprego e condições laborais precárias	10	5	1	-
Conflitos Armados	13	1	2	-
Sociedades multiculturais e etnicamente diversificadas	1	13	2	-
Salários baixos	8	3	4	1
Sentimentos xenófobos	1	9	5	1
Melhores condições sociais – educação e saúde	5	4	5	2

19. Modelo de Questionário Final aplicado em todas as formações



Questionário Final

As informações deste questionário serão tratadas de forma anónima.

Idade _____ Sexo _____
Nacionalidade _____ Função _____

Comparando com as suas expectativas, os conteúdos da formação foram:

mais interessantes como esperava menos interessantes

No geral, considera que os temas foram apresentados claramente? (1-nada; 5-totalmente)

1	2	3	4	5

Em comparação com os seus conhecimentos prévios à formação, aprendeu algo proveitoso?

1	2	3	4	5

Acha que os conteúdos aprendidos serão úteis para o seu trabalho ou vida futura?

1	2	3	4	5

No geral, está satisfeito com a QUALIDADE da formação (conteúdos)?

1	2	3	4	5

Se NÃO pode, por favor, especificar o porquê?

Em termos gerais, está satisfeito com a LOGÍSTICA da formação (local, instalações)?

1	2	3	4	5

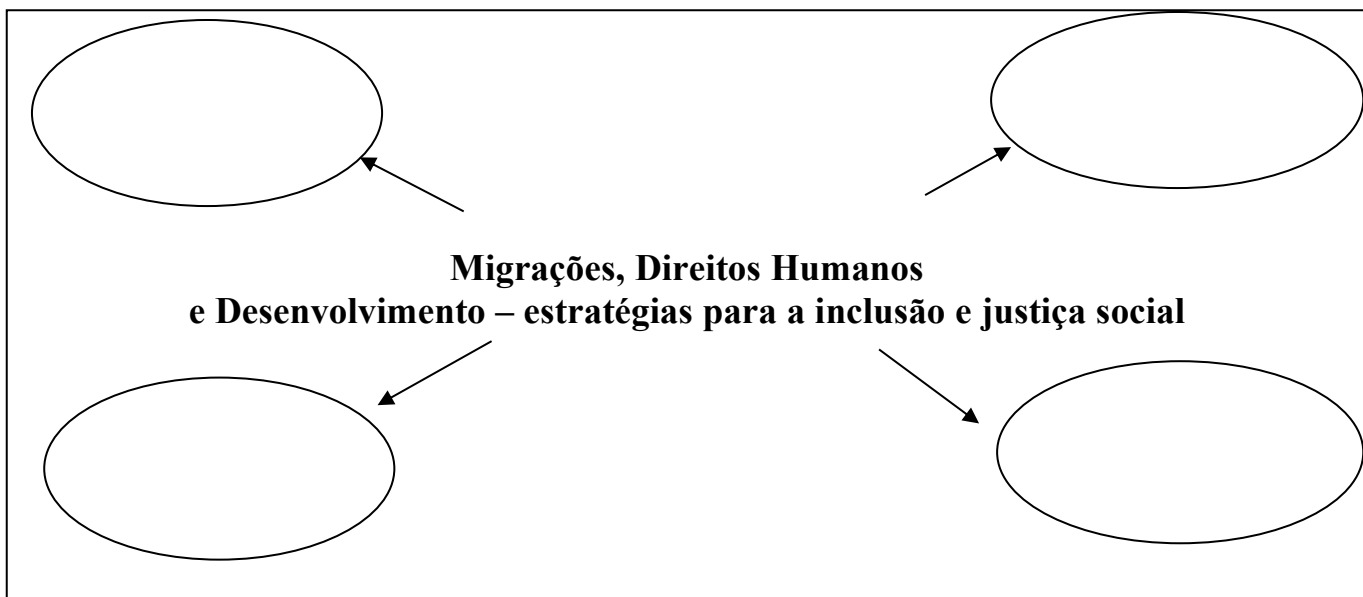
Se NÃO, pode especificar o porquê?

Existem temas que gostaria de aprender mais sobre eles ou temas que sugira para futuras formações?

Sim Não

Se SIM, pode especificar quais?

AGORA, depois da formação, escreva 4 palavras que lhe vêm à memória quando lê...



Obrigada pela colaboração!

Cofinanciador:



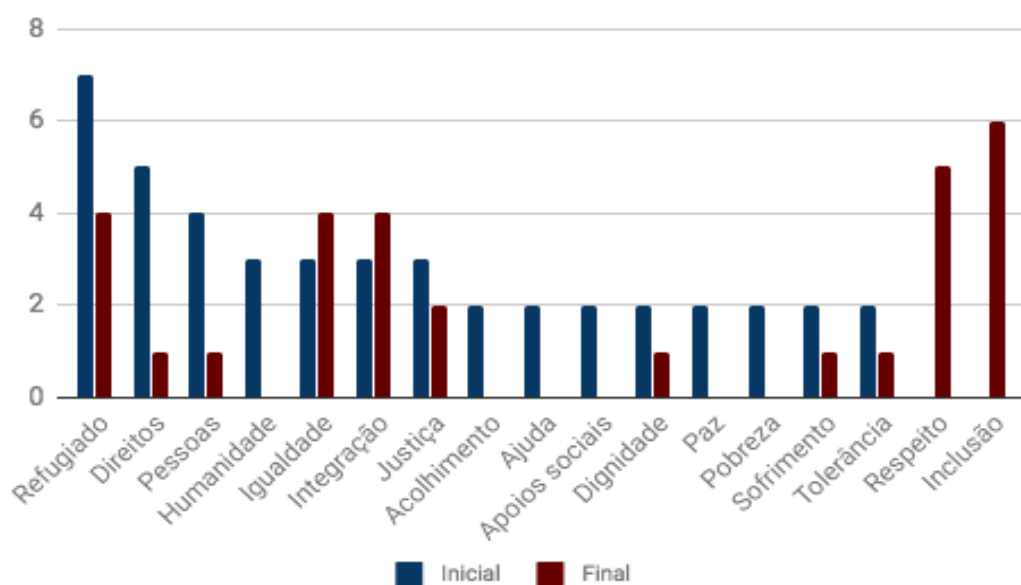
Parceiros:



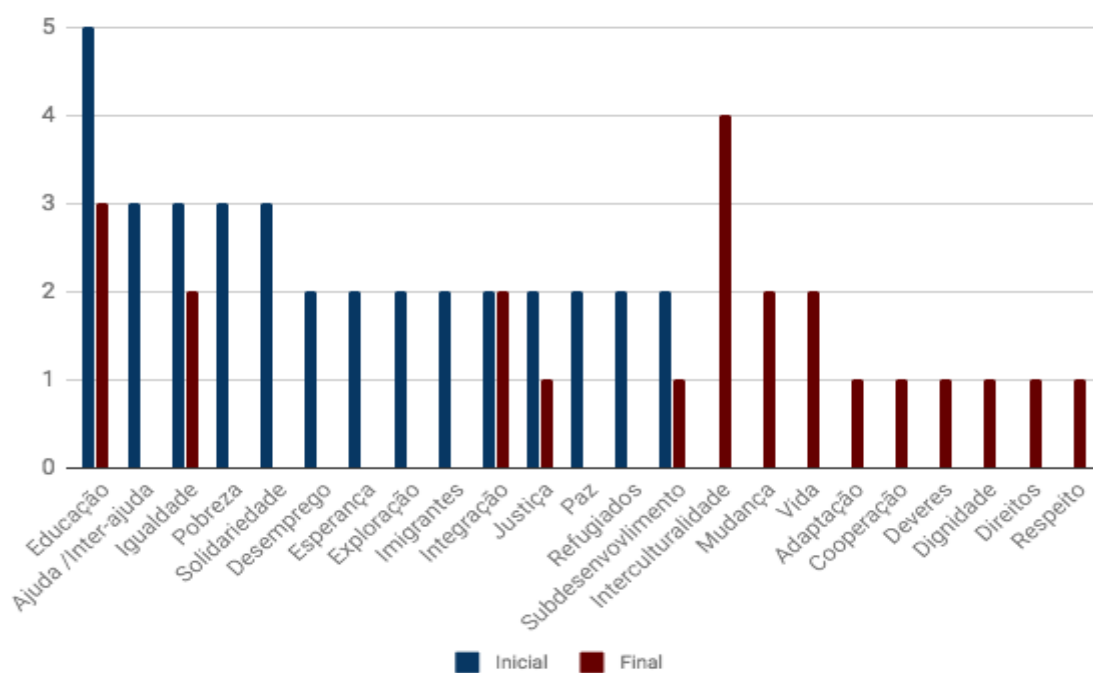
Entidade Formadora:



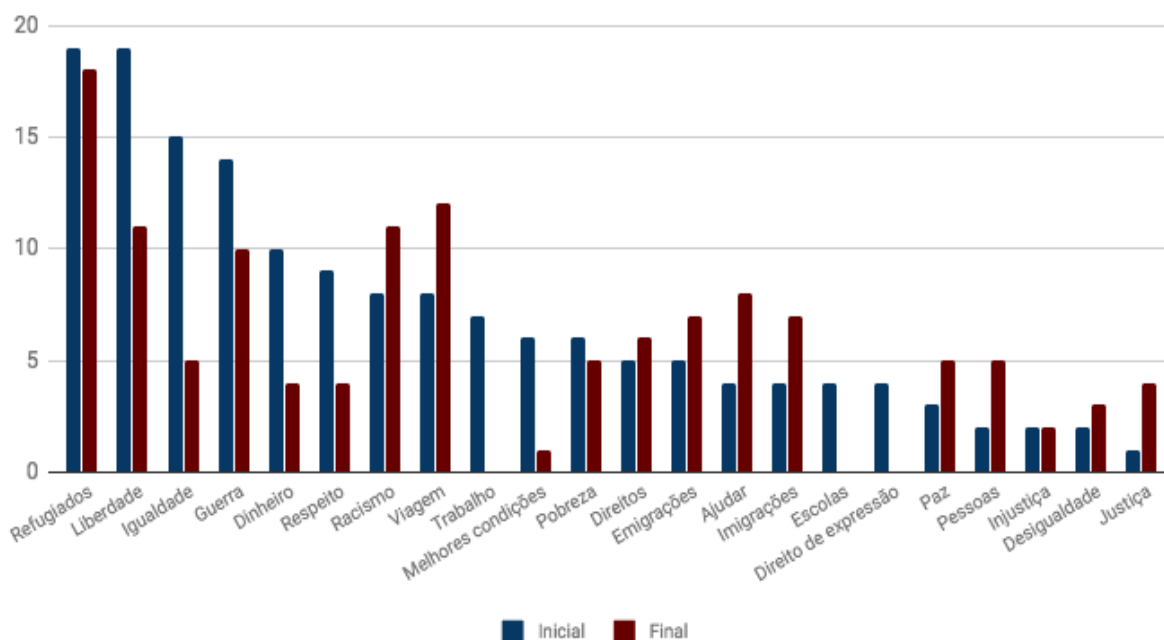
20. Gráfico de comparação entre o Questionário inicial e final da formação de funcionários públicos



21. Gráfico de comparação entre o Questionário inicial e final da formação de professores



22. Gráfico de comparação entre o Questionário inicial e final dos Laboratórios Escolares



23. Tabela de comparação entre o exercício 3. do Teste Diagnóstico inicial e final da formação de funcionários públicos

	Causa		Consequência		Ambas		Nenhuma	
	<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Inicial</i>	<i>Final</i>
Secas prolongadas	56%	67%	6%	-	13%	17%	25%	17%
Alta taxa de desemprego e condições laborais precárias	19%	50%	19%	-	50%	33%	12%	17%
Conflitos Armados	70%	50%	12%	-	12%	50%	6%	-
Sociedades multiculturais e etnicamente diversificadas	6%	8%	70%	67%	18%	17%	6%	8%
Salários baixos	23%	46%	6%	9%	53%	27%	18%	18%
Sentimentos xenófobos	6%	8%	37,5%	8%	37,5%	67%	18%	17%
Melhores condições sociais – educação e saúde	24%	33%	12%	50%	35%	-	29%	17%

24. Tabela de comparação entre o exercício 3 do Teste Diagnóstico inicial e final da formação de professores

	Causa		Consequência		Ambas		Nenhuma	
	<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Inicial</i>	<i>Final</i>
Secas prolongadas	88%	100%	-	-	13%	-	-	-
Alta taxa de desemprego e condições laborais precárias	63%	75%	31%	-	6%	25%	-	-
Conflitos Armados	81%	75%	6%	-	13%	25%	-	-
Sociedades multiculturais e etnicamente diversificadas	6%	-	81%	50%	13%	-	-	50%
Salários baixos	50%	75%	19%	-	25%	25%	6%	-
Sentimentos xenófobos	6%	-	56%	25%	31%	75%	6%	-
Melhores condições sociais – educação e saúde	31%	-	25%	75%	31%	25%	13%	-